

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL



“CRIANDO PARENTESCO?”

Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS



LUÍSA MARIA SILVA DANTAS



Porto Alegre/RS

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“CRIANDO PARENTESCO?”

Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Porto Alegre/RS

2011

“CRIANDO PARENTESCO?”

Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS orientadora)

Claudia Turra Magni (UFPel)

Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS)

Patrice Schuch (UFRGS)

*Aos afilhados e padrinhos do programa
“Apadrinhamento Afetivo”. Aos funcionários
dos abrigos de Porto Alegre e aos membros do
Instituto Amigos de Lucas.*

Agradecimentos

A construção de uma dissertação de mestrado apenas é possível com a colaboração de várias pessoas e instituições. Por isso, nesse momento tentarei traçar em poucas linhas meus agradecimentos àqueles que foram fundamentais e inspiradores para a concretização de minha pesquisa, sem os quais eu não teria condições de estar finalizando mais esta etapa da vida. O espaço curto pode enganar, mas garanto que a densidade de meus agradecimentos bem poderia ocupar a dissertação inteira.

Sem mais delongas, gostaria de agradecer às divindades, aos santos e orixás que me guiam e protegem. Depois aos meus pais, Lilia e Amaury Dantas, por todo amor, carinho, apoio e dedicação que têm a mim. Aos meus irmãos André e Abílio pelo crescimento conjunto, pelas discussões e cumplicidade. Às minhas queridas avós, Lienne e Nazaré pela ternura e por serem exemplos de vida para mim. À Francisca, pelo companheirismo, sempre! Essas são as principais pessoas que me fazem e/ou fizeram superar qualquer obstáculo e acreditar na minha capacidade, pois é a certeza de que posso contar com elas que me dá segurança, força e limites para enfrentar os “imponderáveis da vida cotidiana”.

Além disso, em relação aos ensinamentos antropológicos, gostaria de agradecer imensamente à minha professora e orientadora Claudia Fonseca. Muito obrigada pela compreensão, pela paciência, pelas aulas e orientações brilhantes, que tornaram meu processo de aprendizagem nem sempre tranquilo, mas sim, na maioria das vezes, angustiante e doloroso, refletindo o quanto ampliar nossos conhecimentos demanda esforço e tempo. No entanto, o êxito de qualquer orientando apenas é possível quando seu orientador além de cobrar e fazer críticas, também acredita no potencial de seu estudante e procura lhe fornecer as ferramentas para que ele melhore a cada dia. É dessa forma que avalio a relação de dois anos que estabeleci com a Claudia. Antropóloga excelente e também professora e mulher que aplica a alteridade em seu cotidiano, sobretudo respeitando demasiadamente o “outro”.

Fundamentais e imprescindíveis também foram todos os meus entrevistados e/ou pessoas com quem convivi e conversei durante minha pesquisa de campo. Gostaria de agradecer-lhes pela disponibilidade, pelo relato de suas opiniões acerca do “Apadrinhamento Afetivo” e de suas trajetórias de vida. Obrigada também pelos ensinamentos de vida, àqueles que extrapolam ao fazer etnográfico, e que nos constituem enquanto pessoas. Dessa forma, muito obrigada aos afilhados, padrinhos, técnicos dos abrigos, membros do Instituto Amigos de Lucas e especialmente à Liziane Cenci. Sem seu apoio e amizade estou certa de que minha

pesquisa não teria sido possível! Por isso, dedico a todos eles essa pesquisa, como uma forma de agradecimento e admiração.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), faço questão de agradecer especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, nas pessoas da coordenadora Cornelia Eckert pela competência em exercer tal função e pelo apoio em todos os momentos que precisei. Também à secretária Rose Feijó pela eficiência e gentileza.

Isso sem contar os outros professores do programa com quem tive oportunidade de conviver e aprender, seja assistindo suas aulas, ouvindo suas palestras ou nos períodos de estágio. Quero agradecer a todos, pois cada um à sua maneira contribuiu bastante em minha formação. Principalmente Bernardo Lewgoy, Denise Jardim, Carlos Steil, Luiz Eduardo Achutti, Ondina Leal, Arlei Damo e Maria Eunice Maciel.

Também gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através da concessão de uma bolsa de estudos do plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), proporcionou as condições financeiras e materiais para que eu realizasse o mestrado. Além disso, durante dois anos consecutivos tive a oportunidade de estagiar em quatro turmas em diferentes disciplinas e etapas do curso de graduação em Ciências Sociais, ocasiões em que pude exercitar a prática docente, além de aprender posturas didáticas e saberes antropológicos com professores e, porque não dizer, alunos. Por isso, muito obrigada aos alunos da graduação em Ciências Sociais com quem dividi conhecimentos e experiências.

Além disso, gostaria de fazer um agradecimento especial à tia Massa Goto e ao colega Daniel Neves pelo apoio técnico, sem vocês eu estaria “ferrada”!

Quero agradecer também a todos os integrantes do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS, o qual faço parte, sobretudo, aos colegas do seminário de tese. Aos meus colegas da turma de mestrado de 2009, Ana Cristina Popp, Bethânia Zanatta, Daiana Hermann, Débora Gomes, Diego Eltz, Gicele Sucupira, Laetitia Abiou, e Renelle Millete. Muito obrigada pela convivência, pelo companheirismo e aprendizado ao longo desses dois anos.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus professores e amigos da Universidade Federal do Pará (UFPA), pessoas responsáveis pela minha conquista na seleção de mestrado.

Assim, muito obrigada aos tios Romero e Zuleide Ximenes, à minha querida e inesquecível primeira orientadora Maria Angelica Motta-Maués e à Wilma Leitão. Também aos colegas do grupo de estudo para o mestrado, obrigada pela parceria!

Bom, finalizando o quadro de formação “formalmente” profissional, o que não quer dizer estritamente. Preciso agradecer aos meus amigos-irmãos gaúchos Daiana Hermann, Maicon Macedo e Fabiela Bigossi. Esses sem nenhuma dúvida são minha família de Porto Alegre, que me acompanham nos momentos de tristezas e alegrias. Obrigada por tudo!

Também à amiga Vanda Pantoja, uma paraense que tive oportunidade de conhecer no Rio Grande do Sul e que se tornou uma grande amiga, muitas vezes, mãe. Valeu Vandarete, por todas as conversas sobre antropologia e por tudo o que vivemos!

Não posso esquecer os grandes amigos: Gicele Sucupira, Rogério Campos, Alejandra Osejo, Ana Popp, Fanny Longa, Jardel Fischer, Roberta Amorim, Gláuber Couto, Rafaela Barbosa, a galera do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), os amigos das várias turmas de mestrado e doutorado em Antropologia, além das pessoas especiais que conheci pelos diferentes lugares que circulei/circulo em Porto Alegre.

Também os amigos paraenses de longa data: Mariana Ximenes, Helio Netto, Ribamar Braun, Brena Freitas, Ney Alencar e Janaína Ximenes, que apesar da distância, se fazem sempre presentes. Obrigada a todos vocês pela troca de conhecimentos e pela amizade.

E ao Augusto, que tornou meus últimos meses de escrita e reflexão, mais leves e prazerosos.

Meus agradecimentos!

“CRIANDO PARENTESCO?”

Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS

RESUMO

Essa pesquisa está centrada no “Apadrinhamento Afetivo”, programa desenvolvido pela ONG Instituto Amigos de Lucas, situada na cidade de Porto Alegre/ RS, que visa instituir “madrinhas” e/ou “padrinhos” a crianças e adolescentes residentes em abrigos situados na cidade, com baixas probabilidades de serem adotados. Através do método etnográfico, a pesquisa discute a possibilidade de "criar parentesco" entre pessoas de gerações e classes distintas, através de uma forma institucionalizada de apadrinhamento, colocando ênfase nas negociações entre os significados e expectativas que as pessoas envolvidas na consecução do apadrinhamento e instituições relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente desenvolvem em torno dessa prática.

Palavras-Chaves: direitos da criança e do adolescente, ONGS, parentesco, “Apadrinhamento Afetivo”.

“CREATING KINSHIP?”

A study about the "Affective Godfathering" in Porto Alegre / RS

ABSTRACT

This research focuses on "Affective Godfathering" program developed by the NGO “Friends of Lucas Institute”, located in Porto Alegre / RS, which aims to encounter "godmothers" and/or "godfathers" for children and adolescents living in public shelters with low probability of being adopted. Through ethnography, the study discusses the possibility of "creating kinship" between people of different generations and classes, through an institutionalized form of godfathering, with emphasis on negotiations between the meanings and expectations that those involved in godfathering and institutions related to protecting the rights of children and adolescents develop around this practice.

Keywords: rights of children and adolescents, NGOs, kinship, "Affective Godfathering”.

Lista de Siglas

AA – Apadrinhamento Afetivo

AR – Abrigo Residencial

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENAPA- Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção

FMP – Fundação do Ministério Público

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FPE - Fundação de Proteção Especial

IAL – Instituto Amigos de Lucas

LOAS – Lei Orgânica da Assistente Social

NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A

PPD – Pessoa Portadora de Deficiência

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a infância

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TRAÇANDO A PESQUISA	13
1.1 Objeto:	13
1.2 Locus da Pesquisa: Amigos de Lucas	14
1.2.1 <i>Fundação e administração da ONG</i>	14
1.2.2 <i>Administando o apadrinhamento afetivo</i>	17
1.3 Referencial Teórico:	19
1.3.1 <i>Parentesco</i>	19
1.3.2 <i>“Governo das Crianças”</i>	21
1.3.3 <i>“Melhor interesse da criança”</i>	23
1.3.4 <i>Compadrio</i>	25
1.4 Metodologia:	28
1.4.1 <i>De “crias de família” a “afilhados”</i>	29
1.4.2 <i>Os ardis da pesquisa de campo</i>	31
1.5 A organização de nosso texto	35
CAPÍTULO 2 – As perspectivas produzidas nas instituições que geram o “Apadrinhamento Afetivo”	37
2.1 Os voluntários da ONG: um “lema de vida”	37
2.1.1 <i>Vera, presidente: “Se tu acredita no que tu faz, tu vai conseguir fazer!”</i>	37
2.1.2 <i>Paulo e o Grupo de Apoio à Adoção: “Nós era visto como os estranhos no ninho”</i> ...	40
2.1.3 <i>Talita: “Tá no Instituto hoje é como a realização de um sonho mesmo, não é só um trabalho, é a minha missão”</i>	41
2.1.4 <i>Construindo o APADRINHAMENTO AFETIVO</i>	44
2.2 OS MEDIADORES PROFISSIONAIS	48
2.2.1 <i>Lar Luz da Criança - “reprodução do ambiente familiar nessa casa” (Marcelo)</i> .	48
2.2.2 <i>Abrigo João Paulo II – “É uma família normal, é uma grande família!” (Luciana)</i> ...	53
2.2.3 <i>Aldeias SOS – “Um lugar bem distante, no verde, onde tinha a idéia de uma coisa saudável” (Carmita)</i>	55
2.2.4 <i>A mãe social - “aquí cada dia é um dia diferente do outro” (Sônia)</i>	57
2.3 As variáveis opiniões sobre o Apadrinhamento Afetivo	59
2.3.1 <i>Marcelo: o AA como “fonte de novas frustrações”</i>	59
2.3.2 <i>Luciana: “A gente vê o crescimento das crianças!”</i>	60
2.3.3 <i>Carmita: “É como um relacionamento, a gente não sabe o que vai vir”</i>	63

2.3.4 Sônia: “O padrinho vai ter só um, daí ele pode levar pra passear e tudo”	65
2.4 18 ANOS - “Acontece tudo, depende da sorte de cada um!”	66
2.5 Visões de família - “Uma pessoa com 30, 40 anos não começa um relacionamento? É mesma coisa!”	68
2.6 Voluntários e Profissionais	70
CAPÍTULO 3 - FALANDO DOS DINDOS	72
3.1 Neófitos: a visão idealizada da relação padrinho-afilhado.....	72
3.2 A Segunda Etapa: principiantes e veteranos	77
3.3 Motivos para participar do AA: “Se você não vive pra servir, você não serve pra viver”	80
3.4 PADRINHOS: “Os que ficaram é porque tem amor no coração, é porque gostaram do que tão fazendo”	83
3.4.1 Laura e Maria:.....	83
3.4.2 Mercedes – Lucas, André e Jonas:	85
3.4.3 Juliana e Isabela:	88
3.4.4 Nara, João, Diego e Caetano:	91
3.4.5 Ruth e Carlos:	93
3.4.6 Cecília e Cíntia:	96
3.4.7 Saulo, Érica, Pedro e Paulo:	97
3.4.8 Fernanda e Tiago:.....	100
3.5 Abrigos	102
3.5.1 João Paulo II	102
3.5.2 Aldeia SOS.....	103
3.5.3 Abrigos Residenciais	103
CAPÍTULO 4 - AFILHADOS: Entre o afetivo e o material	107
4.1 O grupo de afilhados	107
4.1.1 Cíntia: “Eu não considero a minha mãe como mãe, nem o meu pai como pai. Também não considero a Cecília (madrinha) como mãe, ela é uma amiga”.....	109
4.1.2 Raquel: “Na verdade eu ligo a cobrar pra ela, né? Na maioria das vezes eu ligo pra ela, não é ela pra mim. Eu ligava pra saber como é que tava e agora eu só ligo pra pedir dinheiro, né? Que é normal!”	118
4.1.3 Estela: “não deveria ser chamada ‘madrinha afetiva’ e sim ‘madrinha material’	123
4.1.4 Carlos: “o programa funciona para aqueles que têm força de vontade, sobretudo para os afilhados que ‘querem alguma coisa na vida’”	125

4.1.5 Tiago: “se a criança não tem o padrinho, ela não tem uma base!”	127
4.2 ESCOLARIDADE: “Ela queria que eu voltasse a estudar, aí eu não fui ver”	130
4.3 PARENTESCO: “ela (madrinha) não passou os dias que eu chorei, ela não tava lá, nem ela, nem a minha mãe”	131
Algumas Considerações:	137
Referências Bibliográficas	141

CAPÍTULO 1 – TRAÇANDO A PESQUISA¹

1.1 Objeto:

A partir de uma abordagem antropológica, essa pesquisa tem como enfoque o “Apadrinhamento Afetivo” (AA), um dos programas da organização não-governamental (ONG) “Instituto Amigos de Lucas” situada em Porto Alegre, que visa instituir “madrinhas” e/ou “padrinhos” a crianças e adolescentes com poucas probabilidades de serem adotados² e que residem em abrigos da cidade.

O Estatuto da criança e do adolescente (1990) estipula a necessidade de programas que garantam a inclusão social de jovens em famílias e em comunidades; nesse contexto, o abrigo é colocado como uma medida transitória, pois, de preferência, se a criança não pode ser reintegrada à sua família de origem, deve ir para uma família adotiva. Entretanto, a observação da realidade empírica baseada em dados de pesquisas anteriores, sugere que não são poucas as crianças e os jovens que ficam anos no abrigo:

“[Nos abrigos da rede municipal de Porto Alegre] com até três anos de abrigamento temos (tem-se) o percentual de 17% dessa população com perspectiva de retorno à família, ao passo que esse percentual cai abruptamente nas crianças e adolescentes com até quatro anos de abrigamento, das quais apenas 4% têm perspectiva de retorno à família. Apesar do fato de que em 30% dos casos as famílias já foram destituídas de forma permanente do pátrio poder, apenas 5% das crianças e adolescentes estavam cadastrados para adoção” (FONSECA e SCHUCH, 2009:135).

Essa situação coloca um problema concreto quanto à “integração social” dos jovens abrigados. Estudos clássicos de instituições sociais sublinham os estragos da institucionalização prolongada que isola os indivíduos (FONSECA e SCHUCH, 2009); para evitar tal isolamento, os abrigados devem fazer uso de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, etc.) onde convivem com crianças que vivem em condições “normais” (com suas famílias, etc.). O apadrinhamento afetivo é uma maneira para aumentar esse espaço extra-institucional, para incluir momentos de lazer no fim de semana, nos feriados e nas férias escolares.

¹ Ao longo do trabalho utilizo a primeira pessoa do singular, quando me reporto apenas a mim e a primeira pessoa do plural quando estou falando de mim e de minha orientadora, já que toda dissertação é resultado de um trabalho em equipe.

² Baseada em leituras, conversas e na observação em campo, as crianças que tem menores probabilidades de serem adotadas são negras, meninos, maiores de seis anos, que possuem algum tipo de necessidade especial e/ou são soro-positivos. Podendo possuir uma ou mais característica dessas.

Há a expectativa de que os padrinhos sirvam como ponto de apoio para seus afilhados justamente quando não são mais considerados "menores de idade" e não mais têm o direito de acessar a rede de atendimento. Assim, apesar do aspecto transitório atribuído aos abrigos pelo ECA, que fundamenta as políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente, cabe questionarmos quais as oportunidades e o suporte que este "adulto" de dezoito anos tem ao sair do abrigo e o possível impacto do programa "apadrinhamento afetivo" na trajetória de vida dele (s), pois no *site* do Instituto Amigos de Lucas explica-se os objetivos do programa:

“O Programa Apadrinhamento Afetivo vai permitir que as crianças e adolescentes, que hoje são "filhos do Estado" e crescem em abrigos, tenham referenciais de vida, além dos profissionais que com eles convivem.

Queremos que as crianças e adolescentes cresçam tendo vínculo afetivo também com alguém em especial construindo a sua auto-estima, mais seguras em seus relacionamentos sociais e afetivos, conscientes de sua cidadania, exercendo sua crítica e participação nas decisões de mudança da sociedade.

Crianças e adolescentes com referenciais concretos se tornam adultos mais felizes. E os adultos que reconhecem a importância desta troca afetiva com seus afilhados e afilhadas dão uma nova dimensão às contribuições solidárias” (Disponível em http://www.amigosdelucas.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=4&Itemid=13. Acesso em 08/02/2011 às 15h20).

Afinal, essa pesquisa discute a possibilidade de "criar parentesco", isto é, criar um vínculo difuso e duradouro entre pessoas de gerações diferentes e classes distintas, por intermediação de uma forma institucionalizada de apadrinhamento, colocando ênfase nas negociações entre os significados e expectativas que as pessoas envolvidas na consecução do apadrinhamento e instituições relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente desenvolvem em torno dessa prática.

1.2 Locus da Pesquisa: Amigos de Lucas

1.2.1 Fundação e administração da ONG

O “Instituto Amigos de Lucas” é uma ONG que surgiu em outubro de 1998 na cidade de Porto Alegre/RS e que “... trabalha na prevenção ao abandono na infância e na luta pela garantia do direito que toda criança tem de viver em família”³.

³ Acesso: www.amigosdelucas.org.br em 01/09/2009 às 10h10.

Em relação à maneira como a ONG foi criada e mesmo o significado de seu nome não conversei com seus fundadores que, segundo relatos de integrantes da diretoria atual, seriam o casal de jornalistas, Helena e Alexandre, que não participam mais da ONG porque teriam mudado de cidade. Seguindo o que contam desses colegas, ao decidirem adotar uma criança, o casal fundador da ONG teria passado por um longo processo burocrático e tiveram a ideia de dividir essa experiência com pessoas envolvidas em situação semelhante. Existem algumas hipóteses sobre o significado do nome da ONG, uma delas é que ele seria composto de forte carga simbólica, pois temendo que seu filho adotivo sofresse algum tipo de preconceito, o casal jornalista fundador, também vislumbrou no grupo de apoio à adoção um mecanismo para se criar uma rede de pais e filhos adotivos, sendo assim, possíveis “amigos” de seu filho “Lucas”⁴.

A ONG foi organizada, num primeiro momento, com o projeto “Grupo de Apoio à Adoção” que, como o próprio nome sugere, se constitui em reuniões mensais⁵, que ocorrem em uma sala do “Pão dos Pobres”⁶ coordenadas pela diretoria do IAL, que reúnem pais adotivos e pessoas interessadas em adoção para tirarem dúvidas e trocarem experiências.

Atualmente, a organização desenvolve três projetos sociais: “Grupo de Apoio à Adoção” (desde 1998), “Apadrinhamento Afetivo” (desde 2002) e “Famílias Acolhedoras” (desde 2006). Ao iniciar a pesquisa em junho de 2009, a ONG funcionava no quinto andar de um prédio antigo no centro de Porto Alegre. Contudo, um candidato a padrinho da turma de 2009, ao saber que a diretoria estava com problemas financeiros e que pagavam um alto valor de aluguel, cedeu uma sala da federação⁷ em que é presidente, mas que não estava sendo utilizada. Assim, atualmente a sede da ONG se localiza em uma zona residencial há poucos quilômetros do centro.

⁴ Essa versão do significado do nome da ONG me foi relatada por alguns membros do IAL. No entanto, fui informada pela minha orientadora de que teria outra versão, qual seja que os “amigos” de “Lucas” seriam aquelas crianças que ainda permaneciam nos abrigos e que a ONG trabalharia para que fossem adotadas também. Além disso, ouvi uma versão religiosa, em que Lucas seria um evangelizador. Desse modo, existem várias hipóteses em torno do nome.

⁵ Ver descrição dessas reuniões em Pêss, 2009.

⁶ “A Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio foi criada em 1895, pelo cônego José Marcelino de Souza Bittencourt, com o objetivo de amparar as viúvas e os filhos das vítimas da Revolução Federalista. Com o falecimento do seu fundador no ano de 1911, a Instituição passou a ser regida pela Congregação Lassalista. Anos depois a instituição voltou-se somente para o atendimento a crianças e adolescentes órfãos e atualmente os critérios de ingresso destes são: pobreza absoluta e alto risco social. Entre 1916 a 1930, construiu grande parte do que hoje possui para oferecer uma nova perspectiva de vida às crianças e adolescentes, atendendo-os dos 8 aos 18 anos de idade e apoiando também as suas famílias. Desde o início a arrecadação financeira é oriunda somente de contribuições de empresas e da sociedade civil, e não conta com participação regular dos órgãos oficiais” (ver em <http://www.paodospobres.org.br/fundacao.php>. Acesso em: 27-01-11, às 12h19).

⁷ O nome da federação não foi colocado para preservar a identidade do padrinho.

Durante certo tempo, o IAL recebia uma verba de 40 mil reais ao ano da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC destinada ao programa “Famílias Acolhedoras”. Sendo dividida em 3.300 reais por mês; era com esse dinheiro que a diretoria pagava uma psicóloga, uma assistente social, uma secretária, uma contadora, além das despesas de condomínio, luz, telefone e *internet* da ONG. No entanto, o convênio com a FASC foi finalizado em dezembro de 2010, pois a partir deste ano (2011) a fundação irá coordenar o programa “Famílias Acolhedoras”.

Portanto, durante o período da pesquisa de campo, a ONG estava passando por um momento extremamente difícil em termos financeiros. A coordenadora atual de projetos e também psicóloga do Instituto Amigos de Lucas – IAL (membro do Instituto desde 2007) explica que continuará no trabalho, mesmo sem ser remunerada, já que antes de ser funcionária, colaborava voluntariamente. Disse estar preocupada, pois a gestão do presidente da federação termina ao final de 2011 e provavelmente a ONG perderá a sala onde funciona atualmente. Além disso, com o término do convênio com a FASC, não haverá renda para pagar as despesas de manutenção do local.

As estratégias sugeridas por ela para enfrentar a crise financeira são a elaboração de eventos para arrecadar dinheiro em datas emblemáticas como o “dia das mães” e o “dia nacional da adoção”; além disso, o envio de projeto aos editais de empresas que patrocinam trabalhos relacionados à criança e ao adolescente, como a Petrobrás⁸ e o Criança Esperança⁹. “Se não, a gente vai ter que viver de vaquinha”, situação em que ela e os demais integrantes da diretoria precisam gastar de seu próprio dinheiro para pagar as contas da ONG.

Recentemente receberam o patrocínio da Souza Cruz¹⁰ para a confecção dos lanches dos encontros do “Apadrinhamento Afetivo”. Além disso, o músico e ator Jairo Mello ao

⁸ “A Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). É, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Fundada em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, no Brasil e no exterior” (Ver em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Petrobras>. Acesso em 26-01-11, às 17h07).

⁹ “Criança Esperança é um projeto social com vistas à melhoria de vida de crianças carentes brasileiras, promovido pela Rede Globo, inicialmente em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas Para a Infância) e atualmente com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)” (ver em http://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7a_Esperan%C3%A7a. Acesso em 04-03-11, às 11h58).

¹⁰ “A Souza Cruz é uma produtora de cigarros brasileira, subsidiária da British American Tobacco. Foi fundada por Albino Sousa Cruz em abril de 1903, no Rio de Janeiro, dando origem a um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil e que detêm a liderança no mercado nacional há mais de 50 anos. As marcas de seus cigarros são vendidas em mais 180 países do mundo. A empresa conta com mais de seis mil funcionários e chega a empregar nove mil pessoas no período de compra e beneficiamento de fumo” (ver em http://pt.wikipedia.org/wiki/Souza_Cruz. Acesso em 26-01-11, às 17h10).

conhecer o trabalho da ONG, doou três mil cópias de seu DVD¹¹ cujo lucro das vendas se destina ao Instituto.

A gestão atual iniciou em 2009 e termina no final de 2011, quando ocorrerá uma assembléia e a inscrição de chapas concorrentes. Caso não haja outro grupo, a gestão prossegue. Sendo o grupo de apoio a adoção o primeiro programa desenvolvido pela ONG, os integrantes da diretoria atual são todos pais adotivos, participantes do grupo.

1.2.2 *Administrando o apadrinhamento afetivo*

Segundo programa desenvolvido pelo IAL, em 2002, esse ano (2011) o AA formará sua décima turma de padrinhos. A partir de um processo mais “formal”, mediado por uma ONG em cooperação com o poder público, esse compadrio, foco da pesquisa, visa garantir “... a convivência social e comunitária”¹² de crianças e adolescentes que estão sob a tutela do estado.

As turmas de apadrinhamento iniciam com a divulgação das datas de lançamento do programa e inscrição para candidatos a padrinhos no *site* do Instituto e outros veículos de comunicação como programas televisivos, jornais e rádio. Há a abertura oficial da turma de apadrinhamento, onde normalmente estão presentes autoridades locais: juízes da infância e da juventude, representantes do Ministério Público, deputados, além dos membros da ONG, algumas madrinhas e afilhados.

A partir desse momento, abrem-se as inscrições para candidatos¹³, depois ocorrem entrevistas de seleção, onde um questionário produzido pelo IAL deve ser preenchido e, ao final de cada entrevista, os entrevistadores emitem um parecer sobre o candidato. Após essa etapa, ocorrem oficinas com temáticas variadas que vão desde a “saúde de família” até depoimentos de padrinhos, afilhados e assistentes sociais dos abrigos, com longa participação no programa.

Em 2010, o IAL teve êxito em um edital da Empresa Souza Cruz e foi beneficiado com a renda de 6.500,00 reais para cobrir o custo do lanche dos encontros, a confecção de brindes para as crianças, além de terem comprado uma máquina filmadora, uma fotográfica e um telão. Nesta ocasião, cinco funcionários da empresa também trabalharam enquanto voluntários em todas as etapas do apadrinhamento.

¹¹ Esse DVD é intitulado, “Meu amigo Elvis on Tour” e se constitui em um Documentário / Longa-metragem onde o ator Jairo Mello interpreta com sua voz 18 canções do “Rei do Rock”. O apresentador Paulo Borges entrevista o ator que fala sobre o seu trabalho de intérprete e a importância do inesquecível Elvis Aron Presley para a música.

¹² Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

¹³ Devem possuir “idade mínima de 18 anos, respeitando a diferença de 16 anos entre ambos, conforme recomenda o ECA (Art. 42, §3º); devem apresentar documentação solicitada; passar pela entrevista preliminar; participar da oficina de sensibilização; ter disponibilidade afetiva e estabilidade emocional; e, não possuir demanda judicial envolvendo criança e adolescente” (ver em www.amigosdelucas.org.br).

Simultaneamente, também ocorrem oficinas com as crianças e os adolescentes selecionados para o apadrinhamento, com a finalidade de explicar que “padrinho”, não é “pai”, logo “apadrinhamento” não pressupõe “adoção”. Ao final das oficinas há dois encontros, onde através da “paquera” padrinhos e afilhados se “escolhem”¹⁴ e dão início ao compadrio.

Passo a descrever esses encontros a partir de minhas observações em dois anos consecutivos, 2009 e 2010. Eles normalmente se dão em dois sábados consecutivos, acontecem no Pão dos Pobres, com início às 14h e término por volta das 17h. Os primeiros a chegar são os integrantes da ONG e voluntários, que organizam a sala para que os padrinhos, afilhados e técnicos dos abrigos¹⁵ possam sentar e lanchar. Além disso, na porta a coordenadora de programas controla com uma lista a presença dos candidatos a padrinhos, além de colocar fitas nos braços de todos que vão chegando. As fitas verdes são destinadas aos candidatos a padrinhos e afilhados. As fitas vermelhas aos acompanhantes e as fitas amarelas nos braços das pessoas que estão trabalhando.

Nos afilhados, além de serem colocadas fitas verdes, também são coladas etiquetas em seus peitos contendo seus nomes, os abrigos os quais fazem parte e o bairro onde se localiza¹⁶.

Nas primeiras horas do encontro percebe-se um clima de ansiedade e timidez, crianças correndo, padrinhos circulando, técnicos conversando e algumas tentativas de conversas entre candidatos a padrinhos e afilhados. Logo as crianças mais novas trocam de fita, colocando a vermelha para sinalizarem que já encontraram seus padrinhos.

Então, o vice-presidente do IAL e alguns voluntários iniciam dinâmicas para tentar integrar padrinhos e afilhados. Como exemplo, em um dos encontros que presenciei, os padrinhos formavam uma roda grande e os afilhados ficavam misturados no meio. Então Paulo, o vice-presidente, orientou que os padrinhos fechassem os olhos e os afilhados escolhessem algum adulto, dessem a mão para ele e fossem passear pelo terreno para se

¹⁴ Ao presenciar os encontros, percebe-se o quanto o ideal da criança de pouca idade, menina, branca e “saudável” continua persistindo, mesmo após as oficinas de preparação dos padrinhos.

¹⁵ Os abrigos que mais participam do Apadrinhamento são: Abrigos do Estado (Fundação de Proteção Especial - FPE), NAR (Núcleo de Abrigos Residenciais) Menino Deus, Ipanema, Intercap, Zona Norte, Zona Oeste e Belém Novo. Abrigo José Leandro e Abrigo Cônego de Nadal. Abrigos privados conveniados: João Paulo II e Aldeias Infantis SOS. Outros abrigos participam esporadicamente, mais quando têm algum padrinho informal para formalizar: Clínica Esperança, Casa Santa Rita de Cássia, Lar Amor do Mestre Jesus e LARCAMJE.

¹⁶ Esse dado é interessante, porque por mais que os integrantes da ONG tentem convencer os candidatos a padrinhos a não “escolherem” e sim, serem “escolhidos”, o fato de nas etiquetas dos afilhados constar o lugar onde moram serve como um fator que pode os beneficiar ou prejudicar na “escolha” dos padrinhos.

conhecerem. O fechar dos olhos dos padrinhos parecia querer indicar que a prioridade de escolha deveria ser das crianças.

Após esse momento de dinâmica é oferecido um lanche¹⁷ e o clima se descontraí. Contudo, ao passar das horas pode-se identificar um número elevado de adolescentes que acabam por ficar sem padrinhos. Nos momentos finais é que também ocorrem as conversas entre padrinhos e técnicos dos abrigos para um início de entendimento sobre como funciona a instituição e a rotina dos afilhados.

Além dos candidatos a padrinhos, afilhados, técnicos e voluntários, nesses encontros é também grande a presença de membros do grupo de apoio à adoção que na companhia de seus filhos adotivos, conversam bastante e parecem ter grande intimidade entre si. Minha pesquisa aprofunda justamente o que ocorre entre padrinhos e afilhados depois dessa etapa inicial.

1.3 Referencial Teórico:

Para desenvolver a reflexão que segue, foi imprescindível o estudo e análise da literatura que constitui a antropologia da família e parentesco (incluindo relações intergeracionais), a antropologia sobre o "governo das crianças" e "melhor interesse da criança, bem como, a antropologia do compadrio.

1.3.1 Parentesco

A maioria dos estudos clássicos antropológicos relaciona o parentesco à descendência ou à aliança, correspondendo aos direitos e deveres relacionados a cada posição e *status* que as pessoas adquiriam com o nascimento e/ou o casamento¹⁸.

Contudo, estudos históricos e antropológicos mais contemporâneos identificam, sobretudo no contexto pós-Revolução Industrial, o "afeto" e a "escolha" enquanto categorias fundamentais na constituição do parentesco (Ariès 1981, Strathern 1992). Descrevem como, muitas vezes, os comportamentos e as obrigações relacionados à descendência e à aliança são produzidos e utilizados em diretrizes hegemônicas relacionadas ao modelo da família nuclear, constituída por um casal heterossexual e seus filhos biológicos. Mas, na prática, as pessoas

¹⁷ Em 2009, todos os candidatos a padrinhos, membros da ONG e voluntários levaram um doce ou salgado e um refrigerante para o lanche. Já em 2010, com o patrocínio da Souza Cruz, os funcionários da empresa é que organizaram o lanche, não sendo necessárias outras contribuições.

¹⁸ Ver, por exemplo, FOX, 1966.

resignificam esses papéis e, ao que parece, substituem e /ou complementam valores de “sangue” pela centralidade do “afeto” construído e vivenciado no dia-a-dia.

Fonseca (2002, 2004) corrobora com a idéia de que, na modernidade, seria necessário flexibilizar o conceito de “família” para se estudar práticas familiares, isso devido à diversidade de dinâmicas que colocam o afeto como base da vida familiar, modificando concepções tradicionais. Essa autora, se apoiando em muitos outros estudiosos¹⁹, afirma que foi a partir da segunda parte do século XX que práticas até então não-estudadas, como arranjos que não se assemelham a modelos clássicos de parentesco começaram a ser visibilizados; por exemplo, famílias chefiadas apenas pela mãe, irmãos que criam seus filhos juntos, casais homoafetivos que adotam crianças, filhos de “criação” que convivem ou não com filhos biológicos de seus pais adotivos, casais que adotam filhos, etc.

É no bojo desses debates que surge uma indagação em torno do que significa "tornar-se parente", no sentido da instauração de uma relação de conteúdo afetivo difuso e duradouro. Para responder a essa pergunta, no âmbito da sociedade brasileira e, mais especificamente, em torno de um programa de apadrinhamento na cidade de Porto Alegre/RS, recorreremos ao conceito de “conexão” (*relatedness*) elaborado por Carsten (2000). Frisando a natureza socialmente construída das noções de família e parentesco, Carsten propõe empregar o termo “conexão” em uma tentativa de desconstrução da oposição analítica entre o biológico e o social. Para tanto, centra seus esforços no estudo dos símbolos - além do sangue e esperma - que sugerem uma “substância compartilhada” (*shared substance*) entre indivíduos que se consideram parentes, observando e compartilhando de outros elementos - comida, trabalho e atividades cotidianas - responsáveis por estabelecer uma relação profunda e duradoura, através de “códigos substanciais” (*substancial codings*). Ao usar o conceito de “conexão”, torna-se mais fácil analisar formas "alternativas" de parentesco, incluindo a conjugalidade homoafetiva, filiação adotiva, a relação entre padrastos e enteados, etc.

Refletindo sobre “símbolos-chaves”, que também poderiam ser a “substância compartilhada” de Carsten (2000), que formam parentesco em situações de acolhimento familiar, Jessaca Leinaweaver (2008) identifica que o “residir e o comer juntos” aparecem com frequência na literatura transcultural. Em seu trabalho nos Andes, a circulação de crianças é tida como consequência da vulnerabilidade social causada pela pobreza e quando não existe vínculo consanguíneo entre os envolvidos, uma das alternativas para se produzir o parentesco é via compadrio. Para tanto, em suas análises, a autora introduz o conceito de

¹⁹ Segalen, 1995; Singly, 2000; Stacey, 1992;

“acostumar-se” para o entendimento do processo relativo à produção da família. Esse é constituído pelo tempo, onde se constroem subjetividades, que não são apenas sentidas, mas também discutidas no cotidiano das pessoas envolvidas.

Leinaweaver (2008) também argumenta que quando a circulação de crianças produz parentesco, as pessoas começam a usar termos em consonância com a nova relação. No caso do “apadrinhamento afetivo”, que estabelece uma nova relação entre padrinhos e afilhados, é fundamental também nos basearmos no conceito de “acostumar-se” na tentativa de perceber como as crianças e adolescentes concebem essa nova realidade, bem como os padrinhos. Além disso, “a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais aprofundada quanto mais amplamente reconhecida, isto é, autorizada” (BOURDIEU, 1996: 81). Portanto, talvez seja no momento em que o jovem passe a ser chamado de “afilhado” e o adulto de “padrinho” que poderemos identificar um dos sintomas de produção de relações de parentesco. Como uma das contemporâneas formas de conexão, o programa “Apadrinhamento Afetivo” será estudado na presente pesquisa a partir dos significados, de redes e relações que o engendram.

Nesse sentido, é que essa pesquisa segue a linha de análise que se inscreve na antropologia contemporânea, buscando práticas que não necessariamente estão ligadas ao sangue, ao sêmen ou ao leite materno, e, sim, aos significados que os agentes que nelas participam as atribuem.

1.3.2 “Governo das Crianças”

No tocante ao “governo de crianças”, o trabalho de Rosilene Alvim e Lúcia Valladares (1988) faz uma retrospectiva sobre a intervenção do estado brasileiro no que diz respeito à “infância pobre”. Conforme as autoras, esse processo iniciou-se em 1899 no Brasil com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro. Trata-se da criação de uma esfera no judiciário direcionada à infância nas classes populares como uma questão social em 1906, sendo criada apenas em 1923, no Distrito Federal (ainda Rio de Janeiro), o Juízo de Menores, responsável por criar os primeiros abrigos de proteção à infância.

Além de analisar historicamente a criação de vários serviços de atendimento aos “menores abandonados e delinquentes”, as autoras identificam a atuação do Fundo das Nações Unidas para a infância – UNICEF no Brasil, que se inicia em 1948, dando ênfase à

questão global da infância; e no final de década de 1970, essa instituição também passando a apoiar diretamente comunidades carentes, a partir de suas próprias organizações.

A temática da cidadania sob uma perspectiva antropológica instaura-se no contexto brasileiro na década de 1960, pautada pelos ideais de liberdade e igualdade vigentes na modernidade e que se materializam, principalmente, no acesso à educação letrada e à participação política de todos. Nesse contexto, as organizações não-governamentais (ONGS) surgem devido às limitações do estado-nação (BARSTED, DUARTE, GARCIA e TAULOIS, 1993), complementando sua atuação, muitas vezes, subsidiadas por países “desenvolvidos”, na busca de promoção de direitos.

As ONGS que lidam com infância no Brasil atual, sob a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), procuram antes de tudo promover os "direitos da criança". No entanto, segundo Fonseca e Schuch (2009), esse objetivo, em que é subentendido uma definição de “infância universal” – justificado também pelos discursos de organizações internacionais -, não necessariamente está de acordo com as condições de acesso a tal infância.

Assim, as políticas públicas devem estar atentas às especificidades de cada realidade sócio-cultural, antes de tomar como prioridade discursos de “universalidades”. Pretendemos nos inserir nessa discussão procurando entender como esse programa de “Apadrinhamento Afetivo” para jovens abrigados se constitui em uma das políticas sociais atuais voltadas para a promoção de cidadania.

Produzido no contexto brasileiro, que possui alto índice de disparidades econômicas e sociais, apesar da ONG Instituto Amigos de Lucas estar se mobilizando em torno da proteção dos direitos da criança e do adolescente, um programa como o “Apadrinhamento Afetivo” pode ser a materialização da transferência de responsabilidades do Estado para o terceiro setor, tornando a família “instrumento de governo” (FONSECA e SCHUCH, 2009: 144).

Outra contribuição importante é a percepção sobre como o ECA está contribuindo para uma mudança de linguagem. Não obstante às vantagens desse conceito, ao identificar crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos” (SCHUCH, 2009), a nova legislação arrisca retirar o foco das questões econômicas e sociais, principais responsáveis pelo acesso aos “direitos”, colocando na responsabilidade de famílias pobres o acesso apropriado a eles. O que pode ser problemático, na medida em que as famílias biológicas das crianças e dos adolescentes podem estar perdendo suas guardas, devido à falta de recursos condizentes a

uma “infância universal”, apesar do dispositivo legal que proíbe a destituição do poder familiar por motivo de pobreza²⁰.

Partindo da idéia de que existem inúmeras maneiras de se pensar e de se viver a infância, em consonância com a crítica do uso inapropriado de Piaget, quando se sugere que o autor analisa o desenvolvimento psicológico infantil como algo essencialmente biológico (Mauss apud FONSECA, 2009 e HECHT, 1998), nos propomos discutir a idade de 18 anos, como determinação arbitrária da idade adulta e quais “... processos sociais ensejam essas delimitações, porque elas são essenciais nos enunciados e definições de políticas públicas aplicadas às várias idades” (BRITTO DA MOTTA, 2004: 352).

1.3.3 “Melhor interesse da criança”

O “melhor interesse da criança” é uma idéia amplamente defendida na constituição de políticas públicas que visam tal público, contudo Forman e Ladd (1996) discutem através de diferentes exemplos quem são os responsáveis e por quais motivos ocupam tal posição para proporcionar o “melhor interesse da criança”. Passando por tensões entre pais, médicos e o Estado e ampliando para dar voz às crianças e respeito aos valores dos adolescentes, provocam uma relevante reflexão sobre as práticas cotidianas dos diferentes sujeitos que possuem direitos, que em algum momento podem ser limitados, questionados ou mesmo convencidos de acordo com cada contexto.

Contudo, argumentam que crianças e adolescentes, apesar de deverem ser ouvidos, convencidos e respeitados, não possuem maturidade para tomar decisões que repercutam em sua saúde em longo prazo. Aspecto relevante em nosso trabalho, pois diferente do ECA e das profissionais, os jovens que participam desse trabalho estão dizendo que preferem não voltar às suas famílias de origem.

Nos casos discutidos pelos autores que dizem respeito a assuntos de saúde, essas decisões precisam ser tomadas em diálogo com opiniões de médicos, pais e se não conseguirem entrar em consenso, que o Estado e a sociedade também sejam acionados. Um exemplo interessante é o caso do aborto. A adolescente pode optar por isso, com o consentimento dos pais, mas nesse caso é o Estado que se opõe. Então, de quem seria o direito mais legítimo? Do feto? Da gestante? De seu grupo familiar? São questões contemporâneas que nos fazer repensar qualquer tipo de julgamento moral e legal.

²⁰ “Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, ECA.

Leifsen (2009), através de uma pesquisa de campo realizada no Equador, levanta problemáticas semelhantes ao que ocorre no Brasil e possivelmente nos demais países da América Latina. Sua análise é centrada na disparidade entre a elaboração de leis voltadas a criança e ao adolescente e suas implementações. O autor sugere que as políticas públicas desenvolvidas para o “melhor interesse” da criança e do adolescente não obtém sucesso porque estão mais voltadas em obedecer aos artigos da Convenção²¹ e de instituições internacionais, do que conhecer a realidade específica de “suas” crianças e adolescentes. Um exemplo seria a universalidade do “direito à família”, que não leva em consideração a agência de menores que optam por se separar das mesmas e a circulação de crianças, que envolve uma ampla rede social de cuidados e proteção. Desse modo, para ele:

“Essa falta de correspondência entre a realidade observada e a construção de um universo normativo que promove os direitos da criança é evidente inclusive na maneira em que as pessoas envolvidas na política descrevem a realidade social de uma zona marginal” (LEIFSEN, 2009:6)

Assim, para estar de acordo com tais diretrizes os planejadores das políticas, bem como seus usuários teriam que passar por um processo de “subjetivação”, ou seja, tentar incorporar em seus modos de ver e vivenciar a vida o modelo divulgado pela Convenção Internacional, através da consecução e vivência em projetos de intervenção, pois: “A apropriação pessoal de um projeto de governo é um passo crucial para exercer o ‘biopoder’ (FOUCAULT, 1984, 1991)” (p.14), então a utilização do “melhor interesse” da criança deve ser entendida enquanto práticas que contribuem para o exercício de um Estado, uma vez que:

“Se existisse algo como um enfoque aplicado dos direitos da criança como parte do bem-estar social atual da América Latina, isto implicaria que, por exemplo, a circulação infantil informal e a distribuição de responsabilidades do cuidado dentro de amplas redes de parentesco, influenciariam nos esquemas e estratégias de intervenção” (LEIFSEN, 2009:14).

Como é o caso dos afilhados analisados nesse trabalho, que circulam em diferentes casas, sob a tutela de várias pessoas no decorrer de suas trajetórias.

Théry (2009), no seu artigo sobre o anonimato das doações de gametas em países europeus, mais especificamente na França, nos processos de reprodução assistida – RA alega que o anonimato faz parte de uma visão de paternidade legítima tradicional e que a evolução nos saberes e técnicas faz com que o fim do anonimato não diga respeito a uma “busca de

²¹Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989).

filiação verdadeira” e sim pautada em novas representações e valores sobre filiação e parentesco, a prática da pluripaternidade e o direito às origens, se construam novos mecanismos para a produção da identidade narrativa.

Segundo ela, vários países já aboliram o anonimato e a maioria dos demandantes de gametas são mulheres solteiras ou casais do mesmo sexo, para os quais a identidade do doador não é um problema. Portanto, a autora defende que conhecer a identidade do doador deve ser uma possibilidade e não uma obrigação. Já que não existe filiação natural, ela é sempre social.

Fundamentada nessas idéias, podemos dizer que não necessariamente padrinhos e afilhados transitam ou esperam exercer posições comumente encontradas na concepção tradicional de família²². Já que estamos propondo o estudo do parentesco a partir de práticas contemporâneas, pode-se pensar na experiência do Apadrinhamento Afetivo enquanto uma conexão que gera diferentes relações, que contínuas e duradoras, podem ser entendidas como de parentesco. A vida familiar é perpassada pelas tecnologias de governo ininterruptamente, mas o contexto deve ser entendido como um ator sempre mutável, por isso, devemos buscar multiplicidades e evitar as dicotomias, como por exemplo, o sangue e o afeto.

1.3.4 *Compadrio*

Ao investigarmos os estudos sobre o “compadrio” seja sob uma abordagem antropológica, seja a partir de campos afins, encontramos vários trabalhos que poderiam ser classificados em relação a duas perspectivas: Na primeira, encontramos análises históricas, fundamentadas em certidões de batismo, se remetendo ao final do século XVIII e à sociedade escravocrata negra e/ou indígena (BRUGGER, 2004; MEIRA, 2008); na segunda, não em oposição à primeira, mas a complementando, a ênfase é colocada nas relações políticas decorrentes das diferenciações de poder entre padrinhos e afilhados, onde o compadrio atua no estabelecimento de uma relação patrão-cliente (LANDÉ, 1977; LOMNITZ, 1994, WOLF, 2003).

Silvia Brugger (2004), ao analisar o apadrinhamento de cativos (escravos) em São João Del Rei, durante o período de 1730 a 1850, identifica que essa instituição tinha como fim ampliar as redes de solidariedade entre os próprios escravos e ex-escravos. Na maioria dos casos, se buscavam padrinhos livres, que tivessem recursos financeiros, políticos e de prestígio. Por isso, a autora justifica que “até hoje, os termos padrinho e madrinha são

²² Ao mesmo tempo em que em seus discursos encontremos categorias tradicionais de família e parentesco.

utilizados para designar benfeitores, ainda que nenhum parentesco ritual exista entre as partes”. Heloisa Meira (2008), ao estudar o compadrio entre os índios do aldeamento do Rio Pomba e Peixes (MG), destaca um tipo de apadrinhamento involuntário, pois nem sempre era dada a oportunidade de escolha dos padrinhos aos índios, mas, ainda assim, não deixava de ser uma estratégia de socialização. Mesmo salientando o caráter informal que o compadrio poderia apresentar, os dois trabalhos se remetem aos registros de batismo para o estudo do compadrio.

Larissa Lomnitz (1994), centrando seus estudos em uma análise de redes sociais, estuda o compadrio contemporaneamente, nas classes médias urbanas do Chile. Assim, elabora uma diferenciação entre o compadrio informal, expressão de um contrato diádico²³ e o compadrio ritual, com o exemplo do batismo católico. Voltando-se para o compadrio informal, a autora o ressaltava como “... uma forma de ajuda que se emprega para obter algo com mais facilidade em menos tempo” (p.23). Contudo, explica que o compadrio é formado por um código moral, que limita os favores possíveis; quando o contrato diádico é vertical, ou seja, quando há desigualdade entre as duas pessoas, este pode se converter em subordinação, fundante das relações padrões-clientes em que as manifestações dessas lógicas morais (lealdade, confiança, etc.) se refletem no âmbito de instituições como a família.

Marcos Lanna (2009) buscando entender a questão da desigualdade a partir do que chama de uma versão da “antropologia estruturalista”, chama atenção para a presença da instituição do compadrio em várias partes do mundo latino e mediterrâneo; entretanto, argumenta que no contexto brasileiro ele é mais estrutural do que institucional, portanto inconsciente. Conjugando o aspecto simbólico (criação de um parentesco fictício) e funcional (redes de ajuda mútua) que, segundo o autor, e mesmo os trabalhos que discutimos acima, permeou as análises clássicas do compadrio (décadas de 1950 a 1980); Lanna sugere o estudo do compadrio como fundador da vida comunal e de relações de troca, não apenas um mecanismo de extensão de relações sociais. Nessa concepção, o compadrio adquire um aspecto sacrificial, onde o dom parte sempre do lado hierarquicamente inferior, muitas vezes, materializado na forma de trabalho, onde o afilhado é “um sujeito que dá e um objeto que circula”²⁴ (p.8), ou seja, o compadrio não seria apenas a evidência de desigualdades, mas também produtor das mesmas e a hierarquia é tida como algo intrínseco à constituição simbólica do social (DUMONT, 1980).

²³ Em Landé (1977), encontramos um estudo de relações diádicas horizontais e verticais, as segundas constituindo as bases do clientelismo.

²⁴ Situação que pode ser mais bem entendida nos termos da gratidão (ver Motta-Maués, 2006, 2007; Dantas, 2008; Leinaweaver, 2009).

Apesar desse aspecto sacrificial proposto por Lanna, fundamentado por uma hierarquia inerente a vida social brasileira, Claudia Fonseca e Jurema Brites (2003), na sua pesquisa entre grupos populares em Porto Alegre nos anos 1980, destacam que existe uma grande variedade de mundos sociais e simbólicos, onde o batismo assume feições distintas: podendo ocorrer em igrejas, em casa, apenas existindo duas pessoas que passam a se denominar reciprocamente de “madrinha e/ou padrinho” e “afilhado”, etc. No entanto, no que diz respeito à manutenção de redes de ajuda mútua, configuradas por diferenciações de *status*, as autoras comentam que com a modificação das estruturas econômicas e políticas brasileiras, o compadrio, caracterizado por relações patrão-cliente tenderia a desaparecer; talvez, apenas restando o apadrinhamento entre “quase iguais”. Outra hipótese desenvolvida pelas autoras seria de que a certidão de nascimento, dentro do contexto moderno, seria o instrumento da racionalidade burocrática estatal que estaria atuando no lugar do batismo com vista ao acesso à “cidadania universal” (p.15). Nesse sentido, o rito de batismo faria parte de uma esfera íntima, perdendo seu caráter funcional de ajuda, atuando como um rito de recepção do recém-nascido, em conjunto com ritos mais “modernos” ou institucionalizados.

Após essa breve revisão bibliográfica acerca de estudos sobre o compadrio através do método histórico ou etnográfico, para o estudo do “Apadrinhamento Afetivo” de Porto Alegre, foco central dessa pesquisa, podemos iniciar nossas análises dialogando com o artigo de Fonseca e Brites (2003).

Ao adequar o compadrio ao contexto sócio-político brasileiro contemporâneo, essas autoras acenam para mecanismos burocráticos que estariam “substituindo” o rito do batismo. Assim, a ONG Instituto Amigos de Lucas, sendo uma ferramenta de políticas públicas concernentes ao sistema neoliberal, desenvolve um programa que se chama “Apadrinhamento Afetivo”, se remetendo a uma denominação referente a uma prática tradicional, mas nesse momento, mediada por uma ONG.

Em relação à interessante análise de Lanna, pautado no conceito de hierarquia de Dumont (1980), no que tange ao “Apadrinhamento Afetivo”, pode ser um dos caminhos de compreensão de suas práticas, posto que é um programa que surge a partir de um cenário de desigualdade (padrinhos geralmente pertencentes às camadas médias e afilhados oriundos de camadas populares). Apenas nos resta compreender se no caso do AA o caráter sacrificial parte apenas do afilhado, que ao desenvolver gratidão por seu padrinho pode assumir responsabilidades em relação a eles até seu falecimento, ou também dos padrinhos, quando assumem o ideário da caridade, constituído no “dar” sem esperar algo em troca.

Todos os trabalhos colaboram de forma fundamental para a temática estudada. Assim como os escravos recorriam a pessoas livres para serem seus padrinhos, com a intenção de receberem ajuda financeira e social, a ONG também desenvolve o programa para crianças e adolescentes em situação de abandono, para que possam receber apoio de padrinhos com melhores situações econômicas e/ou sociais, sobretudo, para quando completarem dezoito anos e precisarem sair dos abrigos.

A relação estabelecida no “Apadrinhamento Afetivo” pode ser caracterizada por desigualdades de classe e geração que, segundo Britto da Motta (1999), apenas são percebidas “... em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras” e em relação com categorias de gênero e cor, podem construir representações e identidades que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais (p. 353).

Finalmente, devemos reconhecer a relevância para nossa pesquisa sobre o apadrinhamento de estudos sobre relações intergeracionais. Tal perspectiva nos remete à análise de Britto da Motta (2004) que ressalta a atualidade e importância do conceito de geração na dinâmica política e na reprodução social, já que, “as etapas de vida, categorizadas em idades, estão diretamente relacionadas com os direitos e deveres vivenciados nas relações cotidianas e nas normas jurídicas e prescrições oriundas do Estado” (BRITTO DA MOTTA, 2004:350). No Brasil, há diversas pesquisas examinando a relação entre gerações sucessivas, de avós, pais e netos, frisando como - mesmo nas camadas médias - o apoio material e afetivo da geração mais velha continua importante para a inclusão social dos jovens adultos²⁵. A maioridade legal (18 anos) nem sempre significa uma ruptura entre jovens e seus pais; não saem de casa imediatamente e, mesmo quando isso acontece, se perdem o emprego ou passam por uma dissolução conjugal, voltam facilmente a coabitar com os pais. Essa relação entre gerações se torna sumamente relevante para a discussão de nosso objeto, envolvendo jovens abrigados que frequentemente tiveram pouco contato com pais e parentes e provavelmente estabelecem outras maneiras de assegurar uma rede social durante a vida adulta.

1.4 Metodologia:

Antes de passar à descrição dos meus dados de pesquisa, cabe fazer uma pequena digressão metodológica, ressaltando detalhes de minha própria trajetória que ajudam a melhor entender a formulação do meu objeto de pesquisa.

²⁵ Ver LINS DE BARROS, 1987; MOTTA-MAUÉS, 2004; PEIXOTO E LUZ, 2007;

1.4.1 De “crias de família” a “afilhados”

Minha trajetória acadêmica se iniciou em 2008, sob orientação da prof. Dra. Maria Angelica Motta-Maués, no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, com um estudo sobre as “crias de família”, em sua maioria meninas advindas dos interiores do estado do Pará, que vinham para a capital Belém para “melhorar de vida”. O grupo de mulheres que participou do trabalho (apenas um homem), ora eram consideradas e sentiam-se enquanto “parentes” das famílias que as recebiam em suas casas na capital e ora em desigualdade em relação àqueles ligados pelo “sangue” (DANTAS, 2008).

Na tentativa de analisar as nuances que tal configuração apontava, a pesquisa solicitou o estudo da literatura antropológica sobre parentesco, circulação de crianças, gênero, geração e “cor”, pois em seus discursos em alguns momentos elas nomeavam os donos das casas enquanto seus “padrinhos” e em outros enquanto “velhos”; muitas vezes, circulavam em diferentes casas de membros de uma mesma família, passavam a maior parte de sua trajetória de vida convivendo com várias gerações de uma mesma família e também, muitas vezes, várias gerações da família de uma “cria” também se inseriam na casa da mesma família da capital e as mulheres eram na maioria negras.

Nesse contexto, fazia sentido formular a análise em termos da circulação de crianças, fenômeno caracterizado pela presença de diferentes tutores responsáveis pelo cuidado de crianças e pela grande mobilidade dessas em suas trajetórias de vida; bastante presente, aliás, nas classes populares²⁶, mas que também pode ser encontrado nas camadas médias e altas, ainda que em diferentes bases²⁷.

Em 2009, ao iniciar o mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, fui instada por minha orientadora, Claudia Fonseca, a estudar um programa de “Apadrinhamento Afetivo” (AA), desenvolvido desde 2002, pela ONG Instituto Amigos de Lucas (IAL), situada na cidade de Porto Alegre/ RS, que visa instituir “madrinhas” e/ou “padrinhos” a crianças e adolescentes residentes em abrigos situados na cidade, com baixas probabilidades de serem adotados. O programa me chamou atenção justamente pela denominação, pois no caso das “crias de família”, estudadas por mim em Belém, muitas passavam a chamar os donos das

²⁶ Fonseca, 1995;

²⁷ Motta-Maués, 2004;

casas de “padrinhos” como uma maneira de salientar que a relação entre eles não era estritamente empregatícia²⁸, portanto uma maneira de efetivar um parentesco.

Já no caso do programa “Apadrinhamento Afetivo”, diferente das “crias” ambientadas numa esfera íntima e doméstica, é um programa, mas que se utiliza do termo “apadrinhamento”, agora voltado a crianças abrigadas. Classicamente, o compadrio apesar de tomar como modelo uma relação familiar (por isso, era chamado por analistas de “pseudo-parentesco”), tinha muitos outros significados além de “criar parentesco”. Assim, busco entender distintos significados que essa relação de compadrio pode encerrar em diferentes situações que experienciei (observei, vivi) nas minhas pesquisas de campo.

A construção de uma dissertação sobre o “Apadrinhamento Afetivo” e os personagens por ele envoltos indica uma metodologia que, além de regras sustentadas teoricamente que auxiliem a construção do trabalho, se fez necessária a fim de abarcar uma realidade específica. Partindo, pois, de uma abordagem antropológica, com o método etnográfico que prioriza a elaboração de um referencial teórico-conceitual acerca da temática estudada e a pesquisa de campo, pretendo realizar a análise dos “projetos”, decorrentes dos “campos de possibilidades” (VELHO, 1994) oferecidos às pessoas que serão entrevistadas, representantes dos quatro segmentos focados na pesquisa, quais sejam: membros da ONG, profissionais dos abrigos, padrinhos e afilhados.

Meu intuito é fazer um estudo das negociações de sentidos das diferentes expectativas geradas em torno do programa, assim como, partindo de estudos de parentesco contemporâneo, identificar o tipo de “conexão” gerada por tal prática.

“Isto implica em estar atento (a) às regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder” (ECKERT e ROCHA, 2008: 3).

Seguindo também a orientação de Latour (2006) que propõe uma antropologia de “nós mesmos” e utilizando a teoria do ator-rede enquanto metodologia propõe uma antropologia simétrica, que elimine as dualidades típicas do pensamento ocidental moderno e elabore multiplicidades fundamentadas por um aparato conceitual imaginativo, onde não se busca a eliminação das diferenças entre o mundo do “nós” e o mundo do “eles” ou entre o

²⁸ As “crias” estudadas por mim nunca assinaram a carteira de trabalho, apenas recebendo alguma renda dos donos das casas em Belém de maneira “informal”. Além disso, no início de sua estadia, geralmente brincavam com alguma criança “da casa”, mas em dado momento assumiam também todo o serviço doméstico.

mundo dos “humanos” e “não humanos”, mas sim traçar “conexões transversais” entre esses diferentes modos de pensar e agir que possam ser traduzidos reciprocamente.

Assim, o pesquisador deve traçar uma rede, através da descrição, que proporcione agência na produção dos fatos; portanto o mundo social seria resultado da co-produção de elementos humanos e não humanos, que apenas tomam consciência da sua originalidade a partir do embate com diferentes formas de ação, que geram controvérsias promovendo a ampliação de suas redes sócio-lógicas (programa AA, concepções de família, “conexões de parentesco”, políticas de governo).

1.4.2 Os ardis da pesquisa de campo

A pesquisa priorizou os métodos de natureza qualitativa, visando compreender casos particulares que se articulam com emoções, valores, subjetividades e que remetem de algum modo à vida social. A obtenção de dados empíricos se deu através da observação direta e participante, registrados no diário de campo e também em conversas informais e entrevistas formais com o uso do gravador. Optamos pela modificação dos nomes originais. Além disso, ainda que através de um roteiro semi-estruturado, todos os relatos estão descritos obedecendo à maneira específica com que os diferentes entrevistados iam selecionando os tópicos que achavam mais relevantes, tentando enfatizar as diferentes maneiras que cada um elabora sua trajetória de vida, bem como, suas participações no programa “Apadrinhamento Afetivo”.

Meu primeiro contato com os “Amigos de Lucas” se deu em reuniões de orientação ocorridas na casa de minha orientadora, quando tomei conhecimento da existência do Instituto Amigos de Lucas. Minha aproximação se deu por intermédio de um colega, agora ex-integrante do Instituto²⁹, e que estava realizando seu trabalho de conclusão de curso relacionado ao programa “Famílias Acolhedoras”. Além disso, ele foi um dos fundadores do programa “Apadrinhamento Afetivo” e o primeiro a me disponibilizar informações sobre o funcionamento da ONG.

Em sua companhia participei de uma reunião para a organização da turma de apadrinhamento de 2009, podendo nessa oportunidade me apresentar aos demais membros, como estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, interessada em pesquisar o Apadrinhamento.

²⁹ Esse colega me chamou atenção para àqueles adolescentes que saem do evento sem padrinhos e a mudança de perfil que muitas vezes ocorre entre o que o padrinho idealiza no momento da entrevista e com quem realmente estabelece o apadrinhamento.

Nessa ocasião, me apresentei a todos e não houve nenhuma objeção à minha presença, mas fui solicitada a “ajudar” no processo, tornando minha observação agora também participante. Minha contribuição seria na efetivação de entrevistas com candidatos a padrinhos, por isso, fui instruída a conversar com a psicóloga da ONG ao término da reunião.

Antes que eu começasse a realizar entrevistas, houve outra reunião, agora também com profissionais representantes dos abrigos, onde membros da diretoria divulgaram o afastamento da então coordenadora de projetos da ONG, bem como apresentaram a nova integrante que a substituiria; na mesma reunião meu primeiro informante também comunicou seu desligamento da ONG, além de se retirar antes do final do encontro. Recorri à psicóloga, que marcou comigo no dia seguinte para que eu a observasse realizando entrevistas. O “drama social” (TURNER, 2008 [1974]) compreendido na saída de dois integrantes do programa foi um aspecto importante, pois minhas observações coincidem com o evento da saída de uma gestão e início da administração de um novo grupo, composto integralmente por pais adotivos.

Assim, iniciei minha pesquisa de campo em um período de transição da administração da ONG, em que vários integrantes que a coordenavam desde sua fundação em 1998 e que também podem ser caracterizados por uma longa trajetória de trabalho em instituições relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, estavam sendo substituídos por um novo grupo constituído estritamente por pais adotivos. Estes estavam imbuídos por diferente concepção acerca da atuação na ONG; priorizando o caráter voluntário e não pago do trabalho, manifestado enquanto “missão de vida”, ao passo que os antigos dirigentes encaravam seu trabalho com uma atividade profissional (portanto, que poderia ser remunerada).

Nesse contexto, eu, que teria sido inserida às programações da ONG por meio de um integrante da antiga gestão, me encontrei sozinha e com o desafio de realizar minha pesquisa com possíveis desconfianças em relação à minha atuação por parte da nova gestão. Dessa forma, quando possível, eu me apresentava seguidamente, explicava minha intenção de realizar um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” e esclarecia a relação *acadêmica* que me ligava ao colega.

Além disso, desempenhar o trabalho de entrevistadora me proporcionou uma experiência singular de observar alguém entrevistando as candidatas³⁰, visto que, na maioria das vezes somos nós que entrevistamos. Isso em relação às entrevistas que observei à

³⁰ Predominância de mulheres.

psicóloga realizando. Enfim, contribui na realização de dez entrevistas, onde tive que preencher um questionário produzido pela ONG e, ao final, elaborar um resumo sobre as impressões que tive da respectiva candidata (o).

Minha primeira entrevistada era psicóloga e me senti muito confortável durante nosso encontro, o que de uma forma ou de outra, corrobora com as análises de Bourdieu (1980) sobre pertença de classe. Thiollent (1980) também contribui para essa reflexão em torno da produção das técnicas de pesquisa e de como os marcadores como classe, escolaridade, etc., podem interferir na situação de entrevista. O fato de as categorias que utilizamos influenciar nas respostas das pessoas, a imposição da problemática e as dificuldades de comunicação, provocaram e continuam provocando reflexões acerca de minhas preferências e dificuldades no contato intersubjetivo com meus informantes, pois como Ruth Cardoso salienta:

“... a formação do pesquisador propõe o planejamento de todas as fases de seu trabalho, mas não o prepara para ver com olhos críticos seus humores, cansaços e infortúnios enquanto observador participante; e nem explicita o mecanismo pelo qual se chega a descobrir novidades” (CARDOSO, 1996, p.104).

Outro aspecto relevante é que realizando entrevistas de seleção, as candidatas me viam enquanto representante da ONG e eu não poderia prever quais seriam as repercussões dessa experiência no momento posterior, quando eu voltasse a contatá-las para participarem de minha pesquisa de mestrado³¹. No entanto, passado o período de seleção, conversei com alguns “padrinhos” sobre os objetivos de minha pesquisa e recebi o consentimento de todos³². Assim, apesar de preocupada pela maneira que se deu minha inserção ao campo, ao que parece, há muitos aspectos favoráveis, posto que, tivemos (eu e os entrevistados e membros da ONG) a oportunidade de nos conhecermos melhor.

Como salienta Mariza Peirano (1995) em sua revisão sobre o método etnográfico, as impressões do campo refletem também sobre a personalidade do etnógrafo e “o estranhamento passa a ser não só a via pela qual se dá o confronto entre diferentes teorias, mas também o meio de auto-reflexão” (p.16). Fica, portanto, evidente como nesse trabalho, está frequentemente presente a existência incontestável do embate entre os valores e princípios do antropólogo com os dos seus entrevistados.

³¹ Essas hesitações foram extraídas de meus diários de campo, que constituem também uma ferramenta fundamental para o êxito de uma etnografia, permitindo a reconstituição de memórias e sentimentos vividos em campo.

³² Apesar da pesquisa se constituir em quatro segmentos distintos, início minhas análises com o grupo de padrinhos e candidatas a padrinhos, pois minha inserção ao campo se iniciou dessa forma.

Talvez devido ao contexto em que minha pesquisa se iniciou, tive a impressão de que a relação com a nova presidente não estava se dando de forma tranquila, pois a cada contato eu sentia certa desconfiança em seus olhares direcionados a mim. Parece que estava tentando entender qual a minha “verdadeira” intenção em estar presente naqueles espaços e também salientava de que eu também estava sendo observada e estudada. Outro aspecto que eu estranhava em sua atuação era o tom biográfico de suas intervenções. Sempre falava das suas próprias experiências, seja nas reuniões com as assistentes sociais, seja com os padrinhos, dando um caráter bastante pessoal. Apesar de reconhecer a eficácia dessa forma de comunicação, em certos casos, visando garantir “a legitimidade da presença daquele participante na política institucional, que garantia seu ‘verdadeiro engajamento’” (ZACHER, 2007:70).

No entanto, no decorrer de mais ou menos um ano de convivência, nas reuniões com os padrinhos, oficinas de preparação e encontros, nossa relação foi se tornando harmoniosa, culminando com o momento de entrevista, fundamental para minha pesquisa e também para as transformações das impressões que eu tinha desenvolvido em torno da presidente. Através da sua história de vida, pude compreender sua postura e motivação no âmbito do Instituto Amigos de Lucas.

O vice-presidente do Instituto Amigos de Lucas também participou da pesquisa. Ainda que se mostrando sempre disposto a colaborar comigo, quando precisei me ausentar de alguns eventos da ONG, ao meu retorno, ele fez um comentário irônico, “ah, tu voltou?”. Na primeira oportunidade questionei o motivo dele ter me feito tal pergunta, pois eu estava pesquisando o Apadrinhamento Afetivo e naquele período em que me ausentei não teria tido nenhum evento relacionado a tal programa. Ele se desculpou e explicou que era porque gostaria que eu também frequentasse as reuniões do Grupo de Apoio à Adoção.

Após outros momentos percebi (que o) que Paulo, - assim denomino o vice-presidente - estava me requerendo para um engajamento maior em torno de todos os programas da ONG.

Zacher (2007) reflete sobre a sua atuação enquanto antropóloga junto ao Instituto Amigos de Lucas salientando as preocupações que nós pesquisadores temos em manter uma conduta de “Torre de Marfim”, na tentativa que nossas produções sejam estritamente “científicas” ou de “Prostituição”, com uma pesquisa predominantemente voltada às demandas do grupo estudado.

Pautando-se na *antropologia da ação* proposta por Roberto Cardoso de Oliveira, a autora defende o “engajamento enquanto postura ética” (p.67), diferente de uma *antropologia*

aplicada que *a priori* estaria submetida aos seus fins. Então, conclui que a cobrança de Paulo, que em alguns momentos eu avaliava ser impertinente, bem poderia ser compreendida nos moldes dessa forma de atuação que Zacher propõe.

Minha terceira e principal interlocutora, representante do segmento dos membros da ONG, é Talita, a psicóloga, que agora é também coordenadora de projetos do Instituto Amigos de Lucas. Durante aproximadamente um ano de pesquisa conversamos várias vezes, seja na sede da ONG, durante as reuniões, encontros, emails e telefonemas. Através dela eu tinha conhecimento do cronograma de eventos da ONG e tive acesso ao cadastro de padrinhos.

A presidente, o vice-presidente e a coordenadora de projetos do Instituto Amigos de Lucas acabaram sendo meus principais interlocutores em relação ao segmento da ONG que me propus estudar acerca do Apadrinhamento Afetivo. Sem contar as colaborações de outros membros que também estavam presentes nos variados espaços que circulei no período de um ano.

1.5 A organização de nosso texto

Depois desse capítulo introdutório em que tento traçar as linhas básicas da (minha) pesquisa elaborada – incluindo motivação, orientação, justificação, referenciais teóricos e procedimentos metodológicos – passo nos próximos capítulos a aprofundar a descrição de meus dados de campo. No segundo capítulo poderemos analisar por meio das trajetórias de vida desses integrantes e de técnicos dos abrigos suas idéias e concepções em relação às suas práticas afetivas e/ou profissionais no trabalho com crianças e adolescentes e a interferência do programa Apadrinhamento Afetivo em seus trabalhos e no cotidiano dos afilhados. É também neste capítulo que comento as entrevistas com assistentes sociais do Abrigo João Paulo II, das Aldeias SOS e também de um ex-presidente de um Lar que optou por não participar do apadrinhamento afetivo e uma mãe social.

No terceiro capítulo a ênfase é colocada nos padrinhos, analisando casos de novatos, que estão iniciando sua experiência em torno do programa e os antigos, aqueles que participaram das primeiras turmas e continuam tendo algum vínculo com seus afilhados. Neste capítulo inicio com a tentativa de traçar os perfis dos 10 candidatos a padrinhos que entrevistei para uma possível reflexão acerca de minha inserção no campo e dos candidatos os quais tive contato. Posteriormente, na etapa das entrevistas direcionadas para a dissertação, um novo grupo de padrinhos se configurou. Sendo duas madrinhas da turma de 2009, uma madrinha de turma de 2008, um casal de padrinhos da turma de 2007, duas madrinhas e um

casal da primeira turma, de 2002 e uma madrinha que iniciou seu apadrinhamento em 2001, antes que o programa Apadrinhamento Afetivo fosse inaugurado.

O quarto capítulo releva a discussão em torno das vivências e perspectivas de afilhados que participaram do Apadrinhamento Afetivo, suas avaliações e trajetórias de vida. Nessa etapa, entrevistei três afilhados de madrinhas e/ou padrinhos que também estão participando da pesquisa e duas afilhadas as quais não conversei com seus padrinhos.

Em “Algumas Considerações” há a tentativa de elaborar uma interface entre os diferentes segmentos abarcados, avalia-se o desenvolvimento analítico das diferentes concepções e as expectativas que conformam o programa.

CAPÍTULO 2 – As perspectivas produzidas nas instituições que geram o “Apadrinhamento Afetivo”

Partimos da premissa que para entender o funcionamento na prática de um programa como o Apadrinhamento Afetivo, é necessário entender não só os objetivos formais, mas também os significados que os agentes principais investem no programa, assim, nesse capítulo, escutamos os responsáveis atuais que administram o AA (tanto os membros da ONG, como funcionários dos abrigos). Ao saber mais sobre suas próprias trajetórias familiares e atitudes quando à maternidade/paternidade, passamos a melhor colocar em perspectiva o programa que estão construindo.

Entretanto, um elemento em comum que emerge desses relatos é a atuação destes agentes marcada por um sentimento de doação, envolvimento afetivo na causa (ver Schuch, 2009). Tal atitude é fundamental considerando a falta de recursos disponíveis e a necessidade de realizar os diversos programas com trabalho voluntário, ou mesmo, gastando seu próprio dinheiro.

2.1 Os voluntários da ONG: um “lema de vida”

2.1.1 Vera, presidente: “Se tu acredita no que tu faz, tu vai conseguir fazer!”

Vera é uma mulher de aproximadamente 50 anos, de estatura média e cabelos e olhos castanhos escuros. Iniciou o curso de administração, mas o interrompeu após ter adotado o filho. Trabalha em um banco e mora no bairro Jardim Itu Sabará, na zona norte de Porto Alegre. De personalidade forte, sempre chama muito atenção em suas intervenções pelo tom enfático com que ela defende suas idéias. Explica que com 7, 8 anos, desde criança, manifestava vontade de adotar. Ressalta que na sua família existem vários casos de adoção. Sua avó materna achando que não poderia ter filhos adotou um menino e ficou grávida da sua mãe. Já pela família do pai, ela diz que tem duas tias que não tiveram filhos e criaram sobrinhos, a primeira porque a esposa do irmão o deixou com três filhos pequenos e a segunda porque um dos irmãos teve uma filha com uma prostituta: “a minha tia cuidava dos meus primos, mas eu nunca pensava como adoção”.

Diz que “sempre” quis ter dois filhos biológicos e um adotivo e quando começou a namorar com o marido, que trabalha em uma gráfica, conversou sobre isso com ele, que recebeu a idéia com entusiasmo, “aceitou até mais do que eu imaginava, porque cada vez a família enche mais!”. Então tiveram um filho que hoje tem 24 anos e uma filha de 21 anos e Vera diz que o casal criou os filhos dizendo que em dado momento eles adotariam outro.

Quando estava na faculdade, ao realizar um trabalho em um presídio feminino, teve contato com Rodrigo, que na época tinha 1 ano e 4 meses. Havia nascido no presídio e nunca saído de lá. Então, a mãe dele permitiu que Vera o levasse para passear durante um mês. Nesse período Vera e sua família se apegaram muito ao menino e ela propôs uma guarda compartilhada à mãe de Rodrigo, em que ela levaria o menino para ver a mãe no presídio de 15 em 15 dias, mas sua proposta foi recusada. Vera alega que a mãe de Rodrigo apenas recusou a proposta porque sem a companhia do filho ela teria que ir para uma cela normal e não queria perder essa regalia. Após o acontecido, Vera soube que a mãe foi solta e presa novamente, com Rodrigo indo para um abrigo. Hoje, ele deve ter 6 anos e Vera sente por não ter mais condições de identificá-lo.

Após essa experiência, o casal decidiu entrar na fila de adoção³³ e pesquisando sobre a temática Vera encontrou o site do Instituto Amigos de Lucas na internet. No início pensava que a instituição era um abrigo, “é o que todo mundo pensa primeiro”, então ligou e descobriu que era um grupo de apoio, direcionado para pessoas com dificuldades, dúvidas e problemas relacionados à adoção. Entretanto, ela diz que se frustrou, pois ao frequentar as reuniões todos os primeiros sábados dos meses, percebeu que as pessoas falavam bastante, mas que nada era solucionado e Vera sentia falta de uma orientação mais eficaz. Então foi convidada a participar como secretária da gestão passada, mas não teve oportunidade “de fazer alguma coisa pra mudar o grupo”. Vera se elegeu como presidente na eleição posterior iniciando seu trabalho em 2009.

Vera justifica que as coisas eram todas centralizadas na figura da ex-coordenadora de projetos e que os demais órgãos governamentais relacionavam o nome dela à instituição, como se não tivessem outros membros. Assim, devido a problemas financeiros, essa nova gestão demitiu todos os antigos funcionários da ONG: “por isso eu vim parar na presidência”.

Voltando à sua vontade de adotar, ela diz que mesmo participando das reuniões do “Grupo de Apoio à Adoção” do Instituto Amigos de Lucas, cadastrada para adotar, sentia que “se eu não fizesse nada, nada ia acontecer”. Sua queixa principal era que as pessoas hesitavam em pressionar o sistema judiciário. Assim, ela e o marido fizeram uma “adoção consensual”³⁴ através de uma amiga que conhecia a mãe biológica de seu primeiro filho adotivo, Diogo. A presidente diz que esse processo foi muito difícil, pois a mãe do menino era “prostituta e

³³ Ver em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id2193.htm>.

³⁴ A adoção consensual é quando os pais biológicos de uma criança ou apenas a mãe indicam quem adotará seu(s) filho(s) antes que sejam colocados à disposição do Juizado da Infância e da Juventude como aptos a serem adotados.

viciada em drogas” e apenas aceitou dar-lhes o menino no oitavo mês de gestação. Pedia muito dinheiro e caso não fosse atendida, ameaçava deixar o menino no lixo.

Desse modo, Vera argumenta que ela e a família não sabiam se Diogo ia nascer doente (“podia nascer preto, podia ser azul, roxo”) e critica casais que dizem aceitar doenças tratáveis no questionário que preenchem e é entregue ao IAL, mas no momento em que são acionados pela ONG sobre alguma criança dentro deste perfil, não a aceitam. “Eles colocam ali pra ficar bonito (...) [mas] hoje em dia tem muitas pessoas que não querem ter filhos, eles querem escolher”. Vera argumenta que, no caso dela, “a gente abriu tanto o coração pra adoção que Deus mandou o melhor que tinha”³⁵.

Vera alega que o filho não tem “sequelas do abandono” e que o tema da adoção sempre foi uma assunto “natural” em sua casa: “o Diogo é muito bem resolvido com essa estória de adoção”. Ela diz que está escrevendo um livro, registrando todos os aspectos importantes da vida do menino, inclusive com fotos de sua mãe biológica no hospital com ele e que, quando ele estiver maior, vai dar para o menino ler.

A presidente discorre então sobre o IAL explicando que além do Grupo de Apoio à Adoção e do Apadrinhamento Afetivo, a ONG coordena o programa “Famílias Acolhedoras” que credencia famílias que possuem condições de cuidar de crianças transitoriamente para que não vão para abrigos, mas que também estão proibidas de conviver com sua família de origem. Devido a esse programa, há mais ou menos um ano e meio Vera está acolhendo os irmãos Luis, de 3 anos, a mesma idade de seu filho Diogo, e Lúcia de 1 ano e 3 meses³⁶. Isto porque eram um grupo de quatro irmãos e o IAL apenas conseguiu encontrar uma família que acolhesse os dois mais velhos. Então na falta de uma casa, Vera decidiu levar os dois menores para a sua.

Ela explica que Diogo não teve ciúmes e divide tudo com Luis, seus brinquedos, roupas, além da atenção dos pais. Inclusive, “esses dias agora, quando eu apareci na televisão, que eu tava fazendo a entrevista com o juiz, ele me perguntou, ‘quando é que vai vir mais irmãos?’ Eu disse, não vem mais irmãos, tu fica quieto”. O período em que está com os dois

³⁵ Essa referência em relação à ‘melhor criança’ que teria sido adotada justamente pelos adotantes que não fazem tantas restrições em suas preferências pode ser problematizada. Isto porque a ‘melhor criança’ pode ser comumente encaixada no estereótipo ‘branco, loiro e saudável’ requerido pela maioria dos candidatos à adoção, não condizendo com as características das crianças e adolescentes que estão nos abrigos aptos para a adoção. Em contraponto ao ‘acaso’ que Vera sugere ser o responsável pela chegada de um filho adotivo, levanto a hipótese de que alguns candidatos cursam certa “graduação de adoção”, para descobrirem os mecanismos mais eficazes de se conseguir o filho almejado. O tempo que levam os processos nos tribunais, também devem contribuir imensamente para a constituição desta “carreira” em ser pai adotivo.

³⁶ No decorrer da entrevista Vera me mostrou fotos dos três. Diogo é um menino branco, de cabelos lisos e louros, já Luis e Lúcia são crianças negras de cabelos crespos e pretos.

irmãos tem sido bastante tumultuado. Depois de uma estadia na casa de Vera, Luis e Lúcia ingressaram em um abrigo, mas apenas dois meses depois Vera conseguiu que voltassem para a sua casa. Ela pretende adotá-los, mas não tem certeza se o fato de ser família acolhedora irá ajudá-la ou prejudicá-la frente ao juizado. Diz que trata todos os filhos de forma igualitária.

Em relação ao seu trabalho no Instituto Amigos de Lucas, Vera esclarece que a diretoria é toda composta por pais adotivos ou candidatos que estão na fila de adoção, pois apenas trabalham com “voluntariado”³⁷. Diz que sua maior motivação é seu filho Diogo, pois teme que, se ela não o tivesse adotado, ele estivesse nas ruas passando fome e pedindo dinheiro. Assim, através do seu trabalho busca melhorar a vida de crianças em situação semelhante à dele e diz que, se pudesse, dedicaria 24h do seu dia ao Instituto, pois “se tu acredita no que tu faz, tu vai conseguir fazer!”.

2.1.2 Paulo e o Grupo de Apoio à Adoção: “Nós era visto como os estranhos no ninho”

João Paulo, um homem por volta de 55 anos, robusto, representante comercial e morador de uma casa aconchegante em Viamão. Tem grande sensibilidade ao relatar sua experiência na causa da adoção. É vice-presidente do Instituto Amigos de Lucas e diz que ele e a esposa, que é pedagoga, sempre planejaram adotar e “optaram”³⁸ por não ter filhos. Por esse motivo tiveram uma negativa jurídica para adoção, pois a assistente social que acompanhava o casal sugeriu que devessem gerar um filho, porque nunca tinham tentado³⁹. Avaliando que a técnica não tinha o direito de julgar a escolha do casal voltaram a se cadastrar na fila de adoção. Após 19 anos de casados Paulo e sua esposa deram entrada à documentação de habilitação.

Devido à demora em conseguirem um filho, sua mulher pesquisando na Internet, assim como Vera, encontrou o site do Instituto Amigos de Lucas e começaram a frequentar as reuniões do grupo de apoio à adoção e a se identificarem com o trabalho da ONG. Após quatro meses da primeira reunião, eles estavam habilitados tendo frisado que queriam apenas uma criança, menina, de 0 a 3 anos. Acabaram adotando dois irmãos, um de 2 anos e 4 meses e o outro de 1 ano e 4 meses. À aceitação dessa flexibilização de perfil, João Paulo atribui crédito ao grupo de apoio, que através de suas palestras, “a gente foi evoluindo nossa mente”.

³⁷ Ainda que durante o período que recebiam verba da FASC (até dezembro de 2010), pagassem quatro funcionários.

³⁸ A opção de não ter filhos não é explicada por Paulo. Contudo, nos chama atenção o fato do casal ter esperado 19 anos para então entrarem na fila de adoção.

³⁹ Não pude identificar se “tentar” ter filhos significava apenas o método convencional ou também o ingresso em um tratamento médico, já que alguns juizados exigem esse procedimento antes de proceder a uma adoção.

Ele também salienta que durante muitos anos ele e a esposa eram o único casal do grupo que optou por ter filhos adotivos, sem ter tentado filhos biológicos e que apenas recentemente surgiu um casal em semelhante situação, “nós era visto como os estranhos no ninho!”.

A adoção dos filhos de João Paulo se deu pelo cadastro do juizado. Seus filhos eram de outro município, mas como não conseguiram pais adotivos por serem dois, naquela localidade, foram para a lista estadual e João Paulo e a esposa os buscaram. Ele explica que entre o início da habilitação e a chegada das crianças passaram-se três anos e dois meses.

Após algum tempo o casal continuou no cadastro e adotaram uma menina que chegou à sua casa com 2 meses e 15 dias e ele relata:

“As coisas são tudo surpresas, e também tem sempre a *mão divina*, porque a nossa menina chegou, nós tava numa lista de uma criança até 3 anos e meio, jamais pensava que ia chegar uma de 2 meses! Mas chegou. Então foi *o presente que Deus nos deu*, porque nós pegamos os dois menininhos que ninguém queria, mas nós queria, é isso!” (Paulo, 15-09-2010).

Pais de três filhos, João Paulo e a esposa resolveram continuar ajudando outros casais a adotarem através do Instituto Amigos de Lucas e também avaliaram que seria bom para os seus filhos conviverem com outras crianças adotadas, “então não se torna um bicho de sete cabeças para as crianças no futuro”. Assim, João Paulo participou da gestão anterior como tesoureiro e há 1 ano e 8 meses é vice-presidente da ONG. Acredita que os antigos dirigentes estavam “cansados” e defende que a ONG deve melhorar e ser mais reconhecida nacionalmente. Ele explica que assumindo o cargo de vice-presidente da ONG, perdeu financeiramente, mas que o prazer de ajudar crianças a serem adotadas “é o importante da vida!”.

2.1.3 Talita: “Tá no Instituto hoje é como a realização de um sonho mesmo, não é só um trabalho, é a minha missão”

Talita tem aproximadamente 40 anos, olhos redondos e cabelos negros encaracolados, sua feição é alegre e é bastante comunicativa. Seu marido é administrador e sócio de uma empresa de construção civil e moram em um condomínio fechado no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre.

Psicóloga e coordenadora de programas do Instituto Amigos de Lucas, já conhecia a ONG devido a propagandas do “Apadrinhamento Afetivo” que passavam na televisão, mas apenas teve conhecimento maior, quando, com suas duas filhas biológicas adolescentes,

decidiu adotar uma criança. Explica que no início a intenção era ajudar uma criança, mas com o tempo se transformou na vontade de ter um filho efetivamente. Ela diz que o marido e as filhas concordaram e ela começou a ler muito sobre o assunto, inclusive em relação à adoção tardia, voltada a crianças maiores de 3 anos.

Nesse processo Talita, o marido e as filhas entraram com a documentação de habilitação para a adoção e no outro dia começaram a frequentar as reuniões mensais do Grupo de Apoio à Adoção. “Eu gostei, eu me senti bem, porque eu vi todo mundo ali falando a mesma coisa, o mesmo assunto. Todo mundo chora, todo mundo se emociona, então é uma coisa que eu... eu sou chorona, daí gostei!”.

Demorou apenas 4 meses para que o casal encontrasse João. Talita explica que a rapidez está diretamente relacionada à adoção tardia, pois como a família já tinha conversado que não tinham necessidade de ter um filho bebê, o perfil escolhido era de 5 a 7 anos, menino e de qualquer “raça”; 5 anos porque ainda seria pequeno e 7 para que pudessem acompanhar a entrada na escola pelo filho. Assim, tiveram conhecimento de um menino que estava abrigado em Passo Fundo, isso porque a família de seu marido reside nesse local, e antes de estarem habilitados conseguiram a guarda de João.

Ela explica que os primeiros meses foram muito difíceis, pois o menino “veio bem revoltado”, pois teve que mudar de cidade, escola e romper a convivência que tinha com um irmão também abrigado. Por isso, Talita pensou em também adotar o irmão de João. No entanto, apenas queria um filho e reflete que se o adotasse estaria agindo por caridade, “mas aí não seria aquilo como a adoção deve ser”⁴⁰. A mãe adotiva esclarece que a adoção tardia leva muito tempo para a criança ter confiança de que não será rejeitada, “que é pra sempre” e diz que mesmo após 3 anos que João está com eles, o menino ainda está em “fase de adaptação”⁴¹. Ela acredita que os problemas apenas irão desaparecer quando a família tiver concretizado a adoção e o menino possa levar o sobrenome da família⁴².

Desde 2007 participando do Grupo de Apoio à Adoção, a psicóloga começou a ter vontade de fazer um trabalho voluntário na ONG. Então, após várias solicitações, ao final de 2008 começou a representar o Instituto em algumas reuniões, como por exemplo, assumindo a vaga destinada ao IAL no CMDCA⁴³, ocasião em que se informava de várias políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. Nesse período estava se formando uma nova

⁴⁰ Pois na opinião da psicóloga a adoção apenas pode ser motivada pela vontade de ter um filho e não de “fazer caridade”.

⁴¹ A demora para a conclusão da adoção de João pode estar relacionada a um pedido de guarda da avó materna do menino relatada por Talita.

⁴² Ver STRYKER, 2010 e FRANÇOISE-ROMAINE, 2008.

⁴³ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

chapa para administrar o Instituto Amigos de Lucas e Talita foi convidada por Vera e Paulo para também integrá-la. Seu marido está como suplente do conselho fiscal e ela terminou por não entrar, sendo hoje funcionária, psicóloga e também voluntária da ONG.

Seu envolvimento com o “Apadrinhamento Afetivo” iniciou em 2009, quando realizou entrevistas de seleção para candidatas a padrinhos e desde então vem coordenando o programa. Ela explica que durante o processo de ser mãe adotiva, depois voluntária da ONG e agora psicóloga e coordenadora de programas, se modificou no decorrer dessas alterações de funções, pois anteriormente ela tinha um consultório e fazia faculdade de dança, “mas não era nada assim que me prendesse muito”. Com a chegada de João ela abandonou essas atividades e se tornou “dona de casa”. Contudo, com o passar do tempo cansou e “tá no Instituto hoje é como a realização de um sonho mesmo, não é só um trabalho, é a minha missão”. Alega que se tivesse condições, assim como Vera, trabalharia integralmente em prol dessa causa, mas que por falta de recursos também mantém outro emprego, em uma empresa que faz a mediação no contrato de portadores de necessidades especiais.

Em relação à dinâmica das reuniões do grupo de apoio, a mãe adotiva diz que apesar de ser um lugar de troca de angústias e experiências, muitas vezes, não se sentia à vontade para expor todas as suas dúvidas, pois não queria constranger seu filho, já que a maioria das crianças circula na sala durante os encontros. Por isso, o IAL está recrutando voluntários para que ocupem as crianças durante as reuniões.

Talita é uma das minhas principais interlocutoras durante toda a pesquisa e iniciou seu trabalho no “Apadrinhamento Afetivo” justamente no período que comecei a estudar o programa. Assim, ficamos muito próximas e foi através dela que eu participei de vários eventos relacionados ao programa, tive acesso aos arquivos com os dados de padrinhos antigos, bem como, telefones e emails de padrinhos novatos. Além de me presentear com uma camiseta do programa.

A psicóloga também acompanha as famílias cadastradas no programa “Famílias Acolhedoras”, mantém diálogo com abrigos, famílias de origem das crianças e dos adolescentes e organiza os encontros do “Grupo de Apoio aos Padrinhos”, iniciado em 2010 e realizado aos terceiros sábados de cada mês no Pão dos Pobres.

2.1.4 *Construindo o APADRINHAMENTO AFETIVO*

Segundo a presidente do Instituto Amigos de Lucas, depois do Grupo de Apoio à Adoção, que é o programa que proporcionou a existência da ONG, o Apadrinhamento Afetivo é o programa mais importante e o que está em melhor funcionamento⁴⁴. Vera alega que é um meio de se conseguir além de padrinhos afetivos, pais para a adoção tardia. Explica que “muitos padrinhos” se apegam aos seus afilhados e os adotam. Quando isso não acontece, quando os afilhados completam 18 anos, seus padrinhos podem os levar para morar em suas casas ou ajudarem a conseguir uma moradia para os afilhados. De uma forma ou de outra, “é um jeito da criança ter uma atenção diferenciada”.

No que tange às desistências dos padrinhos no programa, Vera alega que quando isso acontece é devido a “má preparação” dos mesmos, que idealizam crianças “perfeitas”. Quando o afilhado não se comporta da maneira esperada, o preconceito vem à tona. Os padrinhos que desistem têm idéias de que por pertencerem a famílias “desregradas” ou morarem em abrigos, as crianças teriam uma conduta marginal. Assim, ela argumenta que o estabelecimento de um vínculo apenas é possível após certo tempo de convivência, que não é possível se na primeira dificuldade os padrinhos desistirem das crianças. Então Vera relata que consegue perceber quando um padrinho se tornará pai de um afilhado e aqueles que participam “só pra ser bonito aos olhos dos outros, dizer que faz alguma coisa”. Por isso, ela salienta a importância da presença dos padrinhos novos no grupo de apoio, para que os membros da ONG e os padrinhos mais antigos possam orientar os novos, evitando possíveis rompimentos.

Já os afilhados, são aqueles com “baixas probabilidades de serem adotados”, portanto maiores de 5 anos. Ainda que o Apadrinhamento Afetivo não tenha como finalidade a adoção, inclusive com muitos candidatos a afilhados impossibilitados por possuírem irmãos nos abrigos e terem convívio com suas famílias de origem, Vera explica que o padrinho pode recorrer a um juiz e pedir a destituição do afilhado e que se ocorrer adoção, “será bem vinda”, já que algumas dessas crianças, “já passaram pela fila e ninguém quis”.

Em relação às instituições (abrigos) que não participam do apadrinhamento, a presidente explica que isso pode acontecer porque não querem que a ONG fiscalize a condição do abrigo. Alega que, muitas vezes, os abrigos recebem verba relacionada à

⁴⁴ Já que o projeto mais recente, o Famílias Acolhedoras (2006) está na iminência de ser extinto, pois segundo Vera, representantes do judiciário alegaram que a ex-coordenadora de programas modificava crianças de família e não os comunicava; além disso, há uma deficiência no número de pessoas cadastradas no programa com interesse de acolher crianças e adolescentes.

quantidade de crianças que acolhem, “é 1.500 reais por criança que eles recebem” e que, portanto, se através do apadrinhamento alguma criança for adotada perderão dinheiro.

Vera explica que a maior dificuldade do Instituto é financeira, já que eles precisam da ajuda de muitas pessoas para realizar o Apadrinhamento Afetivo e não possuem verba. Padrinhos e voluntários são quem comumente financiam todos os custos do programa⁴⁵. Afora essa dificuldade, ela explica que o apadrinhamento é sempre positivo, pois mesmo as crianças que não conseguem padrinho em um ano, voltam no ano posterior. Relata orgulhosa a dinâmica que realizou com as crianças na oficina de preparação e no dia de um dos encontros entre padrinhos e afilhados: “eu fiz o *feedback* positivo com eles, eles adoraram, eles saíram de lá com um alto astral que durou uma semana! Foi o tempo perfeito pra eles chegarem dizendo, eu conseguirei! Que eu botei na cabeça deles que eles iam conseguir!”⁴⁶.

2.1.4.1. O voluntariado

A partir dos relatos dos membros da ONG pudemos perceber que investem um forte significado de doação voluntária para a causa, o que é muito pertinente devido às dificuldades financeiras por que passa o Instituto.

Talita começou a trabalhar no Apadrinhamento Afetivo, como voluntária, realizando entrevistas com padrinhos, junto com Juliana que é mãe adotiva e madrinha e com minha ajuda também. Ela explica que após o fechamento da turma de 2009, a diretoria de Vera e Paulo fez uma reunião com o intuito de contratar alguém para avaliar os processos das crianças abrigadas; nessa ocasião, Talita se ofereceu para trabalhar e hoje coordena todos os programas. Ela explica que o ano de 2009 foi um período muito tumultuado no Instituto Amigos de Lucas, com a mudança da administração, mas que ela apenas soube o que realmente estava acontecendo quando viajou com Vera ao ENAPA- Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção realizado em maio em São Paulo, em que a presidente lhe relatou os problemas administrativos da antiga gestão, que culminaram com a saída de todos os antigos membros do IAL.

A psicóloga relaciona o Apadrinhamento Afetivo à Adoção Tardia, pois nos dois casos são crianças maiores, que possuem experiência de abrigo e, muitas vezes, têm ou

⁴⁵ Ao iniciar minha a pesquisa em 2009, observar todas as etapas do programa apadrinhamento afetivo, realizando entrevistas de seleção de padrinhos, depois participando das oficinas de preparação e dos encontros entre padrinhos e afilhados, pude perceber as articulações dos integrantes da ONG para conseguirem a disponibilização de espaços físicos gratuitos, palestrantes envolvidos com a temática da criança e do adolescente e que, portanto, não cobravam suas oficinas, além do lanche dos dois encontros ser formado pela contribuição dos membros da ONG, dos candidatos a padrinhos e de mim, onde todos levavam algum item para a contribuição, com exceção de 2010, quando receberam o financiamento da Souza Cruz.

⁴⁶ Ver uma possível crítica a essa dinâmica por uma assistente social adiante.

já tiveram contato com suas famílias de origem. Assim, precisam de um período de adaptação grande para entenderem a presença dos padrinhos em suas vidas.

“Adoção tardia e o apadrinhamento tu tem que dar esse apoio, porque se não a pessoa se desmotiva. Não é fácil, a adaptação da criança, os testes, porque eles testam o amor, eles não acreditam. ‘Como é que uma pessoa que vem do nada me ama? E tá fazendo isso pelo meu bem? Por que? Se eu sou uma pessoa ruim, fui rejeitada’. Eles tem a auto-estima lá embaixo, então eles acham que eles são o lixo, né? Da humanidade. Tão lá perdido, lá dentro dum abrigo, então eles já tem aquela auto-estima lá no chão e como é que eles vão acreditar que uma pessoa que tem tudo quer ser padrinho? Quer dar amor pra eles? Por que? Então isso que aí vem os testes, vem aquela revolta, parece uma revolta, mas na verdade é o medo de amar” (Talita, 8-06-10).

Ainda que na maioria dos casos conhecidos pela psicóloga os padrinhos não tenham se tornado pais adotivos, Talita argumenta que a dedicação de um tempo a uma criança que “precisa” de um vínculo familiar já faz com que desenvolvam uma noção de “família”, portanto “eu acho que o apadrinhamento é a única esperança que as crianças dos abrigos têm”.

Paulo também compactua com o sucesso do Apadrinhamento Afetivo, justificando que a cada dia mais pessoas se inscrevem no site para participar e que, diferente dos que querem adotar, os padrinhos são pessoas que querem ajudar, fazer o bem para uma pessoa que não seja necessariamente um filho. No entanto, ele explica que a ONG tem o projeto de tentar possibilitar às pessoas que estão na fila de adoção a apadrinharem também, o que atualmente não é permitido. Ele acredita que apenas Porto Alegre/RS é que possui essa restrição e alega, “como tem quase 5 mil pessoas na fila de adoção e tem 700 crianças pra ser adotada, então nós temos aí 4 mil sobrando. Se desses 4 mil, 500 resolverem apadrinhar e adotarem, é menos 10% na fila de adoção”. Ilustra também com a experiência de outras cidades como Mostardas/RS e Pelotas/RS, onde número significativo de padrinhos se tornaram pais adotivos, apesar das restrições do juizado.

Ele também diz que o maior problema que a ONG tem é a falta de dinheiro, que impossibilita a contratação de mais pessoas para fazer um acompanhamento dos apadrinhamentos, saber quantas crianças foram adotadas e qual o percentual de apadrinhamentos que não deram continuidade, para que desse modo o Instituto conseguisse realizar um trabalho de mediação mais completo.

Os três integrantes da ONG percebem seu trabalho enquanto “lema de vida” e dizem querer continuá-lo até quando puderem, para ajudarem seus filhos adotivos, bem como outras crianças que estão à espera de uma família, que é a “base de tudo”. Além disso, acreditam que

as pessoas que trabalham com crianças e adolescentes precisam se envolver e fazê-lo *por amor*, não enquanto apenas um trabalho, pois não terão a dedicação necessária ao bem-estar das mesmas, semelhante à constituição de uma família “bem sucedida”. Vera e Talita interromperam suas carreiras acadêmicas, Paulo diminuiu sua carga horária de trabalho, mas todos dizem valer a pena se dedicarem ao Instituto Amigos de Lucas.

Lógica semelhante podemos encontrar na pesquisa de Uriarte (2005), quando a autora estuda uma política de acolhimento familiar na cidade de Porto Alegre que é extinta formalmente no ano de 2003, ainda que na prática algumas famílias permaneçam com “suas” crianças mesmo sem receber apoio financeiro do governo.

A autora explica que as autoridades locais justificaram a desativação do programa devido à indefinição de vínculo legal entre as crianças e adolescentes e as famílias de acolhimento. Além disso, a não regulamentação do vínculo empregatício entre a FEBEM/FPE⁴⁷ e as mães substitutas que trabalharam nos lares cadastrados nos programas, pois isso provavelmente resultaria em “altos custos” para a previdência social e a iminência de demandas trabalhistas.

Contudo, essas alegações estão pautadas em teorias que defendem a separação entre transações econômicas e relações pessoais, “... reforçando as acusações de interesses econômicos motivando o acolhimento” (URIARTE, 2005: 132). Viviana Zelizer (2009), discutindo justamente teorias que defendem a separação do afeto e do dinheiro argumenta que na prática as pessoas desenvolvem diferentes tipos de relações interpessoais que desencadeiam distintos meios de troca, sobretudo no que diz respeito à “economia dos cuidados”, “... práticas reais em que pagamento e cuidado coexistiram (tem) de forma frutífera” (p.246).

No entanto, Zelizer reconhece que a “economia dos cuidados permanece polêmica, desvalorizada, sentimentalizada e amplamente incompreendida” (p.246). Isto quando se refere a cuidados pessoais empreendidos comumente por parentes, amigos e vizinhos a crianças, velhos e doentes que, no intuito de manter os códigos morais condizentes a tais relações, redefinam meios de pagamentos, freqüentemente na forma de favores. Ela argumenta:

“as pessoas estão se baseando no raciocínio das esferas separadas e dos mundos hostis, marcando as fronteiras entre as esferas de cuidados e as de mercado; e argumentando que o contato entre elas macularia ambas. Qual o resultado disso? Uma economia de cuidados degradada, marginalizada e mal paga” (ZELIZER, 2009: 247).

⁴⁷ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/Fundação de Proteção Especial.

Assim, quando os diretores do Instituto Amigos de Lucas dizem trabalhar na ONG, apenas *por amor* e defendem que todos os profissionais que lidam com crianças e adolescentes devessem fazer o mesmo, podem estar reafirmando que a racionalidade necessária a um trabalho, pode destruir a solidariedade presente na esfera sentimental, que motiva o trabalho voluntário, portanto não-remunerado. Contudo, ao relatarem a grande vontade de se dedicarem apenas a ONG, salientam a impossibilidade de fazerem isso devido a mau-remuneração obtida.

Ao interpretarem seu trabalho na ONG enquanto “lema de vida”, os membros do IAL aproximam seus discursos das assistentes sociais estudadas por URIARTE (2005), “algo que poderíamos chamar de um sentimento de ‘missão’, em relação a seu trabalho, como alguma coisa que transcendesse uma mera atividade trabalhista” (p.114), justificando, dessa maneira, maior legitimidade em suas atuações, já que além de voluntários, são também pais adotivos, portanto *peritos*⁴⁸ na prática do acolhimento e constituição de parentesco com crianças e adolescentes.

2.2 OS MEDIADORES *PROFISSIONAIS*

Os administradores, educadores, mediadores e cuidadores dos próprios abrigos são uma peça fundamental na compreensão da composição da relação padrinhos-afilhados. Depois de tudo, na maioria das situações, os jovens continuam morando nos abrigos – o que nos obriga a pensar as relações em termos de três elementos (padrinhos, afilhados e monitores ou mães e pais sociais). Nos próximos parágrafos, tentaremos esclarecer a perspectiva de alguns destes agentes.

Na tentativa de identificar como os agentes nos próprios abrigos entendem seu papel vis a vis das crianças e, em particular, como o programa Apadrinhamento Afetivo acrescenta ou não o objetivo que, em princípio, todos têm em comum, o interesse prioritário do jovem.

2.2.1 *Lar Luz da Criança - “reprodução do ambiente familiar nessa casa” (Marcelo)*

Pesquisando os *sites* do governo do Estado do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre, para tomar conhecimento das instituições cadastradas com o objetivo de abrigar crianças, enviei emails para cada uma delas explicando minha intenção de entender o

⁴⁸ Uso essa denominação para salientar a longa trajetória dos diretores do Instituto Amigos de Lucas enquanto pais adotivos, o que em seus discursos se coloca enquanto elemento fundamental para uma maior *sensibilidade* no trabalho que desenvolvem na ONG. Diferente de como a palavra *perito* é utilizada em outros contextos, relacionada a conhecimentos profissionais, pautados pela ciência, que confere autoridade aos pareceres (ver JASANOFF, 2004).

Apadrinhamento Afetivo a partir de representantes dos quatro segmentos que o compunham, qual sejam, os padrinhos, afilhados, membros da ONG e técnicos dos abrigos; solicitando a possibilidade de conversar sobre o apadrinhamento, voltando-me não apenas aos equipamentos com longa experiência no programa, mas também àqueles que não participavam.

Para minha surpresa, uma das primeiras respostas que obtive foi de Marcelo, um homem branco, advogado, muito falante, de 50 anos, que já tivera na presidência do “Lar Luz da Criança” por quatro mandados consecutivos, ainda que no momento não exercesse tal cargo, sendo conselheiro e consultor jurídico da instituição. Um dos fundadores do lar e, segundo ele, estudou bastante todas as modalidades de atendimento a “crianças abandonadas”. Em seu email, explicava que a entidade não adotou o programa e perguntava se eu me interessaria em conversar a respeito de sua experiência. Respondi imediatamente que sim, já que minha intenção era justamente dialogar com os diferentes sentidos elaborados por distintos agentes em relação ao Apadrinhamento Afetivo.

Assim, após algumas conversas breves por telefone, marcamos um encontro em seu escritório localizado em uma casa muito bonita na rua Onório Silveira Dias, no bairro São João, onde fui recebida por sua secretária. Marcelo me explicou que frequentava uma casa espírita kardecista e através desse espaço, ele e outros membros da “casa” decidiram elaborar um projeto voltado à demanda dos “menores abandonados”, em 1989, inspirados pela constituição de 1988, que colocava como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade civil a proteção de crianças em vulnerabilidade social. Então, ele e os colegas seriam uma alternativa, já que o Estado e a família não estavam suprindo tal “problema social”. Para tanto, visitaram várias instituições que trabalhavam com esse público e se identificaram com a Aldeia Infantil Brasileira SOS⁴⁹, que seria da mesma orientação religiosa.

O Lar Luz da Criança entrou em atividade no dia 30 de setembro de 1998, em uma área do município de Eldorado do Sul, com um prédio com capacidade para abrigar em média 30 crianças, na tentativa de “reprodução do ambiente familiar nessa casa”. O grupo passou oito anos na construção das instalações. Além disso, também aguardaram um ano a designação de crianças por parte do poder judiciário, demora justificada por Marcelo, devido às ressalvas elaboradas pelo grupo quanto aos perfis de crianças que iriam atender, que seriam aquelas cujos pais tinham sido destituídos de seu poder familiar, “aquela criança terminal”.

⁴⁹ Instituição atualmente extinta, de orientação espírita que se localizava na rua Da Paulina no bairro Tristeza em Porto Alegre/RS.

Essa preferência, muitas vezes questionada por juízes, é justificada por Marcelo pelo fato da baixa probabilidade de adoção de crianças maiores, apesar de seus pais serem destituídos do poder familiar. A idéia era que, como o Lar Luz da Criança, devia ser voltado para uma ampla estadia, àqueles que poderiam voltar à família de origem ou serem adotados, poderiam interferir na “integridade” da criança que estava sendo atendida⁵⁰, portanto o perfil procurado era de crianças que não tivessem perspectivas de retorno à família de origem ou de serem adotadas.

No artigo “Diversidade, desigualdade: os ‘direitos da criança’ na prática: o sistema de abrigo de crianças e adolescentes em Porto Alegre (2009), Fonseca e Schuch realizam um levantamento das várias modalidades de equipamentos, resultantes do desmantelamento das grandes instituições em Porto Alegre. Essa modificação está diretamente relacionada ao surgimento do ECA que prevê a municipalização do atendimento a crianças e adolescentes abrigados, enquanto os serviços estaduais se direcionariam aos jovens em conflito com a lei. No entanto, com a falta de repasse de recursos condizentes a tal reordenamento para a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do município, o cenário de abrigo atual abarca entidades vinculadas ao governo estadual, às prefeituras municipais, unidades filantrópicas, religiosas e organizações não-governamentais.

Os abrigos da ‘rede própria’ são gerenciados pela Prefeitura de Porto Alegre, com funcionários do quadro de recursos humanos da FASC. Composto de 3 unidades, concentram 24% das crianças e adolescentes atendidos. Os equipamentos da rede ‘conveniada’ compõe-se de 9 unidades, geridas por organizações não-governamentais e instituições religiosas terceirizadas pela Prefeitura. Os funcionários são contratados através dos próprios equipamentos e o valor repassado a cada unidade varia com o tipo de demanda atendida (bebês, crianças, adolescentes). Atendem 46% da população abrigada.

As unidades da rede ‘não-conveniada’, são 11 e não recebem financiamento regular do município, embora sejam beneficiadas com uma pequena verba federal, que é destinada a todos os tipos de equipamentos. Essas unidades são mantidas através de doações e práticas de auto-sustentação (chás, rifas, etc.) e participação em editais de auxílio financeiro, lançados pelo CMDCA de Porto Alegre ou por outra entidade filantrópica. As ‘pessoas portadoras de necessidades especiais’ /PNEs são atendidas por essa modalidade de abrigo, mas, muitas

⁵⁰ Aspecto que também é elaborado na fala de Carmita, assistente social das Aldeias Infantis SOS, em relação ao não atendimento de crianças com qualquer tipo de doença mental com o argumento de que não teriam profissionais qualificados para tal atendimento.

vezes, recebem o benefício de prestação continuada, que esse público tem direito devido a sua condição de saúde. São responsáveis por 30% das crianças e adolescentes atendidos.

No modelo de abrigo moram grupos de 15 ou mais crianças e adolescentes, sob a supervisão de ampla especialização funcional e um endereço institucional. Atendem 85% do total de crianças e adolescentes abrigados. Já no modelo de casas-lares, encontram-se grupos de até 15 crianças e adolescentes, com um número reduzido de funcionários, pois esses equipamentos têm o intuito de retirar o estigma de um endereço institucional e aproximar-se a um ‘modelo familiar’ no gerenciamento da socialização de crianças e adolescentes. Atendem apenas 15% de meninos e meninas abrigados.

Desse modo, a partir dos dados de sua pesquisa, as autoras atentam para as características das crianças e adolescentes que são atendidas por esses diferentes modelos e tipos de unidades, indicando que aqueles de ‘perfil’ mais estigmatizado⁵¹ estão sendo atendidos em modelos da rede ‘própria’, justamente no ‘modelo tradicional’, visto como problemático no sistema, como se tivessem certas pessoas avessas ao modelo ‘mais próximo ao familiar’. Evidenciando assim um grande paradoxo nas políticas que falam em nome da universalidade de direitos.

O Lar Luz da Criança é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público⁵² não-conveniada e Marcelo informa que por ser pequena, possui dificuldades para receber doações e mesmo isenção de impostos, o que contribuiu bastante para a atual desativação da instituição. É uma unidade que não se adéqua à estrutura de casa-lar, pois é composta por um grupo de crianças e adolescentes que são atendidos por amplo quadro funcional, o que a caracterizaria enquanto abrigo. No entanto, possui características de casa-lar, restringindo o número de crianças e adolescentes atendidos, além da seleção dos ‘perfis’ dos mesmos.

A instituição recebeu o total de 20 crianças, sendo 19 provenientes da extinta FEBEM e uma diretamente encaminhada pelo conselho tutelar de Eldorado. Quinze correspondiam aos cinco grupos de irmãos residentes na casa. No entanto, o advogado explica que a direção teve muitas dificuldades devido aos problemas de cunho psiquiátrico e

⁵¹ A rede própria abriga 70% de meninos, enquanto na rede conveniada o percentual é de 58% e na rede não conveniada de 57%. A rede própria é a que atende o maior número de adolescentes de 16 a 18 anos (37), enquanto a na rede não- conveniada esse número diminui para 23. Além disso, é na rede própria que se concentra o maior percentual, 35%, de usuários de substâncias psicoativas. (FONSECA E SCHUCH, 2009).

⁵² “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. (ver em www.wikipédia.com.br. Acesso em 18-01-11, às 16h15).

psicológico de seus abrigados, que demandavam um atendimento especializado, apenas presente em Porto Alegre. Como estavam em uma área distante e rural, tinham que se locomover e não possuíam recursos financeiros para tanto.

O ingresso das crianças ocorreu entre 1998 e 2000. Atualmente o Lar está mudando de caráter. Marcelo argumenta, porém, que 70% dos abrigados, aqueles que não desenvolveram problemas cognitivos, hoje estão bem. Entre um total de 7 egressos, uma está cursando direito na universidade, três casaram, dentre estas uma já possui um filho e outra menina acabou de ser efetivada como cozinheira da entidade. Dos meninos, um está servindo o exército em Santa Maria e o caso mais preocupante seria coincidentemente o do único rapaz proveniente de Eldorado, que tem 20 anos, possui uma rotatividade grande em empregos e moradias: “Ele tá numa situação talvez melhor do que aquela que ele estava quando ele foi pro Lar, mas muito distante daquela que nós tínhamos idealizado pra ele”. Marcelo prossegue explicando que ainda que as expectativas do Lar com relação ao menino não tenham se concretizado, “ele tá vivendo dentro das limitações dele”.

Atualmente, a equipe do Lar planeja desenvolver um trabalho de assistência social às crianças da região. Isto porque o Lar não tem condições financeiras para suprir seus gastos e com essa mudança as instalações construídas serão utilizadas, pois, em várias situações Marcelo relatou que as crianças da localidade passavam por maiores privações que as do Lar e, dessa forma, será um trabalho necessário à localidade.

Ao elaborar os motivos por existir um número tão grande de crianças cujos pais foram destituídos do poder familiar ou ainda permanecendo vários anos nos abrigos sem serem adotados, Marcelo salienta a miséria e se queixa da demora nos processos judiciais. O que justificaria também o equívoco das políticas públicas, pois:

“o órfão social, na verdade, ele é um órfão social em função da miséria extrema, muitas vezes associada a consumo de drogas, à prostituição ou a um ponto da sociedade em que a miséria estabelece a quebra de todos aqueles conceitos e padrões de comportamento das pessoas, deixando elas vulneráveis a uma série de elementos que acabam ajudando ainda mais à ruptura dos vínculos. Isso faz com que as pessoas que estão nesse nível, elas estabeleçam padrões de vida, de relacionamento, baseado em conceitos completamente diferentes da sociedade formal. Há até uma dificuldade das pessoas de conseguir entender como é que funcionam esses padrões de comportamento, porque quando tu vai medir alguma coisa com uma régua pré-estabelecida a partir dum sistema que tu tá acostumado e tu vai tentar medir o que acontece no substrato social, onde as regras são completamente outras, aquela régua não faz sentido, ela não consegue te dar uma medida do que realmente acontece” (Marcelo, 01-09-2010).

Marcelo finaliza dizendo que o maior objetivo da instituição Lar Luz da Criança era romper o ciclo de abandono, fazer com que os jovens que moraram lá e saíssem adultos tivessem condições de criar seus filhos, para que estes não precisassem da mesma modalidade de atendimento de seus pais.

2.2.2 Abrigo João Paulo II – “*É uma família normal, é uma grande família!*” (Luciana)

O abrigo João Paulo II é uma entidade civil, filantrópica e sem fins lucrativos. Foi fundado em 27 de julho de 1981, no intuito de dar continuidade ao trabalho de acolhimento iniciado pelo fundador da Congregação Pobres Servos da Divina Providência, Pe. João Calábria. Primeiramente, eram feitas rondas noturnas para abrigar apenas durante a noite crianças que estavam dormindo nas ruas. Mas, a partir de 1988 a acolhida passou a ser em tempo integral. Atualmente a instituição está presente em 11 países e em Porto Alegre/RS atende 152 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e está estruturado em dezessete casas-lares, residindo de 8 a 10 crianças em cada uma, na companhia de um casal de “pais sociais”. A gestão do abrigo se dá por meio de um Conselho Operacional e da Equipe técnica, que também conta com a ajuda de trabalhos voluntários, e a manutenção financeira é proveniente 80% de convênios e 20% de doações. Portanto, o abrigo João Paulo II faz parte da rede “conveniada”.

Luciana é uma moça 25 anos, alta, branca, de cabelos compridos, lisos e castanhos claros e é uma das assistentes sociais do abrigo João Paulo II há apenas um ano. Contudo, já teve experiências de trabalho no Fórum de Cachoeira do Sul, como Assessora da Juíza da Infância e Juventude (durante a graduação), na Secretaria do Trabalho e Ação Social de Cachoeira do Sul e atualmente, além do abrigo João Paulo II, atua na Justiça Federal. Seu trabalho na Justiça Federal é avaliar a situação sócio- econômica de famílias que requerem o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Esse benefício é assegurado pela LOAS – Lei Orgânica da Assistente Social, que orienta que “quando o indivíduo não consegue se auto sustentar o estado ou união deve mantê-lo”. Trabalha em conjunto com médicos, para avaliarem a situação sócio-econômica e clínica dos requerentes.

Ela optou em manter os dois empregos, inicialmente para experiência e logo seguido da questão financeira, pois explica que no interior do estado teria possibilidade de se manter apenas com um emprego, mas que na capital o custo de vida é muito alto. Recentemente, iniciou uma pós-graduação na FMP – Fundação do Ministério Público de POA – Direito da

Criança e do Adolescente. É solteira, mora sozinha e reside no bairro Partenon, em frente ao seu trabalho, “para ter mais qualidade de vida optei em residir em frente ao Abrigo”.

Chamou minha atenção sua grande disposição em todos os processos do apadrinhamento; seja na reunião entre as assistentes sociais dos abrigos e a diretoria do IAL, em uma oficina em que deu seu depoimento para candidatos a padrinhos, seja no dia dos encontros. Conheci Luciana em uma reunião da diretoria do IAL com representantes dos abrigos que iriam participar do apadrinhamento, depois conversamos em uma audiência pública, no ministério público, sobre adoção, nas oficinas e encontros. Posteriormente, pude entrevistá-la em uma sala de atendimento da sede do abrigo, destinada à administração e a consultas psicológicas, na avenida Bento Gonçalves.

Ela me explicou que o abrigo é constituído de 17 casas-lares que se situam em Porto Alegre, Viamão e Alvorada. Nessas casas moram entre 8 e 10 crianças, de ambos os sexos e variadas idades, priorizando o convívio de irmãos. Seus “pais sociais” consistem em um casal que mora com as crianças, ambos funcionários do abrigo com carteira de trabalho, e que possuem uma folga semanal. Esse casal pode ter filhos biológicos e receber visitas. Nas folgas, as crianças ficam com educadores sociais, que normalmente são os mesmos em todas as ausências dos pais sociais.

Todas as crianças possuem camas e roupeiros diferenciados, contribuem nas tarefas domésticas e são orientadas a tratarem-se como “irmãos”. No entanto, a assistente social explica que apesar dessa estrutura de “família normal”, por serem muitos jovens, nem sempre as assistentes sociais⁵³ ou os pais sociais, conseguem perceber certas sutilezas que ocorrem com seu “filhos”. Portanto, o Apadrinhamento Afetivo viria a contribuir no sentido de uma atenção individualizada.

A seleção dos pais sociais é feita por uma equipe de uma psicóloga, uma assistente social, o diretor e o padre da instituição; “porque é uma doação, né, tu vai largar toda a tua vida, pra tá dentro duma casa cuidando de crianças que vêm cheias de frustração. Não tem instrução pra tu ser pai e mãe, é o dia a dia que vai te ensinar”. Então, a equipe é responsável por avaliar o perfil do casal, que normalmente chega com a indicação de um casal mais antigo e possui ainda algum tipo de parentesco com eles.

A maioria dos pais sociais possui filhos biológicos, que moram em conjunto com as crianças abrigadas. Ao questionamento sobre que tipo de relação se estabelece entre os jovens, a assistente social esclarece que eles já tiveram dificuldades em resolver brigas entre

⁵³ Cada assistente social é responsável por quatro casas-lares.

os mesmos. Mas, com a mudança do diretor da instituição tiveram melhoras, com a orientação aos pais sociais para tratar todos de mesma forma e realizarem algumas modificações, como a mudança de uma televisão do quarto para a sala, “já trouxe bons resultados”⁵⁴. Alegando ainda que, ao adentrar em uma casa-lar, não se pode perceber a distinção sobre quem é ou não filho do casal.

Explica que antes de ser estruturado em casas-lares, o abrigo recebia crianças que moravam nas ruas e apenas passavam as noites nas suas dependências. Hoje, não seriam mais “porta de entrada” e sim disponibilizariam suas vagas à FASC, com a ressalva de que não recebem “deficientes”, por não terem um aparato médico nas casas. Trata-se de restrições semelhantes às que encontramos no Lar Luz da Criança e como iremos ver nas Aldeias SOS. Ao que tudo indica, os ARs, abrigos residenciais do estado, é que seriam a modalidade de acolhimento institucional mais adequada às crianças com deficiências⁵⁵.

Conforme o plano do Abrigo João Paulo II, os pais sociais possuem formação e acompanhamento psicológico e as assistentes sociais vão, pelo menos, uma vez por semana nas casas-lares pelas quais são responsáveis, e também possuem uma reunião técnica. A coordenação da instituição pretende estar a par de todos os acontecimentos. Luciana está muito satisfeita com seu trabalho, alegando, que é “50% pra minha carreira profissional e 50% pra mim, Luciana, como pessoa, como mulher”, devido ao crescimento que ela diz estar obtendo na instituição. “Como são as casas-lares, somos nós aqui, a gente é uma grande família!”

2.2.3 Aldeias SOS – “Um lugar bem distante, no verde, onde tinha a idéia de uma coisa saudável” (Carmita)

Fundada em 1949, a ONG Aldeias Infantis SOS surgiu na Áustria após a II Guerra mundial, voltada para crianças órfãs; é membro da UNESCO e conta com um acento permanente no Conselho Econômico e Social da ONU. Está presente em 132 países e territórios. O trabalho é subsidiado principalmente pelos Amigos SOS, pessoas físicas que doam um pequeno valor mensal. Além disso, possuem parcerias com algumas empresas, que doam quantias mensais ou anuais, com abatimento fiscal ou por meio de produtos e serviços.

⁵⁴ Entretanto, assim como a maioria das leis não se aplica integralmente às práticas, em uma situação de campo, no encontro de padrinhos e afilhados da primeira turma de 2010, ao conversar com um candidato a afilhado informalmente, ele comentou comigo: “tem um computador na sala, mas não funciona; o único que presta é o do filho deles e esse a gente não pode usar”; evidenciando a particularidade do cotidiano dos “igualmente filhos”.

⁵⁵ Ironicamente, os padrinhos tendem a fazer muitas críticas aos ARs, logo as únicas instituições que recebem crianças com deficiências declaradas.

Carmita tem por volta de 45 anos, uma mulher magra, de cabelos escuros e olhos claros, assistente social das Aldeias SOS há 11 anos, é formada em Serviço Social pela PUC do Rio de Janeiro e iniciou seu trabalho nas Aldeias Infantis SOS Brasil em 1999. Fez alguns cursos na área da criança e do adolescente, especialização na UFRGS em Projetos Sociais e Pós Graduação na Ulbra-Canoas-RS em Intervenção Sócio Familiar. Antes de se formar trabalhou na área de Seguros de Vida e em 2005 também iniciou formação em Pathwork⁵⁶. Quanto ao salário que ganha, ela explica que não é compatível com a demanda enorme de trabalho, mas que essa é uma realidade de todas as ONGs que trabalham na área social. É divorciada, não tem filhos e reside no bairro Farroupilha em Porto Alegre.

Desse modo, participou de todas as turmas do Apadrinhamento Afetivo elaborado pelo Instituto Amigos de Lucas, inclusive realizando apadrinhamentos informais, antes do surgimento do programa. Conheci Carmita durante as oficinas de preparação de padrinhos para a turma de 2009, em que suas intervenções eram sempre muito enfáticas em relação à prioridade do bem-estar da criança e do adolescente na constituição desta nova relação com o padrinho.

Ela explica que a instituição é uma ONG internacional que surgiu no pós-guerra, com o intuito de amparar as crianças órfãs. Devido à cidade estar devastada, seu fundador buscou um lugar longínquo, em contato com a natureza. Por isso, ela alega que essa característica continua se perpetuando em todas as filiais.

Porto Alegre foi a primeira cidade brasileira a sediar a ONG em 1967 e, apesar do condomínio possuir 13, apenas 8 casas-lares estão em funcionamento já que as outras estão desativadas, necessitando de reformas. Carmita salienta que cada casa abriga em média 9 crianças e uma mãe social, que é uma funcionária, que não deve possuir companheiro, nem filhos dependentes, diferente do abrigo João Paulo II, onde encontramos um pai e uma mãe social em cada casa-lar. A referência paterna se constitui na presença do gestor da instituição, que reside com sua família no condomínio das casas-lares. Bem como no João Paulo II, as mães sociais são responsáveis por todos os aspectos da vida das crianças, que inclusive ajudam no serviço doméstico, como uma atividade educativa; ainda que supervisionadas pela equipe técnica das Aldeias SOS.

A criança ingressa nas aldeias através do juizado da infância e da juventude, após serem encerradas todas as possibilidades da criança permanecer na família de origem. E a assistente social esclarece que, diferente das casas-lares que se encontram em pontos

⁵⁶ www.patchwork.com.br.

diferenciados da cidade, a aldeia é um só condomínio porque todas as casas situam-se no mesmo terreno. Portanto é uma “instituição de acolhimento”. Entretanto, tal como orienta o ECA, salienta que a maioria das atividades desempenhadas pelas crianças e adolescentes (escola, cursos, médicos, etc.) acontecem fora do condomínio.

As mães sociais passam por uma formação para assumir uma casa, que consiste em capacitações teóricas e um estágio em todas as casas em funcionamento. Após conviver com certa mãe social e as crianças durante aproximadamente um mês, se torna folguista da mãe social e desempenha o mesmo em cada uma das outras casas. No entanto, mesmo com o longo período de formação, em alguns casos não há empatia entre alguma criança e a mãe social. Quando isso ocorre a equipe técnica trabalha para entender os motivos da falta de adaptação, e Carmita diz que, se a criança estiver sendo prejudicada, a mudam de casa.

Em relação a transferências para outras modalidades de abrigamento, ela alega que ocorreram poucos casos, “porque realmente a situação deles aqui dentro era insuportável!”, colocando em risco os outros integrantes do condomínio. Além disso, explica que a entrada na aldeia deve levar em consideração a dinâmica das casas,

“aqui, se é uma casa estruturada, vai entrar um adolescente de 15 anos, desorganiza. Então isso a gente tem, então pra nós tem que ser crianças menores, onde a criança vai se inserir e a gente vai trabalhar o retorno dela ou a adoção, mas botar adolescente aqui é pedir pra detonar” (Carmita, 27-09-2010).

Mais uma vez, ressalta a diferença dos abrigos públicos (do estado e do município), que possuem uma equipe ampla em relação às aldeias SOS, que apenas possuem ela como assistente social, além de não ter psicólogos em seu quadro de funcionários.

2.2.4 A mãe social - “aqui cada dia é um dia diferente do outro” (Sônia)

Sônia, com seus 50 e poucos anos é uma senhora branca, com olhos claros e de aparência bastante serena. É a mãe social mais antiga que reside atualmente no condomínio das Aldeias SOS. Trabalhando há 12 anos na profissão, ela vinha de uma ampla experiência com crianças em comunidades católicas de base e, como estava procurando emprego, entendeu que seria uma boa oportunidade. Diz que faz 10 anos que é mãe social, porque passou 2 anos estagiando; explica que é um trabalho complexo, pois “aqui cada dia é um dia diferente do outro”.

De família extensa, residente na zona sul, Sônia relata o quanto teve que abdicar da companhia dos amigos e familiares em prol das crianças da Aldeia, mas defende que apesar de quase nunca poder estar presente em datas importante na vida das pessoas queridas, com o seu trabalho, ampara um grupo de crianças “abandonadas e rejeitadas pela própria família”. Então, é isso que prioriza. Com uma folga semanal de 36h, a mãe social explica dedicar esse tempo aos pais de idade avançada.

Ela diz que pode receber visitas na casa em que mora e que tem algumas mães sociais que possuem filhos biológicos que as visitam. Sônia é solteira e não tem filhos biológicos. Sobre a disposição e mesmo rotatividade das crianças entre as casas, ela diz que a equipe técnica avalia qual casa possui vaga e qual mãe se identifica mais com o perfil da criança. Quanto às transferências, diferente da ênfase na conduta das crianças referida por Carmita, Sônia diz, “como isso é uma empresa, tem pessoas que são demitidas ou que vão embora”⁵⁷. Então a casa precisa ser remanejada.

Quando fala de sua relação com as mães profissionais, ela relata que possui afinidades com algumas e com outras não, “mas a gente tem que ser profissional”, enfatizando a prioridade no bem estar das crianças.

Vinte e cinco crianças já passaram pela casa de Sônia e dentre elas algumas possuíam contato com suas famílias de origem. Ela explica que mesmo algum parente indo visitar uma delas, esses contatos nunca foram muito frequentes.

Em relação aos estigmas que as crianças institucionalizadas sofrem, Sônia ilustra relatando que Tiago, seu “filho” mais velho e afilhado de Fernanda, como veremos posteriormente, era muito danado e uma vez, ao conversar com a professora e dizer que moravam na Aldeia, esta ficou surpresa e Sônia percebeu que a partir daquele momento ela tratou de forma preconceituosa o menino. Além disso, em outra situação ele e um colega prenderam uma funcionária da escola no banheiro e ao ser chamada, Sônia notou que a mãe do outro menino não estava presente. Sônia disse então que também iria embora e apenas

⁵⁷ Na minha visita ao condomínio das Aldeias SOS, enquanto aguardava Sônia que estava em uma reunião e Tiago que ainda não havia chegado do curso, conheci Paloma, uma adolescente que perguntou se eu não queria conhecer a casa das crianças. Respondi que sim e ela me encaminhou a uma das casas desativadas, que estava sendo utilizada para a distração das crianças menores. Fiquei impressionada com a carência das crianças, que se enroscavam em mim e demandavam bastante carinho e atenção. Nesse momento conheci uma estagiária que estava se preparando para ser mãe social há um mês. Ela me confidenciou que iria embora, mas que não era para eu comentar com Sônia. Disse que adorava as crianças, mas que não conseguiria manter a conduta adequada a tal responsabilidade, por isso, já tinha arrumado outro trabalho. Por ser uma moça jovem, suponho que não gostaria de dedicar a maior parte do seu tempo como mãe social, ou mesmo pela pretensão de constituir um núcleo familiar. Para terminar a situação, Carmita apareceu na porta da casa e com tom impositivo e preocupado, pediu para que eu saísse dali, pois Sônia já me aguardava. Pode ser impressão, mas pela influência de minha pesquisa e outras leituras, senti o quão “proibido” é o contato com as crianças menores. (Diário de Campo, 19-10-10).

voltaria quando a mãe do colega de Tiago pudesse comparecer. Ela usou esse episódio para comentar como esse tipo de situação é comum, alegando que depois que os dirigentes das escolas sabem que as crianças são abrigadas, é como se a mãe social tivesse uma disponibilidade maior que as mães biológicas⁵⁸.

Para evitar tais constrangimentos, Sônia orienta seus “filhos” a darem o endereço do condomínio quando se referirem ao local onde moram, isto é, a não falarem que é na Aldeia, “não querendo rotular nada”. Por outro lado, a mãe social diz que é muito respeitada na “vila” em que está implantado o condomínio. Inclusive relata que uma vez iria sendo assaltada e um dos bandidos disse para os outros pararem: “Essa aí não, porque essa aí é mãe social”. Sônia se orgulha de seu trabalho e elogia a estrutura da Aldeia SOS por não permitir a presença masculina, pois segundo ela, “não tem um homem que chega bêbado em casa, não vai espancar a mãe”. Desse modo, lá, as crianças não teriam esse problema que poderia provocar o mau andamento nos estudos das crianças e prejudicar seu futuro. Contudo ela alega que a “falta” de uma família biológica existe. Por isso, “é o apadrinhamento que dá essa sustentabilidade desse vácuo afetivo que eles têm”.

2.3 As variáveis opiniões sobre o Apadrinhamento Afetivo

2.3.1 Marcelo: o AA como “fonte de novas frustrações”

Marcelo explica que durante a elaboração do projeto do Lar Luz de Criança, a equipe proveniente da casa espírita pesquisou bastante várias instituições que já tinham experiência com o programa e, em sua avaliação, na maioria dos casos, os padrinhos não respondiam afetivamente. Quando existia vínculo, parecia mais financeiro. Então, para evitar uma “nova frustração” ou “sentimentos de rejeição” nas crianças apadrinhadas e que os padrinhos rompiam o vínculo, optaram por não participarem do apadrinhamento afetivo. Ele diz que os afilhados são os sujeitos passivos da relação, já que esperam seus padrinhos na instituição e para se precaver de um novo abandono, pois a maioria das crianças já não tem contato com os pais biológicos, “já foram renegadas socialmente”, devido não terem muitas oportunidades de ascensão econômica e social, passaram por um juiz, assistentes sociais e monitores dos abrigos. Inserir o padrinho em suas vidas, com a possibilidade de ser um elemento a mais neste “ciclo de rejeição” seria uma irresponsabilidade.

⁵⁸ Marcelo também mencionou em sua entrevista que esse tipo de situação ocorria bastante no Lar Luz da Criança, em que a qualquer atitude das crianças, os funcionários da instituição eram chamados ao colégio.

Ainda que seja bom para alguns, o advogado alega que pode ser ruim para muitos outros, que além de terem sido abandonados pelo padrinho, também precisariam conviver com os apadrinhamentos bem sucedidos, vendo seus colegas receberem o carinho de seus padrinhos, ou seja, uma “brutalidade afetiva”. Ou ainda, poderiam ocorrer casos em que o padrinho acabasse se afeiçoando a outra criança da instituição, que não o seu afilhado, gerando competitividade entre eles.

Marcelo argumenta ainda que muitas instituições que participam do programa, apesar do discurso afetivo, “o que a entidade busca na verdade é aquele contribuinte mais fidelizado, pagando um valor maior por ser padrinho”. Assim, explica que o Lar teve uma experiência semelhante ao apadrinhamento quando funcionários da antiga Varig⁵⁹ desempenhavam um programa denominado de “Barriga Cheia”, doando alimentos para várias instituições. Através desse contato, alguns deles se apegaram a algumas crianças do Lar e desenvolveram um apadrinhamento informal. Contudo, após a crise da empresa, muitos funcionários foram demitidos e pararam de visitar seus afilhados, restando muito poucos. Com isso, o ex-presidente explica que não se arrependem de não terem participado do apadrinhamento, até porque moram em Eldorado do Sul e a distância de Porto Alegre já seria um grande fator limitador para a continuidade do vínculo entre padrinho e afilhado⁶⁰.

2.3.2 Luciana: “A gente vê o crescimento das crianças!”

A atitude da assistente social Luciana do abrigo João Paulo II é quase oposta à de Marcelo. Ela explica que assim que chegou à instituição, há um ano, logo teve contato com uma turma de padrinhos que acabara de se formar. Diz que são padrinhos muito presentes na vida de seus afilhados e que têm um ótimo relacionamento com ela, que é convidada para os aniversários dos filhos biológicos desses padrinhos. Diz que elaborou um trabalho de acolhimento aos padrinhos, para que entendessem o funcionamento da instituição, bem como dialogarem sobre a prática do apadrinhamento. Além disso, ela argumenta que a participação do Instituto Amigos de Lucas é fundamental, tanto que regularizou todos os apadrinhamentos informais que já ocorriam no abrigo, pois, em conjunto, “a gente consegue sanar todas as

⁵⁹ A VARIG - Viacão Aérea Rio-grandense é, hoje, uma companhia aérea brasileira inoperante.

⁶⁰ De fato, o programa não ocorre em Eldorado do Sul. Para que pudessem participar, primeiramente as crianças teriam que ir nos encontros de algum município onde ocorre e, posteriormente, seus padrinhos teriam que ir à Eldorado do Sul para encontrarem seus afilhados.

nossas dúvidas e ver o crescimento das crianças”, que geralmente são aquelas cujos pais foram destituídos do poder familiar: “crianças que não tem ninguém”⁶¹.

Luciana argumenta que o que a instituição espera dos padrinhos é que dêem atenção, carinho e respeitem seus afilhados, que sejam realmente padrinhos afetivos: “a gente não quer padrinhos que comprem crianças”. Dá o exemplo de um casal de padrinhos que está acompanhando ativamente o afilhado, um menino que é “hiperativo”, mas que desde o contato com eles vem apresentando melhoras significativas em seu comportamento no abrigo, na escola e no curso. Mas esclarece também que existe padrinhos que desistiram do programa devido às crianças não responderem às suas expectativas, “só que isso é uma mediação que a gente faz, é um risco que a gente corre”.

Buscando a “harmonia” entre os padrinhos e a instituição, Luciana explica que tem padrinhos que discordam bastante dos pais sociais e do funcionamento do abrigo e que isso também pode ser um fator para o “fracasso” do apadrinhamento. Salienta, porém, que atualmente em uma casa lar onde moram vários adolescentes, vários irão completar 15 anos⁶² e as famílias dos padrinhos irão comemorar os aniversários na casa, fato que leva vários filhos biológicos de pais sociais a requererem participar do programa também.

Luciana frisa ainda que o Apadrinhamento Afetivo realizado pelo Instituto Amigos de Lucas possibilita que os abrigos tenham acesso à ficha corrida policial dos padrinhos, o que não seria possível de outra maneira, pois a entrega da documentação é imprescindível para a participação no programa. “Então pra nós o Amigos de Lucas é muito bem vindo!”. Diferente de Marcelo, a avaliação de Luciana é de que o apadrinhamento é muito mais positivo do que negativo.

O procedimento para a participação das crianças no programa é feito através do preenchimento de uma ficha, buscando traçar os perfis dos possíveis afilhados selecionados pela equipe técnica do abrigo. Então, essa documentação é repassada ao Instituto Amigos de Lucas, que organiza reuniões com representantes de todos os abrigos que participarão, para que sejam discutidos casos polêmicos e se esclareçam dúvidas. Após essa etapa há as oficinas com padrinhos e afilhados e então a consecução de dois encontros para que se conheçam e se escolham.

⁶¹ Ironicamente, como poderemos ver no capítulo sobre os afilhados, o que se percebe é o contrário, pois um número relevante de afilhados, mesmo em contato com seus padrinhos, possui vínculos com membros de suas famílias de origem.

⁶² Em relação às idades demarcando as etapas da vida, é interessante percebermos que além dos 18 anos, que indica a chegada da fase adulta, os 15 anos, sobretudo das meninas é sempre lembrado nas falas de todos os atores como um aniversário importante, ainda que continuamente diferentes significados sejam agregados a tal idade.

Luciana esclarece que a prioridade são crianças maiores, com baixas probabilidades de adoção. Podem ter vínculos familiares, mas que não tenham previsão a curto e médio prazo de retornarem às famílias de origem: “Pode, ‘ah, eu quero ir com o meu padrinho, porque o meu padrinho vai me dar melhores condições que a minha mãe, porque não tem água, nem luz na minha casa’. E a realidade é bem assim!”.

Assim, após os encontros entre padrinhos e afilhados o IAL repassa fichas para os abrigos contendo os dados dos padrinhos e o nome dos afilhados correspondentes. Então, o abrigo organiza uma reunião com toda a equipe técnica, a direção do abrigo e todos os padrinhos para explicar o funcionamento da instituição. Após isso, cada técnica conversa com os padrinhos das crianças que estão nas quatro casas-lares sob sua supervisão para agendar as primeiras visitas à casa-lar. Luciana salienta que é um processo gradativo, que se inicia com encontros de um dia, depois finais de semana. Os padrinhos nem sempre dão continuidade, alguns não passam de três ou quatro encontros, enquanto outros continuam até a maioridade dos afilhados. Ela explica que essa fase inicial é importante para que as técnicas conheçam os padrinhos e eles seus afilhados. Posteriormente, os contatos passam a ocorrer diretamente com os pais sociais.

Pessoas que entram no programa com o intuito de “se ajudar”, de “preencher uma lacuna”, porque não têm companheiros, nem filhos, a assistente social alega que não serão bem sucedidas, porque ser padrinho, para além da companhia de uma criança, exige dedicação: “não é tu vir na instituição, pegar uma criança, colocar pra dentro da tua casa, colocar ela na frente da televisão e passar o dia. Isso não é ser padrinho!”. Explica que é um trabalho de doação de amor, mas também educativo, onde os afilhados devem aprender serviços domésticos, conhecer lugares novos e valores fundamentais para serem “cidadãos de bem”.

Ao refletir sobre as dificuldades do programa, a assistente social salienta o apoio material que muitos padrinhos, ainda que nas oficinas realizadas pelo IAL se enfatize o caráter afetivo do apadrinhamento, com boas intenções, continuam insistindo em priorizar, muitas vezes, enchendo seus afilhados de presentes. Quando isso acontece Luciana chama os padrinhos para conversar e esclarece que o presente é importante nas datas comemorativas, mas a presença afetiva do padrinho é o primordial. Também menciona os casos em que padrinhos desaparecem, quando cabe a elas o trabalho de explicação ao afilhado sobre os motivos do sumiço dos padrinhos: “por mais dura que seja a realidade, a gente sempre trabalha com a verdade”. Normalmente os motivos alegados são o furto das crianças de alguma coisa da casa do padrinho e o mau comportamento dos afilhados.

Segundo ela, o Apadrinhamento Afetivo estaria sendo útil no complemento do trabalho dos abrigos no que tange às orientações do ECA sobre a interação das crianças abrigadas com a sociedade civil, para a desestigmatização desses jovens e no auxílio à resolução de possíveis problemas que estejam afligindo os afilhados. Entretanto, a configuração de cada apadrinhamento se dá de forma diversa. Luciana cita o caso de duas irmãs muito unidas, mas que apenas uma foi apadrinhada. Já prevendo o quanto isso poderia ser prejudicial na relação entre as duas, sensibilizou o casal de padrinhos, que acabou por apadrinhar as duas meninas. Há também casos de crianças que já tiveram várias tentativas frustradas no programa. Algumas insistem em tentar mais uma vez em outros anos; outras, sobretudo as mais velhas, optam por não participarem mais na festa de seleção.

Ao falar sobre a relação das famílias de origem dos afilhados com os padrinhos, a técnica alega que “uma coisa é bem distinta da outra”, pois trabalham para que a criança consiga distingui-los e organizem seus finais de semana entre os dois espaços.

Outro aspecto muito observado por mim durante as oficinas de preparação dos padrinhos era o questionamento sobre o histórico de vida das crianças que participam do programa. Luciana diz que apesar de toda orientação contrária, alguns padrinhos insistem em perguntar às crianças, já outros aguardam a contrapartida dos afilhados, pois “confiando no padrinho, eles vão contar tudo, sendo hoje, amanhã, mês que vêm, no momento que a criança vê que ela pode confiar, a criança desaba”.

2.3.3 Carmita: “É como um relacionamento, a gente não sabe o que vai vir”

Carmita, assistente social das Aldeias SOS, participa do programa desde a primeira turma do apadrinhamento afetivo e também o avalia enquanto uma experiência positiva na vida dos afilhados. Explica que ao Instituto Amigos de Lucas cabe principalmente a preparação dos padrinhos e aos abrigos o trabalho com os afilhados no sentido de esclarecer que o apadrinhamento não é adoção,

“que é como se fosse mais uma pessoa que estará no cotidiano dele. É um parceiro que vai tá ali junto, não é só que vai dar presente, vai ter presença. Vai ter cobrança, questão de escola, questão de tarefas, né? É uma parceria pra também ajudar ele na estrutura emocional, na organização dele”
(Carmita, 27-09-2010).

Segundo ela, a positividade do programa estaria na atenção individual que é voltada ao afilhado, já que a maioria deles não tem ou tem muito pouco contato com sua família de

origem e precisa dividir o tempo da mãe social com mais oito crianças. Por isso, ela explica que eles evitam permitir que um padrinho tenha mais de um afilhado, justamente para o programa não perder seu benefício maior, mas que em casos de irmãos que requerem o mesmo padrinho, isso pode eventualmente ocorrer.

Depois de alguns anos do programa, Carmita lembra que o IAL passou a realizar oficinas de preparação para os afilhados também e que até o ano passado eram muito boas⁶³, pois trabalhavam o lúdico, expectativas e a frustração de não conseguir padrinhos. Um dos objetivos da preparação era explicar que o fato de não conseguir um padrinho na primeira tentativa pode ocorrer porque o número de padrinhos pode ser menor que o de afilhados e também pela falta de empatia, mas que eles devem tentar mais vezes.

Em relação à sua dinâmica, enquanto a única assistente social das Aldeias SOS, Carmita diz que, após os encontros, entra em contato com cada padrinho e marca uma entrevista individual para explicar as regras da instituição. Primeiro as visitas devem ser feitas na casa do afilhado por um período de aproximadamente um mês, depois Carmita vai à casa do padrinho e então, o apresenta à mãe social. Só então o padrinho, depois de combinar dias e horários, pode levar o afilhado para passear fora do condomínio. Ainda assim, a criança sai no máximo de 15 em 15 dias, pois “ela não pode perder a referência de onde ela tá”.

Carmita defende que seu trabalho é sempre de “mediação”, seja entre a mãe social e os padrinhos ou entre os padrinhos e os afilhados. Isso porque em alguns momentos o padrinho acha que a mãe social não está agindo adequadamente, ou que a conduta da criança está inadequada. Então ela tenta conversar com todos, na tentativa de que a relação não se perca. Ela relata dois exemplos em que sua mediação foi bem sucedida. O primeiro era um afilhado que sempre que voltava dos passeios com a madrinha, chorava. Então a madrinha entrou em contato com Carmita dizendo que estava preocupada. Com receio de que a madrinha ficasse muito assustada e terminasse por se afastar do menino, Carmita o chamou para tentar entender o que estava acontecendo. Ele disse que chorava porque não gostava de voltar, que gostaria de ficar com a madrinha. Então a técnica explicou para o menino que a casa dele era ali, que se continuasse a sofrer por voltar, teria que pedir a madrinha que apenas o visitasse lá, então ele disse que não, que não iria mais chorar e a situação se resolveu.

Outro caso era o de um padrinho e um afilhado que manifestavam muita afinidade e um vínculo forte e que de uma hora para outra pararam de se encontrar. Ao questionar o

⁶³ A ressalva de Carmita, em relação à dinâmica realizada no ano de 2010 pela presidente do IAL para a preparação das crianças, era de que o contexto foi colocado como se elas fossem as únicas responsáveis por conseguirem ou não padrinhos.

porquê daquela situação Carmita descobriu que o menino tinha repetido o ano na escola e estava com vergonha do padrinho, que acabou se frustrando com o ocorrido. Assim, Carmita chamou os dois para uma conversa e “tudo voltou a ser como era antes” entre os dois.

Segundo a assistente social, bastante experiente em relação às dinâmicas do Apadrinhamento Afetivo, não é possível traçar um perfil sobre quais são os padrinhos que dão continuidade ao programa. Alega que o importante é o vínculo que se estabelece entre o padrinho e o afilhado: “de realmente querer aquela criança, ele fica!”. Outro aspecto importante a ser analisado são as expectativas criadas pelos padrinhos que podem atrapalhar o bom andamento do programa, devido “não olhar a realidade da criança; não olhar o limite da criança. Tu ser uma referência afetiva, não é tu querer salvar a criança. Tu não tem esse poder”.

Diz que os padrinhos precisam “dar” sem esperar “receber”, apresentar as crianças a realidades diferentes das delas, possibilitando outras escolhas em suas vidas. Aceitar a criança sabendo que ela vai dar a resposta que ela pode, não é possível “criar uma expectativa que o outro vai dar a resposta que eu quero (...) é isso que é importante, tu tem que saber o que ele quer. Não é o que tu quer dar pra ele!”.

Nem sempre o rompimento parte dos padrinhos. Carmita alega achar positivo quando uma criança diz que não quer uma madrinha, pois em uma situação de abrigo, uma criança tomar essa iniciativa demonstra possuir auto-estima⁶⁴. Quando isso ocorre, ela comunica à madrinha, chama a criança e encerra o vínculo. Argumenta que o fato de alguns apadrinhamentos não se efetivarem não é motivo para a instituição não participar do programa, pois “a vida não é feita de frustração?”. Entretanto, considera que se deve fazer um trabalho com essas crianças para que não pensem que o problema foi delas. E, sim, do padrinho ou do vínculo que não se firmou: “elas ficam tristes, mas faz parte da vida”. Em relação aos apadrinhamentos bem sucedidos, ela diz perceber grandes mudanças nas crianças, que se sentem mais amadas, com grande auto-estima por ter uma pessoa que se preocupa com elas e as levam para passear.

2.3.4 Sônia: “O padrinho vai ter só um, daí ele pode levar pra passear e tudo”

Sônia explica que o padrinho age em complemento ao seu trabalho, pois ela precisa administrar seus cuidados entre nove crianças. Explica que é bom para levar os afilhados para

⁶⁴ Notemos a diferença da perspectiva de Marcelo que vê os abrigados como a “parte passiva da relação”.

conhecerem lugares novos, mas também para ajudá-la quando estão com problemas e também no encaminhamento da vida após os 18 anos, quando precisam sair da Aldeia.

Fala que todos os apadrinhamentos de “suas” crianças tiveram continuidade, citando o caso de dois irmãos que já saíram da instituição e que o padrinho mora nos Estados Unidos, mas que todos os anos vem à Porto Alegre os ver, conversar e sair para passear. Outro menino que está morando em Santa Catarina com a família de origem e se comunica frequentemente com o padrinho que mora perto da Aldeia. Também menciona Tiago, com quem convive desde que o menino chegou à Aldeia, bem como, com seus padrinhos, com quem mantém uma relação de nove anos. Eles irão acolhê-lo em sua casa no final deste ano, quando o menino tiver 18 anos.

Quando os padrinhos vão à casa de Sônia, ela os recebe, conversa, conta o que está acontecendo na vida dos afilhados e pede ajuda quando precisa. Nesse quesito explica que os padrinhos de Tiago sempre foram “exemplares”, pois freqüentavam as reuniões da escola do menino. Quando acontecia qualquer problema, iam à casa de Sônia (no condomínio da Aldeia SOS) e ela acha que foram fundamentais na educação do garoto.

Para ela o apadrinhamento deve ocorrer no sentido de incentivar os afilhados a estudarem, a terem comprometimento e respeito com as pessoas, “porque se não for assim, né? Eu não vejo sentido”. Já que serão apenas mais pessoas na vida das crianças, que depois de um período irão desaparecer, se constituindo em mais uma perda.

2.4 18 ANOS - “Acontece tudo, depende da sorte de cada um!”

A idade que indica o início da vida adulta é também aquela que sinaliza para todos os jovens institucionalizados que seu tempo de permanência no abrigo está chegando ao final e que ele precisa encontrar um lugar para viver. Esse fato talvez tenha sido o maior motivador para a inauguração do Apadrinhamento Afetivo. A busca por padrinhos, que possam ajudar adolescentes que não possuem apoio extra-institucional e, ainda, o motivo que faz com que jovens, mesmo sabendo que os candidatos a padrinhos preferem crianças menores, continuem participando do programa, ainda que, muitas vezes, expondo-se a situações constrangedoras.

O Lar Luz da Criança ainda mantém alguns “filhos” com 18 anos. No entanto, Marcelo explica que a instituição está sempre tentando buscar uma forma de encaminhar esses jovens para outros lugares, porque senão o abrigo não será mais de crianças e sim de adultos, sendo que está sendo desativado em todo caso. No entanto, explica que ao completarem 18 anos não recebem um aviso de que devem sair do Lar. Justifica essa política dizendo que a maioria das famílias continua dando apoio aos seus filhos até que os mesmos consigam sair

de casa, o que atualmente, ocorre por volta dos 30 anos de idade, com o término do ciclo estudantil e profissionalizante. Desse modo, o Lar não poderia agir de forma diferente. Mesmo que não tenham condições de sustentar esse “modelo de relaxamento”, não determinam uma saída compulsória de seus jovens. Nenhuma criança do Lar foi adotada.

No abrigo João Paulo II, ao completar 18 anos, o adolescente é desligado do abrigo. Contudo, Luciana esclarece que desde os 16 anos os jovens começam a ter um tratamento diferenciado, no sentido de serem “preparados” para a sua saída. Então, iniciam cursos profissionalizantes, o abrigo os insere em programas de cotas, além de criarem uma poupança que o adolescente apenas tem acesso ao completar a maioridade. Além disso, a assistente social complementa que a instituição tem uma psicóloga voltada unicamente para crianças dessa faixa etária. Ela complementa que o padrinho também é fundamental neste período de transição e, segundo ela, muitas vezes, são eles que conseguem empregos para seus afilhados e mesmo moradia.

Carmita alega que “a princípio não é responsabilidade do padrinho” encaminhar o jovem para fora do abrigo, mas que, no entanto, existem casos que os afilhados passam a morar com os “dindos”. Além disso, a assistente social explica contar sempre com a possibilidade do retorno à família de origem, ou de algum parente que possa abrigar o jovem⁶⁵. Quando isso ocorre, a Aldeia disponibiliza um auxílio financeiro para que a família possa se reorganizar com este novo membro no período de no máximo um ano, Carmita explica: “não é toda família, mas aquela que avaliamos que demonstra necessidade”.

A mãe social Sônia também complementa dizendo que na idade de aproximadamente 15 anos a Aldeia SOS já encaminha o jovem para cursos profissionalizantes com a garantia de um emprego ao final; além disso, quando não há condições do jovem voltar para a família biológica, “morar com a prima ou nos fundos da casa da avó”, a instituição aluga uma casa ou consegue um espaço para que ele fique durante um período. Assim, a equipe técnica acompanha o jovem adulto por um “certo tempo”. Já a mãe social, segundo Sônia, “isso é eterno”. Diz que ainda mantém contato com todos os jovens que moraram em sua casa e mesmo mães sociais que não permanecem na instituição lhe disseram que continuam acompanhando a trajetória de seus filhos sociais.

⁶⁵ Contudo, como veremos no capítulo sobre os afilhados, são poucos os adolescentes que optam por essa “volta” ao lar, “se eles não nos quiseram quando pequeno, por que vão querer a gente quando grande?” (Estela, em 20-10-10).

2.5 Visões de família - “Uma pessoa com 30, 40 anos não começa um relacionamento? É mesma coisa!”

Discutir as relações e possibilidades de criação de parentesco que se dão nos ambientes institucionais e/ou no programa apadrinhamento afetivo não nos leva a análises fixas e intransponíveis, pois a cada contexto e dependendo de que pessoa fala a respeito das situações, as idéias sobre o que é ser mãe, o que é ser pai, o que é ser parente e o que é ser família variam consideravelmente.

O exemplo do Lar Luz da Criança é interessante, porque ao mesmo tempo em que Marcelo explica que o nome “Lar” é a tentativa da reprodução do que ocorre em um ambiente familiar, também diz que optaram por monitores ao invés da mãe social, porque esta traria uma idéia errônea de maternidade. Considera que a mãe social seria uma pessoa “mal resolvida socialmente”, já que para dedicar tempo integral a cuidar de crianças, essa mulher não poderia casar, nem ter filhos, o que seria uma contradição ao modelo de família idealizado para as crianças.

Por outro lado, ele explica que monitores do Lar são os “tios” e as “tias” o que não teria conseqüências maléficas para as crianças, já que essas denominações não possuem carga tão simbólica quanto “mãe” e “pai”, pois relações entre pais e filhos estariam presentes em todos os veículos de comunicação, portanto interferindo mais diretamente na formação da “identidade” das crianças. Então, para Marcelo, “tios” todos podem ter, ainda que não consanguíneos, mas “pai” e “mãe” se têm ou não se têm.

Luciana também argumenta que os padrinhos “jamais vão tomar o lugar de pai, de mãe”, remetendo também à hegemonia do sangue nesse tipo de classificação. Para tanto, explica que o fator mais importante em seu trabalho enquanto assistente social do abrigo João Paulo II é a volta da criança para a “família” ou a “família extensa”, que deve ter a oportunidade de se organizar, se inserindo em programas para que tenha condições de pedir a guarda da criança novamente. Entretanto, quando isto não ocorre o Apadrinhamento Afetivo seria uma alternativa, pois com o tempo padrinho e afilhado se adaptam, “vai criando um carinho”, resultando em vínculos duradouros.

A assistente social Carmita também afirma que sua prioridade é o retorno das crianças para a sua família de origem, mais ainda atualmente com a nova Lei da Adoção⁶⁶ que prevê o tempo máximo de 2 anos de permanência das crianças nos abrigos, tornando o lugar mais transitório. Segundo ela, nesse momento, mais do que em outros, desde que a criança

⁶⁶ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm.

chega, já se inicia um trabalho de retorno, ainda que não seja para o pai e para mãe, mas para um tio, uma avó, etc.

Quando se consegue o retorno da criança para a família de origem e essa criança participa do Apadrinhamento Afetivo, dificilmente há continuação do contato com os padrinhos, pois os segundos “criam uma imagem da família que são uns horrores, né, então tem receio”⁶⁷. Carmita também argumenta que para ela é muito difícil indicar a destituição do poder familiar de uma criança, que apenas faz isso depois de muitas tentativas e se perceber que não há vínculos entre a criança e seus familiares, pois quando existe, não é a questão financeira que orienta seus pareceres. Nesse quesito, ela explica que a Aldeia SOS dá um pequeno auxílio à família que recebe sua criança de volta.

Nesse processo, é difícil definir que modalidade de parentesco é estabelecida entre os padrinhos, as mães sociais, a assistente social e as crianças e os adolescentes. No caso dos padrinhos, Carmita alega que alguns desenvolvem relações de amizade, mas os que adotam, “é porque é parentesco mesmo!”. Já as mães sociais sofrem bastante a saída de seus filhos sociais, ao que Carmita diz para elas que se os amam, devem ficar felizes, pois é o melhor para as crianças e não o melhor para elas que deve ser levado em consideração. Mesmo que mantenha um distanciamento com as crianças se compararmos às mães sociais, Carmita também alega ser parente das crianças, pois é “uma referência afetiva, de cuidado, de garantia de direitos, de busca da família”, o que justifica eles a chamarem de “tia”.

A fala da mãe social Sônia coloca em evidência as contradições das diferentes políticas implantadas em relação às modalidades de abrigamento. Ela alega que logo que entrou nas Aldeias SOS, há 12 anos, existia a idéia de reprodução de uma “família”. Elas seriam as mães, as crianças seus filhos, respaldada pelo gerenciamento de todos os aspectos da vida da criança; no entanto, ela diz que, com a mudança das leis brasileiras, atualmente “a casa-lar não é mais uma família, agora é uma instituição e nós somos uma empregada”.

Então ela continua explicando que as mães sociais que estão entrando agora na instituição já são orientadas no sentido de não se apegarem muito às crianças. Entretanto, “pra nós, mães sociais que estamos há mais tempo, é mais doloroso isso aí, porque é nosso filho, é o filho que eu peguei pra criar, embora não tenha vindo de dentro de mim, é meu filho!”. Ela diz que por ela já passaram crianças com vários tipos de comportamentos: “rebeldes”, “surtadas”, etc., mas que sempre se colocou no “lugar” da criança e entendeu que sua função

⁶⁷ Lembro que em uma reunião do IAL com as assistentes sociais dos abrigos, Luciana relatou um caso de um menino, cujo a mãe estava presa. Ele teria dado à mãe o telefone da madrinha, que ligou do presídio com o intuito de agradecer o que ela estava fazendo pelo seu filho. Contudo, ao atender ao telefone e saber que era a mãe do afilhado, falando do presídio, a madrinha se assustou e estava se afastando do afilhado.

era cuidar das crianças, “não é o meu ego que tem que ser satisfeito”. Contudo, ela reconhece ter preferências por alguns, justificando ainda que isso, provavelmente acontece com pais biológicos, ou seja, de ter sempre um filho que gostam mais.

2.6 Voluntários e Profissionais

Neste capítulo tentamos evidenciar as perspectivas de dois segmentos que produzem o “Apadrinhamento Afetivo”. Membros do Instituto Amigos de Lucas e profissionais das instituições de abrigamento que participam ativamente na dinâmica dos apadrinhamentos vivenciados pelas crianças e/ou adolescentes que estão sob suas responsabilidades.

Ainda que o aspecto que mais diferencie os dois grupos seja o caráter voluntário vivido e, algumas vezes defendido, pelos membros do IAL e do fundador do Lar Luz da Criança e a prática profissional das assistentes sociais e da mãe social, podemos identificar várias semelhanças no que diz respeito à prática do “Apadrinhamento Afetivo”.

Afirmando uma motivação predominantemente religiosa na inauguração do Lar, Marcelo se coloca contrário ao apadrinhamento, já que as crianças seriam os sujeitos “passivos” da relação. Por outro lado, as duas assistentes sociais e a mãe social Sônia admitem certo prejuízo na trajetória de crianças que não dão continuidade a sua relação com os padrinhos. Porém, argumentam que esses casos não podem servir como “modelo”, já que um número grande de padrinhos desenvolve forte relação afetiva com seus afilhados e são fundamentais para o bom andamento dos afilhados no colégio e, ainda, em suas vidas após completarem 18 anos.

Os membros do Instituto Amigos de Lucas, sendo pais adotivos, reivindicam maior engajamento na causa, já que os motivos pelos quais participam do programa seriam mais “afetivos” do que “financeiros”. Contudo, em dados momentos alegam que se tivessem mais verba poderiam contratar uma equipe maior, garantindo maior eficácia em seu trabalho. Além disso, tanto a presidente quanto a psicóloga, explicam que se fossem bem remuneradas se dedicariam apenas à ONG e não precisariam manter outro trabalho.

No lado das profissionais o discurso é contrário, mas complementar, pois apesar de receberem salários, as assistentes sociais relatam receberem reduzidos salários, tendo algumas vezes que manter outros empregos para garantir seu sustento, contudo salientam que seu trabalho também favorece um conhecimento para a “vida” e isso justificaria a continuidade do trabalho, ainda que mal remunerado.

Ao analisarmos algumas falas de membros do IAL e funcionários de alguns abrigos, não abarcamos, e nem pretendemos alcançar a totalidade de perspectivas e opiniões em torno

do programa Apadrinhamento Afetivo. Elas são interessantes para evidenciar a complexidade desta prática e a diversidade de posturas e discursos que cada integrante desenvolve a partir de sua trajetória individual. No entanto, o que os assemelha é justamente o sentimento de doação à causa, quando, mesmo sendo remunerados, consideram-se voluntários.

Além disso, não podemos esquecer a importante lacuna presente, pois não temos a perspectiva de nenhum profissional advindo dos abrigos da rede própria, aqueles de estrutura tradicional, “condenados” pelo ECA e onde estão presentes a maior parte das crianças com “baixas probabilidades” de serem adotadas, ou seja, o público privilegiado para o Apadrinhamento Afetivo. Mais adiante, no capítulo direcionado aos afilhados, poderemos ter algumas informações sobre o funcionamento dos Abrigos Residenciais da Fundação de Proteção Especial.

CAPÍTULO 3 - FALANDO DOS DINDOS

3.1 Neófitos: a visão idealizada da relação padrinho-afilhado

A abordagem sobre o segmento dos padrinhos se constitui como elemento fundamental dessa pesquisa que pretende elaborar uma reflexão, a partir de casos particulares, do programa Apadrinhamento Afetivo, inaugurado em 2002 e desenvolvido pela ONG Instituto Amigos de Lucas. Desse modo, minha pesquisa de campo em relação a esse segmento pode ser dividida em duas etapas. A primeira é relacionada à minha forma de inserção em campo, enquanto observadora-participante, já que ao apresentar minha intenção de pesquisa a membros da ONG fui solicitada a realizar entrevistas de seleção com candidatos a padrinhos da turma de 2009. Essa etapa corresponde o período de 20 de outubro a 3 de novembro de 2009, onde realizei 10 entrevistas caracterizadas pelo preenchimento de um questionário produzido pelo IAL, onde, ao final, eu emitia um breve parecer sobre os candidatos, dessa forma, “identificada” pelos mesmos como membro da ONG.

Todas as entrevistas se realizaram na antiga sede do Instituto Amigos de Lucas, localizada no centro de Porto Alegre, e ao preencher o questionário explicava que não fazia parte da ONG, que era estudante de mestrado e que estava pesquisando o “Apadrinhamento”; inclusive questionando a alguns candidatos se poderia entrar em contato com eles após a efetivação no programa. Essa etapa foi importante para que eu tivesse a permissão dos diretores da ONG para realizar a pesquisa e exercesse certa “vigilância radical”, que seria o meio de preservação da cidadania do pesquisador e de seus pesquisados, proposta por LEAL e DOS ANJOS (1999). Tal procedimento representa uma alternativa à assimetria de poder com o estabelecimento da reciprocidade, ou seja, que a temática pesquisada interesse o pesquisador e o pesquisado e, preferencialmente, que numa situação de intervenção haja uma inversão simbólica de poder.

No caso estudado por LEAL e DOS ANJOS, tal inversão se expressa através da produção de material didático pelos próprios integrantes dos grupos focais, com vista à orientação sexual e a prevenção de DSTs e HIV, a partir de situações vistas como relevantes pelos integrantes. Esse material, além de ser produzido, é monopolizado por eles, que possuem a autonomia para emprestá-los a postos de saúde e escolas.

Essa dialogia entre os valores e práticas estatais, portanto disciplinadores sobre o que seria o “bem viver”, negociada com as concepções dos grupos populares, seria uma provável solução à dicotomia relativismo x universalismo na intervenção antropológica, pois “Dar um

objetivo ao grupo focal parece fundamental para romper com a dinâmica passiva de escutar informações médicas” (LEAL & DOS ANJOS: 1999, 171).

O trabalho mencionado acima é instigante para uma reflexão acerca de minha atuação enquanto pesquisadora. Eu também estava trabalhando, atendendo a uma demanda de meus entrevistados (nesse caso, os integrantes da ONG). Essa experiência foi importante, pois através dela tive possibilidade de frequentar e até ter uma chave da sede da ONG, acesso a vários documentos, além de ter a possibilidade de observar certas características de candidatos a padrinhos, bem como os motivos que elaboravam para justificar sua vontade de participar do programa. Naquela ocasião, ainda que respondendo aos questionamentos do formulário da ONG, tive contato com alguns padrinhos, mesmo consciente das nuances que uma entrevista de seleção, da avaliação das pessoas, pudesse interferir nas respostas dos entrevistados.

A partir dos primeiros dados coletados no preenchimento dos questionários do IAL pude observar a predominância de mulheres candidatas a madrinhas (apenas um caso masculino), com uma faixa etária variada (de 20 a 66 anos), em sua maioria pardas e brancas (8), sendo apenas uma reconhecida socialmente enquanto negra e outra com traços indígenas. A metade das entrevistadas possuía ensino superior (5), enquanto a outra metade oscilava entre o ensino médio (3) e o fundamental (2), fator relevante na profissão desempenhada e indicativo das camadas médias e populares⁶⁸, as quais poderiam ser classificadas. Solteiras ou separadas (6), sem filhos (5), com filhos em idade adulta (4) e apenas o (1) candidato a padrinho esperando seu primeiro filho. A religião católica (4) e espírita (3) foram declaradas pelos candidatos na maioria dos casos, ainda que também fossem mencionadas “Deus”, “Cristã” e evangélica. Poderemos melhor observar esses dados na tabela 1 (p. 76).

Os motivos relatados para o ingresso no programa são “ajudar”, “dar carinho”, “afeto”, “educação”, “troca” e “aprendizado” mútuos. Tudo isso permeado talvez pelo fato de, no Apadrinhamento Afetivo, diferente da adoção plena, as crianças e adolescentes não mudarem sua residência, pelo menos até os 18 anos, apenas dormindo esporadicamente nas casas dos padrinhos. Gerando interpretações por parte dos candidatos de que como não se sentem “preparados” ou já “passaram da idade” para adotar, podem desenvolver afetividade, mas sem se responsabilizarem integralmente pela criança ou adolescente.

⁶⁸ O pertencimento de classe pode ser salientado pela auto-atribuição, pelo grau de escolaridade, renda familiar, profissão desempenhada e endereço residencial. Além disso, marcadores como a vestimenta, a maneira de se portar e se expressar também podem nos dar dicas em relação ao *estilo de vida* da pessoa observada. Contudo, nenhum desses marcadores pode ser inteiramente responsável pela indicação da classe social de alguma pessoa, já que se trata de uma classificação arbitrária.

No entanto, também há os casos como o de Rosemary que quer adotar, porque não teve filhos e quer “curtir muito”, “dar tudo de bom pra criança”, pois “Eu sou uma mãezona!”; e Venilda que visualizou no apadrinhamento “o meio mais rápido de se chegar a uma possível adoção”.

Ainda que o Apadrinhamento Afetivo seja centrado, muitas vezes, em crianças e adolescentes cujas famílias de origem são destituídas do *pátrio poder*, mas que devido a fatores como idade, sexo, cor, deficiências físicas e/ou neurológicas, além do vírus HIV, tenham reduzidas possibilidades de serem adotadas, pode perceber que o ‘tipo ideal’ o qual candidatos a padrinhos procuram se assemelha ao de adotantes, qual seja: crianças brancas, de 0 a 5 anos de idade, do sexo feminino e “saudáveis”. Outro aspecto relevante nas preferências é o rompimento do vínculo do afilhado com sua família de origem, pois os que têm contato, “não têm mais jeito!” (*Venilda*).

Judith Modell (2002), no seu estudo sobre adoção nos Estados Unidos, chama atenção para a grande influência do ideário do sangue e sua supremacia na constituição do parentesco na constituição das leis e na forma com que historicamente se gerenciam práticas adotivas. Analisando o cenário americano, ela salienta que essa concepção fundamentou as leis que garantiam o anonimato dos pais biológicos de filhos adotivos, inviabilizando o paradeiro desses filhos para seus pais biológicos, com o intuito de que as crianças não sofressem influência do contato “maligno”, pois sua família de origem as “contaminaria”. Além disso, as preferências em relação ao perfil do filho adotivo, na maioria dos casos se adequavam a semelhanças físicas com a família adotiva, como se o fenótipo garantisse a “ficção” do parentesco, pautado na idéia de que o “sangue” seria o responsável por manter as pessoas unidas.

Percebemos a incidência desse ideário também no cenário brasileiro, mesmo no âmbito do Apadrinhamento Afetivo. Na fala de Venilda identificamos a idéia de que uma criança maior, que teria convivido durante certo tempo com sua família biológica já teria adquirido certas características negativas, portanto o melhor seria uma criança pequena e de sua cor, para juntas reproduzirem uma “família normal”, que não levante desconfiças com relação à origem da criança.

Esse contato preliminar permitiu levantar hipóteses sobre a possível influência de atributos sociais (de classe, cor, gênero, geração) ou trajetória individual sobre as expectativas que os padrinhos têm em relação aos futuros afilhados. Alguns candidatos (Marília, Jair e Ana Cleuza) procuraram o IAL por já terem estabelecido um tipo de vínculo com uma criança e/ou adolescente específico. Outros não (Jiane, Rosemary, Thaís, Maria Lourdes, Elizete, Eva e

Venilda), souberam do programa através de sua rede de amizades ou pelos meios de comunicação e ainda não possuíam qualquer relação com um possível afilhado.

Assim, àquela altura, pensei na possibilidade de um paradoxo entre a “realidade” do apadrinhamento e o seu “ideário”; onde funcionários dos abrigos e/ou pessoas que já apadrinham informalmente, conhecem a situação dos serviços, bem como, daqueles aptos ao apadrinhamento, portanto não desenvolvem ilusões a respeito do “tipo ideal” de criança desejado. Já àqueles que não tem contato com situações de abrigo, podem manifestar exigências relativas aos perfis físicos das crianças e adolescentes, assim como, o total distanciamento dos jovens em relação às suas famílias de origem. É através das negociações de sentidos e concepções acerca do apadrinhamento que poderemos refletir sobre os diferentes significados dessa experiência.

Tabela 1: Dados de candidatos a padrinhos da turma de 2009 entrevistados por mim extraídos da Ficha de Cadastro do Apadrinhamento.

Candidatos	Idade	Cor ⁶⁹	Profissão	Escolaridade	Estado Civil	Profissão do Cônjuge	Religião	Filhos	Apadrinha informalmente	Instituição
<i>.1.Jiane</i>	20	<i>Parda</i>	<i>Estudante</i>	<i>Ensino Superior incompleto</i>	<i>Solteira</i> ⁷⁰	-	<i>Evangélica</i>	<i>Não</i>	-	
<i>2.Ana Cleuza</i>	40	<i>Branca</i>	<i>Doméstica</i>	<i>Ensino Fundamental incompleto</i>	<i>Casada</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>“Deus”</i>	<i>1 menino de 19 anos</i>	<i>Mateus - 8 anos</i>	<i>Nar-Ipanema</i>
<i>3.Rosemary</i>	44	<i>Parda</i>	<i>Pedagoga</i>	<i>Ensino Superior</i>	<i>Casada</i>	<i>Consultor de produtos químicos</i>	<i>“Cristã”</i>	<i>Não</i>	-	
<i>4.Thais</i>	47	<i>Parda</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Separada</i>	-	<i>Católica</i>	<i>2 meninos de 17 e 23 anos</i>	-	
<i>5.Maria Lourdes</i>	54	<i>Aspecto Indígena</i>	<i>Func. Púb. Federal aposentada</i>	<i>Ensino Superior</i>	<i>Casada</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Espírita</i>	<i>1 menino de 24 anos</i>	-	
<i>6.Elizete</i>	54	<i>Parda</i>	<i>Auxiliar de enfermagem</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Solteira</i>	-	<i>Católica</i>	<i>Não</i>	-	
<i>7.Marília</i>	56	<i>Branca</i>	<i>Psicóloga – Cônego Paulo de Nadal</i>	<i>Ensino Superior</i>	<i>Separada</i>	-	<i>Espírita</i>	<i>3 filhas – a mais nova tem 27 anos e mora com ela</i>	<i>Ismael – 7 anos (tem contato com ele desde os 6 meses de idade) – Solange – há 12 anos</i>	<i>Cônego de Nadal e Aldeia SOS</i>
<i>8.Venilda</i>	62	<i>Negra</i>	<i>Doméstica</i>	<i>Ensino Fundamental</i>	<i>Solteira</i>	-	<i>Católica</i>	<i>Não</i>	-	
<i>9.Eva</i>	66	<i>Parda</i>	<i>Advogada Aposentada</i>	<i>Ensino Superior</i>	<i>Solteira</i>	-	<i>Espírita</i>	<i>Não</i>	-	
<i>10.Jair</i>	35	<i>Branco</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Ensino Médio</i>	<i>Casado</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Católico</i>	<i>Grávido</i>	<i>Josué – 13 anos (se conhecem há 6 meses)</i>	<i>João Paulo II</i>

⁶⁹ Esse item não estava presente no questionário portanto foi preenchido por mim, achei pertinente colocá-lo devido o contexto histórico e cultural brasileiro, marcado por grandes disparidades de cor (além da classe).

⁷⁰ Utilizo essa categoria para pessoas que viveram com companheiros e também para aquelas que se divorciaram dos seus maridos.

3.2 A Segunda Etapa: principiantes e veteranos

Minha intenção era voltar a contatar esses potenciais padrinhos para então entrevistá-los não mais como uma voluntária da ONG trabalhando para selecioná-los, e sim como pesquisadora, interessada na maneira como estavam elaborando suas práticas de padrinhos. Contudo, na segunda etapa de minha pesquisa de campo não consegui falar novamente com nenhum desses candidatos⁷¹.

Seguindo as redes sociais que estavam se estabelecendo, através de conversas informais com candidatos a padrinhos que não entrevistei, mas que conheci durante as oficinas e encontros, também padrinhos de anos anteriores que circularam por esses espaços e o arquivo do Instituto, tive acesso a pessoas que participaram das primeiras turmas de padrinhos. Após várias tentativas com padrinhos novos e antigos, um novo grupo de pessoas foi se configurando para o desenvolvimento da pesquisa.

Se meu principal questionamento era a possibilidade de criação de parentesco através do Apadrinhamento Afetivo e pautada pelo conceito de “acostumar-se” de Jessaca Leinaweaver (2008), constituído pelo tempo, onde se constroem subjetividades, que não são apenas nomeadas, mas também vividas no cotidiano das pessoas envolvidas no processo relativo à produção da família, nada mais relevante do que conhecer os padrinhos antigos, aqueles que já tinham alguns anos de vivência no projeto (ver tabela 2, p. 79).

Diferente da configuração do grupo anterior, a maioria dos padrinhos é casada e não há diferença entre os que possuem (4) ou não filhos (4). Interessante foi perceber as idades dos filhos, pois os que possuem filhos biológicos e participam do programa, normalmente têm filhos maiores, com exceção de Fernanda (sua filha tem 11 anos); já quando são filhos adotivos, como é o caso de Mercedes⁷² (filho de 17 anos) e Juliana (filha de 4 anos), possuem maior diferença de idade em relação a suas mães⁷³. Nenhum de meus entrevistados desse grupo possuía vínculo com seu afilhado antes da efetivação do apadrinhamento. No entanto, a predominância de mulheres, ainda que seus maridos participem do apadrinhamento, permanece com 6 entrevistas realizadas com mulheres e somente 2 casais. Suas idades variam

⁷¹ Através de emails e telefonemas não obtive resposta e nenhuma oportunidade de encontrá-los novamente (inclusive em uma das tentativas, ao ligar, reconheci a voz da candidata a madrinha, mas ela disse não ser ela e não morar ninguém com aquele nome naquela casa), tampouco pude confirmar se continuaram apadrinhando ou não.

⁷² Em nenhum momento Mercedes se referiu a seu filho enquanto adotivo, contudo devido o rapaz ser negro, ela branca e a diferença de idade entre os dois (ela tem 67 e ele 17), suponho que ele seja adotado.

⁷³ Isso pode ocorrer devido a tentativas anteriores para se ter filhos biológicos. Contudo, nos dois casos deste grupo, Juliana justifica a demora pela dificuldade em encontrar um par romântico com quem achasse “valer a pena” ter um filho; quando encontrou, o companheiro não desejava ter filhos, assim, ela se separou do marido quando adotou sua filha. Já no caso de Mercedes, como em sua entrevista ela não priorizou falar desse aspecto, que apenas suponho, de seu filho, não obtive maiores informações.

entre 28 e 67 anos, semelhante ao grupo anterior, com a maior incidência (7), na faixa dos 35 a 50 anos de idade. Neste grupo todos eram brancos, profissionais liberais e em sua maioria católicos (5), ainda que também espíritas (2) e evangélica (1). Os afilhados normalmente são do mesmo sexo que os filhos, quando os têm, com exceção de Fernanda.

A predominância de mulheres com a iniciativa de participar do programa (ainda que em longo prazo seus companheiros também participem do apadrinhamento), quadro que também se reproduz nas entrevistas formais para este trabalho, indicam as persistentes divisões de gênero no que tange ao domínio dos filhos e afilhados, como se as mulheres tivessem naturalmente propensão à maternidade, conhecessem melhor os filhos e afilhados e, portanto, tivessem autoridade para dar “a última palavra” em relação a eles⁷⁴.

Desde minha primeira inserção ao campo, observando, conversando informalmente e entrevistando, elaborei três principais motivos pelos quais as pessoas se tornavam padrinhos. O primeiro é o que foi mencionado acima “ajudar”, por “caridade” ou por “responsabilidade social”; o segundo seriam pessoas que não tiveram filhos ou possuem filhos adultos, mas que não têm intenção em adotar, “Como a gente também fez a proposta de não termos filho, a gente também tem um amor que a gente pode dividir com alguém” ou “a gente achou que a gente ainda tinha alguma coisa pra oferecer”; já o terceiro seriam aqueles que vêem o apadrinhamento como uma fase de transição para uma possível adoção, “de repente se a gente tem contato com uma criança, até pra ver se é isso que a gente quer, né, se quer ter filhos, como que é ser, então buscamos mais informações sobre o programa”.

⁷⁴ Para maior discussão sobre isso ver OLIVEIRA, 2011 e MODELL, 2002.

Tabela 2: O novo grupo de padrinhos: principiantes e veteranos.

<i>Padrinhos</i>	<i>Idade</i>	<i>Cor</i>	<i>Profissão</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Profissão do Cônjuge</i>	<i>Religião</i>	<i>Filhos</i>	<i>Afilhados</i>	<i>Instituição</i>	<i>Turma</i>
1.Laura	28	Branca	Supervisora de vendas (medicamentos)	Ensino Superior incompleto - Administração	Casada	Segurança (vigilante)	Espírita	Não (grávida)	Maria (10)	AR-38	2009
2.Mercedes	67	Branca	Advogada Aposentada	Ensino Superior	Separada	-	Católica	Sim. 1 filha (33) e 1 filho (17)	Lucas (15), André (13) e Jonas (7)	João Paulo II	2009
3.Juliana	45	Branca	Psicóloga	Ensino Superior	Separada	-	Católica	Marina (adotiva)(4)	Isabela (15)	Aldeia SOS	2008
4.Nara e João	41 e 43	Branco	Advogada	Ensino Superior e superior incompleto	Casados	Empresário	Católica	Não	Diego (13) e Caetano (11)	João Paulo II	2008
5.Ruth	36	Branca	Advogada	Ensino Superior	Casada	Fotógrafo	Católica	Não	Carlos(21)	João Paulo II	2002
6.Cecília	48	Branca	Secretária	Ensino Médio	Casada	Vendedor	Católica	Sim. 2 filhas (26 e 21)	Cíntia (24)	AR-15	2002
7.Saulo e Érica	50 e 62	Branco	Alfabetizadora aposentada	Ensino Superior e superior incompleto	Casados	Analista Financeiro	Espíritas Kardecistas	Não	Pedro (25) e Paulo (20)	AR-8	2002
8.Fernanda	35	Branca	Empresária	Ensino Superior incompleto	Casada	Empresário	Evangélica	Sim. 1 filha (11)	Tiago (17)	Aldeia SOS	2001

3.3 Motivos para participar do AA: “Se você não vive pra servir, você não serve pra viver”

Assim como no primeiro grupo, tive a oportunidade de questionar os motivos que levaram esse grupo de padrinhos a participar do apadrinhamento, situação em que além de perceber que variam segundo os projetos de cada um, pude identificar sutilezas maiores, talvez devido à longa trajetória de alguns entrevistados no programa, mas também devido à diferença de abordagem, já que no primeiro grupo estávamos em uma entrevista de seleção e no segundo, fui identificada enquanto pesquisadora do Apadrinhamento Afetivo.

No entanto, pude identificar pontos de convergência no que se refere à vontade de “fazer algo a mais”, visto enquanto um trabalho voluntário, tão em voga no sistema neoliberal vigente, onde o surgimento de ONGs, a terceirização e o trabalho voluntário atuam para complementar a ação do Estado (ver, por exemplo, STEIL & CARVALHO, 1993). Como Ruth salienta:

“Quando tu te propõe a fazer qualquer tipo de trabalho voluntário, isso também compensa uma culpa que eu acho que todo mundo tem, dessa desigualdade social, desses problemas sociais todos, então pra mim funcionou, serviu pra tudo isso, acho que foi bem importante!” (*Ruth, 1-9-10*).

Entretanto, esse “fazer algo a mais” também pode ser relacionado ao “fazer o bem ao próximo” do ideário da caridade cristã, difundido em um país como o Brasil que é estruturalmente católico, como podemos identificar nos feriados do calendário anual vide fala de Mercedes, “se você não vive para servir, você não serve para viver”. Assim, alegações como: “a gente achou que a gente ainda tinha alguma coisa pra oferecer” ou “a gente também tem um amor que a gente pode dividir com alguém”, se constituem como os principais motivos de ingresso no programa. Ademais, o contato corporal e o apelo afetivo do programa, faz com que pessoas acostumadas a contribuir com dinheiro a outras instituições se estimulassem a participar efetivamente.

A troca, a requisição de uma retribuição de afeto por parte dos afilhados não se manifestou nitidamente nas falas desse grupo de padrinhos, ainda que “na realidade eu fui me ajudar” coloque em paradoxo o somente “oferecer” e “dar” afeto e possibilidades a uma criança. Interessante porque ao entrevistar os candidatos a padrinhos da turma de 2009 a questão da reciprocidade era sempre colocada em foco, já nos padrinhos mais antigos se enfatiza mais a ajuda material proporcionada aos afilhados, principalmente no encaminhamento desses para uma nova moradia após os 18 anos.

Rachael Stryker (2010), estudando adoções transnacionais por pais americanos, também identifica em seus discursos a grande incidência de altruísmo, pois ao também serem questionados sobre quais suas motivações para realizarem esse tipo de adoção diziam que perceberam que tinham uma casa e qualidade de vida boa e que poderiam propiciar isso a uma criança que não tinha, portanto, poderiam contribuir para um “futuro melhor” em relação a crianças institucionalizadas.

Contudo, a autora também identifica certo paradoxo, quando em alguns relatos percebe que a criança é constituinte da “família normal” idealizada pelos americanos. Assim, adotar um filho e ter uma criança ou jovem em casa faz parte desse projeto de proporcionar uma família àqueles que estão nos abrigos, mas também que eles sejam suas famílias. Desse modo, ao lado do altruísmo, ela identifica o desejo de gratidão, que pode também ser entendida como reciprocidade.

Na obra clássica “Ensaio sobre a dádiva – *Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*” (1925), Marcel Mauss, como o próprio título sugere, faz um estudo sobre o sistema de trocas presente em algumas civilizações, onde o contrato, fundamentado no aparato jurídico, constitui direitos e deveres entre famílias, grupos, clãs, que se caracterizam ou são caracterizados pela obrigação de retribuir. Exemplificando, o autor identifica que as trocas e os contratos podem se efetivar na forma de presentes, que possuem um aspecto aparentemente voluntário, mas obrigatório e interessado, visando contraprestações, que ele denomina de *sistema de prestações totais*.

Analisando o caso da Polinésia, Mauss argumenta que seria o melhor exemplo para ressaltar a “razão moral e religiosa” (p.193) que obriga a retribuir o presente recebido. Isso aconteceria devido todas as coisas dadas possuírem um *hau*, ou seja, um espírito relativo ao doador e, que, portanto deve voltar, já que constitui parte dele.

“Compreende-se logicamente, nesse sistema de idéias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois, aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, essa essência, (...) esses bens, móveis ou imóveis (...) têm poder mágico e religioso sobre nós” (MAUSS, 200: 1925).

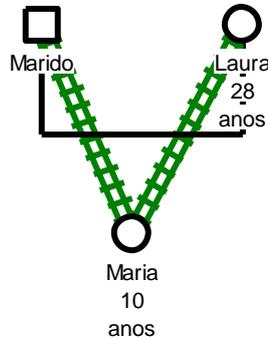
Contudo, essa forma de contrato polinésio também implica em além de retribuir, dar e receber, ou seja, estabelece direitos e deveres contrários e simétricos que podem ser explicados pelo estabelecimento de vínculos espirituais inerentes às coisas (*hau*), ou mesmo

gerando um sistema de trocas obrigatórias e permanentes apenas baseado no direito que as provoca (p.195).

De uma forma ou de outra, esses sistemas de trocas desenvolvem um ciclo entre pessoas e coisas que através do tempo atualizam e reproduzem seus vínculos, sob pena do surgimento de guerras e conflitos entre as partes. Podemos então supor que, no “Apadrinhamento Afetivo” se estabelece um contrato entre padrinhos e afilhados, onde as partes também podem ser analisadas enquanto coisas que circulam e que implicam uma retribuição, ou seja, o aspecto afetivo salientado por essa forma de apadrinhamento, partindo primeiramente do padrinho ou do afilhado, incita uma contraprestação na forma de tributos ou serviços, onde não há uma separação entre a troca estritamente econômica e a troca de dádivas; elas atuam em conjunto, pois se misturam objetos e sentimentos que podem ter um aspecto transitório, quando o apadrinhamento é desfeito ou permanente, estabelecendo um sistema de trocas profundo e duradouro, que pode indicar a produção de uma relação de parentesco.

3.4 PADRINHOS: “Os que ficaram é porque tem amor no coração, é porque gostaram do que tão fazendo”

3.4.1 *Laura e Maria*⁷⁵:



Laura tem 28 anos, é casada, trabalha como supervisora de vendas de medicamentos e cursa faculdade de administração no período noturno. Ela tem estatura mediana, cabelos encaracolados na altura dos ombros, é magra, de olhos claros e postura muito enfática, apesar da pouca idade comunica com muita seriedade e determinação suas vontades e opiniões. Seu marido tem 30 anos, é vigilante e faz graduação em direito.

Ela é madrinha da turma de padrinhos de 2009. A conheci nas oficinas de preparação dos padrinhos e voltamos a nos encontrar no lançamento da turma de 2010, situação em que ela e sua afilhada proferiram um depoimento sobre como estava a convivência entre elas após aproximadamente seis meses. Conversamos ainda em um dos encontros de padrinhos, que são realizados aos terceiros sábados de cada mês, às 10h no Pão dos Pobres. Nossa entrevista “mais” formal se deu no dia 27 de agosto de 2010, às 19h, no mercado público, pois ela trabalha em Porto Alegre, mas mora em Canoas, então o lugar da entrevista foi proposto por ela para facilitar sua volta de trem para casa.

Laura alega que sempre teve vontade de adotar, mas como ainda não tem condições financeiras, optou por participar do apadrinhamento. Seu marido primeiramente hesitou a proposta, mas após as oficinas sonhou que eles apadrinhariam uma menina de 10 anos, quando a preferência do casal era por um menino, já que a maioria dos padrinhos preferia menina. Segundo Laura, “o nosso medo era das crianças não aceitarem a gente; dá ansiedade na gente porque é uma situação nova, uma pessoa estranha”.

⁷⁵ Utilizo a representação: homem, quadrado; mulher, círculo; aliança, colchete virado para cima; descendência, colchete virado para baixo; separação, um traço no colchete; falecimento, dois traços no colchete; apadrinhamento afetivo, duas linhas verdes traçadas; mãe de criação, três traços vermelhos pontilhados; filho adotivo formalizado, um traço azul pontilhado.

Maria tem 10 anos, traços indígenas, cabelos curtos e pretos, é bastante extrovertida e mora há dois anos no AR-38. Tive oportunidade de conversar com ela no lançamento da turma de padrinhos de 2010. Ao conversar com sua madrinha, ela me disse que a menina ficava andando de um lado para o outro no dia do encontro entre padrinhos e afilhados. Finalmente, conversou com Laura e seu marido, que “encantados” com a desenvoltura da menina efetivaram o apadrinhamento. Os primeiros encontros foram em shoppings, mas Laura “... não queria ficar enchendo ela de coisa, queria conhecer ela”, “eu acho que não é um caderno caro que vai fazer ela feliz”. Maria passou o natal e o ano novo na casa da mãe de Laura e hoje tem um espaço na casa da madrinha, com sua cama, armário, brinquedos e roupas⁷⁶. Laura diz que é “contagioso”, pois fala muito em Maria e sua experiência está incentivando várias amigas a também participarem do programa AA. Diz que está aprendendo bastante e superando coisas.

Laura conta que no início do apadrinhamento, uma das monitoras do abrigo em que a menina reside disse que a madrinha tinha que se precaver com a “sexualidade aflorada” de Maria. Preocupada inicialmente com a repercussão de tal comentário, passados seis meses de convivência, Laura explica que Maria sempre se comportou em sua casa, inclusive com seu marido, não tendo nenhum motivo para criticar a menina. No entanto, supõe que Maria tenha sido abusada sexualmente. Diz que quando tem necessidade de chamar atenção senta e conversa e que Maria se mostra muito mais comportada em sua casa do que os monitores do abrigo relatam sobre sua conduta. Conversam todas as quintas-feiras pelo telefone e a afilhada manifesta preocupações em relação a quando completar 18 anos.

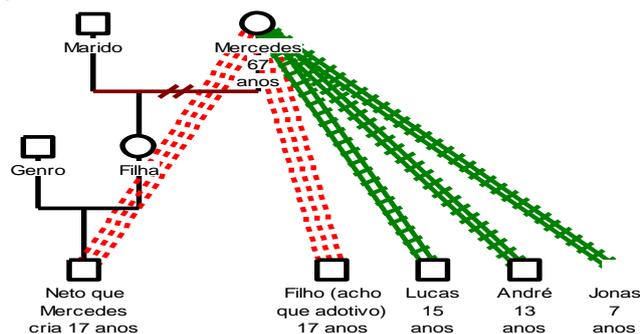
A madrinha, apesar de não conhecer, explica que “a Maria, quando foi lá na nossa casa matou a mãe!”, mas que ela sabia que a mãe da menina estava viva. Ilustra relatando que em uma ocasião perguntou por que Maria não estava vestindo a calça jeans que ela teria lhe dado de presente. Diz que a menina desconversou e Laura soube pela assistente social do abrigo que a mãe de Maria ligou, marcou um encontro com a menina, ao que Maria fez questão de vestir a calça nova, mas a mãe não compareceu. Laura também relatou uma situação quando estavam aparecendo na televisão crianças que moravam em abrigos e que, para a afilhada não se sentir mal, disse que nem todos que estão lá ingressaram devido ao mesmo motivo, que quando os pais não cuidam dos filhos *como deveriam*, são negligentes, e a menina concordou que a mãe teria sido negligente com ela.

⁷⁶ Semelhantes objetos também são ressaltados na fala de pais adotivos americanos, quando alegam estar propiciando uma “boa casa” aos seus filhos adotivos (vem em Stryker, 2010).

A maneira que Laura tenta explicar o ingresso de Maria no abrigo pode ser melhor entendida a partir do artigo sobre o conselho tutelar e a negociação de conflitos de Fernanda Ribeiro (2009) quando salienta que,

“a partir do ECA, ao mesmo tempo em que observamos um processo de revalorização do grupo familiar, na medida em que este é definido pela legislação como o espaço social privilegiado para a socialização humana, quando as características das famílias atendidas passam a ser visualizadas, dão margem para que a família seja qualificada como negligente, agressora, etc, ou seja, inadequada para o desenvolvimento da criança e do adolescente e incapaz de assegurar-lhes os direitos definidos pelo ECA” (RIBEIRO: 2009, 110).

3.4.2 Mercedes – Lucas, André e Jonas:



Mercedes é uma carioca, de 67 anos, mas que reside em Porto Alegre há 30 anos. Bastante católica, se define enquanto fazendo parte de uma “família acolhedora”, pois em sua casa sempre eram convidadas pessoas que não tinham o que comer ou onde dormir. Assim ela explica que a “vida é um prêmio” que precisa ser dividido com várias pessoas, por isso, já aposentada, decidiu participar do apadrinhamento.

De ascendência italiana, Mercedes é branca e loura. É divorciada e tem uma filha biológica e um filho de 17 anos que a acompanhou durante todos os eventos do apadrinhamento. O rapaz é negro e pelo fenótipo branco de herança italiana de Mercedes e por sua idade, provavelmente é seu filho adotivo. No entanto, em nossas conversas ela sempre se referia a ele como filho, portanto não tive oportunidade de saber maiores detalhes. Além disso, cria seu neto que tem também 17 anos. Possui ampla experiência com crianças e adolescentes, pois realizou trabalho voluntário durante cinco anos no Lar Fabiano de Cristo⁷⁷,

⁷⁷ “O Lar Fabiano de Cristo foi fundado em 1958, a partir da idéia de Carlos Torres Pastorino que reuniu outros beneméritos em torno de uma proposta que pudesse beneficiar a infância “carente” e “desvalida”. Nesse

depois lecionou vários cursos no SENAC e na extinta FEBEM. Explica que adora, pois “adolescente é igual montanha russa”, oscilando intensamente entre a euforia e a tristeza.

Ingressou no programa Apadrinhamento Afetivo na turma de 2009, mesmo ano que iniciei minha pesquisa. Assim pude observá-la e conhecê-la freqüentando todas as oficinas e encontros, sempre acompanhada do filho e sentando na primeira fileira dos auditórios com a ajuda de uma bengala.

Em um dos encontros me apresentei a ela e perguntei se poderia voltar a contatá-la posteriormente. Meses depois nos vimos em um encontro de apoio aos padrinhos e marcamos uma entrevista numa quarta-feira à tarde em sua casa, na zona sul de Porto Alegre. Soube que ela estava apadrinhando três meninos. Lucas de 15 anos, André de 13 anos e mais recentemente Jonas de 7 anos. Lucas e André moram em casas-lares diferentes do abrigo João Paulo II e Mercedes os apadrinhou nos encontros do Instituto Amigos de Lucas.

No primeiro encontro ela foi acompanhada do filho e da namorada de seu neto, pois queria que eles ajudassem na “escolha” do afilhado, já que também iriam conviver com o menino. O neto não foi porque tinha sido operado e Mercedes esclarece:

“eu procuro integrar os meus meninos também nisso, porque eu acho que eles precisam ver outras realidades, que eles precisam viver outras realidades, ter carinho, ter compreensão, então eu procuro sempre juntar, para que eles continuem fazendo isso no futuro” (Mercedes, 18-08-10).

Seu filho avistou Luciano encostado sozinho na goleira da quadra e o mostrando para Mercedes, comunicou o ter escolhido. Então ela orientou que o menino se dirigisse para lá para conversar com Lucas. Após algum tempo de conversa entre os três adolescentes (seu filho, Luciano e a namorada do neto), Mercedes se aproximou e perguntou se Luciano gostaria de ser seu afilhado. Quando foram preencher a ficha do apadrinhamento, Talita comunicou Mercedes de que o menino já teria uma madrinha, mas ele disse que não, que a partir daquele momento sua madrinha seria Mercedes. Ela ficou feliz e disse ter sido bom, porque “ele brigou por mim!”.

Com André foi diferente, Mercedes simpatizou com um casal de pais sociais e perguntou para o homem se não teriam algum menino em sua casa sem madrinha, pois ela queria “amadrinhar” alguém da casa deles. O pai social disse que tinha um menino, mas com

contexto, para eles era fundamental para essas crianças possuir uma profissão, poder ingressar no mercado de trabalho e existir como cidadãos. Para isso, pretendem que as pessoas sejam conscientes de seus potenciais, de sua capacidade de superação e da condição real para mudar sua própria história” (ver em <http://www.portalcapemisa.com.br/larfabianodecristo/Paginas/Historia.aspx>, acessado em 5-4-11, às 18h56).

13 anos, maior e bastante danado. Ela disse que gostaria de conhecê-lo. Então o casal a apresentou André, que “chegou não querendo muito”, mas aceitou ser afilhado de Mercedes. Já Jonas ela conheceu posteriormente devido ele morar na mesma casa que André. A mãe social dos dois lhe contou que a madrinha do menino havia desaparecido devido ele ter pegado duas pilhas em sua casa para ver como funcionava um carrinho que tinha. Jonas explicou para a mãe social que apenas teria “pegado emprestado”, mas que iria devolver. A madrinha, que fez parte da mesma turma de Mercedes, sem conversar com o menino, finalizou o apadrinhamento e Mercedes indignada com o comportamento da mulher, o apadrinhou.

Mercedes relata que a convivência dos seus afilhados com seu filho e seu neto está sendo muito bem sucedida e diz que apesar das dificuldades, “tô muito satisfeita, é uma experiência espetacular!”. Ela leva os meninos para a sua casa quase todos os finais de semana e por ser muito católica, já os levou para a igreja e todos viraram “coroinhas”, “já fiz todo mundo coroinha! Eu acho que quem vai pra igreja, quem sobe no altar, um dia se quiser sair pro caminho ruim, ele vai pensar duas vezes”. Além disso, seu filho agora é padrinho de crisma de Lucas.

Diz que recebe ajuda financeira de alguns amigos da igreja quando decide fazer um programa mais elaborado com os afilhados e quando passa por algum problema “sempre ponho (os afilhados) no colo, conversando baixinho”. Menciona que em uma ocasião um de seus afilhados tentou furtar um relógio no shopping, mas que ao chegar em casa conversou com o menino e não teve mais problemas. Procura apresentar coisas novas aos afilhados, como comidas (camarão)⁷⁸ ou mesmo andar de “lotação” e tem um bom relacionamento com os pais sociais dos meninos, combinando tudo com eles. Comemorou o aniversário de 15 anos de Lucas e pretende adotar Jonas. Avalia que “quem se sente solitário e pensa que a criança vai preencher, não, vai ser uma tragédia pros dois lados. Não preenche nenhum vácuo, não cura depressão, não substitui família, não substitui marido, namorado, a criança não supre nada!”.

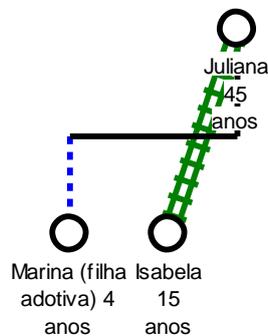
Mercedes participa das reuniões do grupo de apoio aos padrinhos que acontece todos os terceiros sábados do mês e enfatiza, “eu fico muito feliz a cada vez que eles vêm aqui!”. André de 13 anos pedia dinheiro na rua com a mãe biológica e Mercedes diz que o

⁷⁸ Prática também identificada em adoções transnacionais, quando além dos valores culturais do novo país, os pais procuram apresentar novas comidas aos seus filhos (ver em Stryker, 2010).

estabelecimento de vínculo com ele foi trabalhoso devido ao seu contato com a mãe⁷⁹. Jonas tem apenas 7 anos e é o novo “chamego” de Mercedes.

A madrinha ainda não teve contato e nem pretende ter com a família biológica dos afilhados. Os três fazem parte do abrigo João Paulo II, que é uma instituição católica e moram em casas da zona sul de Porto Alegre. A madrinha elogia bastante o trabalho do abrigo, sobretudo dos pais sociais e está se preparando para proferir uma palestra para o Instituto Amigos de Lucas voltada aos novos candidatos a padrinhos afetivos.

3.4.3 *Juliana e Isabela:*



Conheci Juliana em 2009, quando iniciei minha pesquisa no Instituto Amigos de Lucas. Integrante do grupo de apoio à adoção, ela é mãe adotiva e psicóloga. Por isso, desde 2008 os outros membros da ONG solicitaram que ela realizasse entrevistas com candidatos a padrinhos, mesma atividade requerida a mim. Juliana tem 45 anos, é uma mulher de estatura média, magra de cabelos encaracolados e mãe adotiva de Marina, de 4 anos.

Tivemos inúmeras conversas informais, até realizarmos uma entrevista semi-estruturada em um café de um shopping no centro da cidade. Ao se apresentar, Juliana explica que ser mãe adotiva é a característica mais relevante em sua ‘identidade’. Foi devido a essa vontade de ter filhos que procurou o grupo de apoio à adoção do Instituto Amigos de Lucas há nove anos e ficou seis anos na lista de espera para a adoção. Marina chegou à sua casa com um ano e três meses. Mesmo após a adoção, Juliana continuou frequentando os encontros do grupo para dar apoio às pessoas que ainda estão na fila de espera para adotarem seus filhos. Considera os membros do IAL uma “segunda” família.

Em 2008, após a realização de várias entrevistas, Juliana foi ao encontro da turma de padrinhos para ver se as pessoas que entrevistou efetivariam o apadrinhamento e também

⁷⁹ Noção “civilizadora” da madrinha.

ajudar a servir os comes e bebes. Contudo, mal entrando no local conheceu Isabela, que estava com 12 anos. Ainda que dissesse para a menina que iria trabalhar, identificada com a fita amarela, diz que Isabela ficou ao seu lado, conversando e brincando com Marina, que naquele momento tinha dois anos, o encontro inteiro. No decorrer da conversa Juliana perguntou o nome completo de Isabela e descobriu que as duas tinham o mesmo sobrenome, ao que a menina comentou que seria um “sinal”.

Assim, ela explica que Isabela “foi muito sedutora” e que ao voltar para a casa passou a semana seguinte pensando em adotá-la⁸⁰, contudo, com a ajuda de sua psicóloga e refletindo sobre sua condição financeira, decidiu apadrinhá-la no sábado posterior. Em dezembro do mesmo ano festejou o aniversário de dois anos de Marina e primeiro em que passava em sua casa e o aniversário de 13 anos de Isabela: “Encomendei um bolo assim muito lindo, que a moça sabia fazer bonecos de biscouí, então ela fez assim uma bem neguinha, cheia de coisinha, assim aquelas coisas de nego, de perninha pra cima. E a Marina bem lourinha, de pé, as duas interagindo”⁸¹.

Os programas que faz com Isabela sempre incluem Marina: vão para o Mc. Donald’s, Habbib’s, visitar a família e viajar. Ao ser questionada a respeito da diferença de idade entre as duas meninas, Juliana mencionou que uma vez convidou uma prima para viajar com as três e ela disse que não iria e que Juliana apenas estava levando Isabela para “tomar conta”⁸² de Marina. Juliana explicou que não nega que Isabela a ajude com Marina, mas que não a apadrinhou por esse motivo, apesar de admitir:

“mas uma coisa interessante, pessoas que conhecem ela pela primeira vez, que não sabem a história, por exemplo, uns primos meus que tomam chimarrão no parcão, quando viram a primeira vez, a Isabela, acharam que eu tinha contratado uma babá pra Marina, porque ela é uma mocinha. Ela é alta, negra, então acham que ela tá ali pra servir alguma coisa” (*Isabela, 27-08-10*).

⁸⁰ Apesar de não ter adotado Isabela, Juliana diz que várias vezes, ao ligar para a mãe social da menina se identifica enquanto mãe de Isabela, o que a deixa confusa: “às vezes fico pensando, será que não é meu dever adotar essa menina? Porque se o meu inconsciente tá dizendo que eu sou a mãe dela, talvez eu deva ser realmente a mãe adotiva dela” (*Juliana, 27-08-10*).

⁸¹ No relato de Juliana não pude perceber se o fato de sua filha adotiva ser branca foi uma de suas preferências no cadastro de adoção. Contudo, ao me explicar a maneira em que sua filha chegou, ela disse: “Quando eu vi a foto, ah, eu enlouqueci! Era um bebê lindo! Linda, loira, com os olhos cor de mel, assim, uma coisa maravilhosa! Daí eu disse, não, eu quero! Daí foi uma luta na justiça, porque era eu e a monitora lutando (uma monitora do abrigo em que Marina estava também solicitou sua guarda ao juiz)” *Juliana (27-08-10)*.

⁸² O que significa ser responsável pela alimentação, higiene e segurança da criança na ausência ou não dos pais.

Em relação a isso, Juliana salienta que Isabela possuía uma “postura de servidão”⁸³ e sempre que chegava em sua casa ia para cozinha lavar a louça⁸⁴. A madrinha argumenta que não deixa a menina fazer isso, pois ela não vai para lá para trabalhar. Apenas deixa Isabela dobrar seus lençóis, atividade que argumenta ser trivial quando se está na casa de outra pessoa.

Isabela reside há 4 anos em uma casa-lar da Aldeia SOS. Sua madrinha diz que apesar de ter 15 anos, ela é muito ‘infantil’ e acompanha as atividades de sua filha Marina de 4 anos. Entretanto, alega que Isabela é muito vaidosa e adora usar brincos, pulseiras e penteados afro. Salienta que a afilhada já passou por várias casas-lar devido a um problema de “impulso”⁸⁵, mas que em sua casa a menina sempre foi uma “santa”.

Juliana diz que se puder irá acolher Isabela quando esta completar 18 anos, que não precisa adotá-la. Explica que a menina frequenta uma escola pública e faz aulas de dança, mas gostaria que Isabela fizesse um curso profissionalizante, por exemplo, de manicure ou podóloga⁸⁶ para se sustentar.

A madrinha se comunica com uma tia de Isabela, uma senhora de aproximadamente 60 anos, aposentada e irmã do padrasto falecido da afilhada. Com ela, alterna os finais de semana e algumas despesas, como o óculos de grau de Isabela.

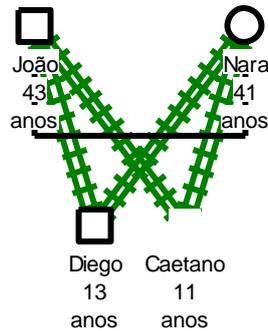
⁸³ Ver “A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade” em Belém, em LAMARÃO, 2008.

⁸⁴ Aspecto também levantado por pais adotivos americanos, que estranhavam o fato de seus filhos adotivos pequenos desenvolverem atividades domésticas que seus filhos biológicos maiores não realizavam. Estranhamento que pode estar relacionado à idéia que a infância deve ser um período apenas e lazer e recreação (ver em Stryker, 2010).

⁸⁵ Em relação a isso, Juliana explica que Isabela frequenta um psiquiatra e toma um anti-depressivo.

⁸⁶ Ao primeiro momento poderíamos nos surpreender por Juliana depositar uma expectativa baixa em relação à profissionalização de sua afilhada (pois os trabalhos de manicure e podóloga não geram uma remuneração alta). Contudo, refletindo sobre as expectativas não realizadas de alguns padrinhos como veremos a seguir, esse projeto que ela visualiza para Isabela talvez esteja mais próximo às reais possibilidades da menina.

3.4.4 Nara, João, Diego e Caetano:



Consegui o contato de Nara através dos arquivos do IAL com a autorização de Talita (psicóloga e coordenadora de projetos do IAL). Ao falar com ela pelo telefone tive a impressão de que não a conhecia, mas quando nos encontramos lembrei que nos conhecemos em uma das reuniões do grupo de apoio aos padrinhos. Assim como cada caso de padrinho-afilhado tem suas especificidades, achei que seria interessante refletir no trabalho a experiência de padrinhos de diferentes turmas, bem como o tipo de relação que tínhamos, uns mais próximos, outros nem tanto. Entrevistei Nara e João no escritório de trabalho do casal localizado na zona sul de Porto Alegre. A maior parte da entrevista se deu com Nara, João estava atendendo telefonemas e apenas dava sua opinião quando achava pertinente. Somente no final ele sentou-se ao lado da esposa e participou mais ativamente. Os dois são brancos, de cabelos lisos, escuros e advindos de diferentes localidades do estado.

O casal é padrinho da turma de 2008 e mesmo fazendo tratamento para terem filhos biológicos em uma clínica de fertilidade, queriam ajudar “crianças que necessitam de carinho e atenção” e também “aprender com essas crianças”, por isso, estavam participando do apadrinhamento. Naquele ano o programa estava voltado a PPDS⁸⁷, mas um grupo de crianças sem deficiências do abrigo João Paulo II foi e eles acabaram conhecendo o Diego, que tinha 13 anos. Dizem que o encontro foi por acaso, João estava jogando bola e Diego perguntou se o casal os queria apadrinhar. Nara e João não conseguiram ter filhos até o momento.

O casal alega que ingressaram no apadrinhamento para terem contato com crianças e para uma possível futura adoção. Contudo, após dois anos no programa, João diz que não pretende adotar uma criança e o casal faz várias críticas ao serviço de atendimento a crianças e adolescentes abrigados, principalmente no que diz respeito ao encaminhamento para o futuro, quando precisarão deixar os equipamentos e viver autonomamente.

⁸⁷ Pessoas Portadoras de Deficiências.

Caetano tinha 7 anos e uma madrinha muito idosa que não o levava para passear, então se queixava nas reuniões do Abrigo João Paulo II. O casal o conheceu e o apadrinhou também. Tiveram dificuldades em explicá-los que não iriam adotá-los, “sugiram algumas situações, como por exemplo, a gente tá fazendo uma casa e daí eles perguntam toda hora, qual vai ser o meu quarto? Aonde que vai ser o meu quarto? Já querem decorar o quarto, entendeu? Então fica uma saia justa assim, nesse sentido”.

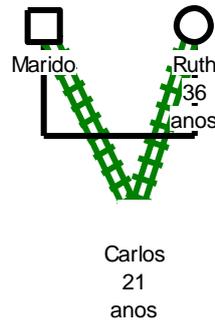
Nara e João vêem os afilhados todos os meses e no final do ano normalmente passam natal, ano novo e alguns dias das férias de janeiro com os meninos. Dizem que em sua casa eles são comportados e que apenas têm problemas com comida, já que o Diego não gosta de muita variedade e Caetano quer comer e beber o máximo que puder: “a gente foi em festa com eles que tudo era de graça, o refri era de graça, tu ia lá e pegava, a pipoca era de graça... E o Caetano chegou pra mim e disse, ‘ah, meu, mas você sabia que é de graça? Eu tenho que pegar bastante, botar no bolso e levar pra casa!’” (Nara, 24-09-10).

Nara argumenta que o programa tem lhe ensinado a perceber que ela não pode interceder como esperava na vida da criança e em torno das perspectivas educacionais: “é que nem quando nasce um filho, por exemplo, muito diferente de outro. Aí você fica pensando, meu Deus, o que eu fiz de diferente? É que nem nós, a gente tá angustiado, querendo ajudar, mas talvez eles não queiram mudar, talvez o limite deles seja esse”. Claudia Fonseca (2009) também discute essas estratégias dos afilhados para o encaminhamento para a vida adulta que não necessariamente convergem com a dos padrinhos:

“É necessário valorizar a trajetória desses jovens, admitir a necessidade de escutar suas ânsias e levar em consideração suas próprias estratégias criativas para encontrar maneiras em dar apoio, pondo em valor recursos materiais e dinâmicas sociais que os próprios jovens conseguem acionar dentro ou fora da instituição” (FONSECA, 2009:63).

Nara relata que Diego “sente muita falta da família, não importa que família seja”, fala muito na mãe e tem um irmão chamado Maicon que também mora na casa-lar. Diego contou para a madrinha que vivia na rua, que catava lixo e furtava pequenos objetos na companhia do irmão. Já o Caetano não tem mãe e o pai está preso, tem contato com uma avó. Nara e João apenas têm conhecimento do irmão de Diego e sabem que o mesmo visita a família de origem com frequência. A avó visita Caetano, mas o casal nunca teve contato direto com familiares dos afilhados.

3.4.5 Ruth e Carlos:



Ruth faz parte da primeira turma do apadrinhamento afetivo de 2002, entrei em contato com ela através de uma lista de emails que encontrei no IAL. Fiquei feliz com seu retorno, já que conversar com pessoas que participaram desde a primeira turma do apadrinhamento nos proporciona uma análise diferenciada sobre essa prática em relação aos neófitos. A entrevista se realizou no escritório de trabalho de Ruth na zona norte de Porto Alegre. Ela tem 36 anos, uma mulher muito bonita e elegante, magra, branca, de cabelos negros, curtos e encaracolados. Sua formação de advogada propicia que tenha uma ótima oratória e nossa entrevista iniciou com uma breve apresentação sobre meu objeto de pesquisa, seguido do relato sobre a experiência de Ruth ao longo dos oito anos transcorridos desde que ela participa do programa.

Sua expectativa era apadrinhar uma menina pequena, por não ter filhos, achava que seria melhor e mais fácil. No entanto, ao chegar ao encontro de padrinhos e afilhados, Carlos se apresentou, perguntou se ela queria ser sua madrinha e ela não conseguiu dizer não, “como eu vi que ele era bem ingênuo e bobinho (apesar de menino e maior), eu falei que sim!”. Roberta tinha 25 anos na época e Carlos, 12 anos. A madrinha viu no apadrinhamento a possibilidade de acompanhar a criança, “te dá mais instrumentos pra realmente ajudar na verdade, auxiliar”.

Seu namorado, no início não gostou muito da idéia, mas ao conhecer Carlos aceitou ser seu padrinho também. No início os três se encontravam em média duas vezes por mês. Com o passar dos anos os encontros foram ficando mais esporádicos, mas todos os anos comemoram o aniversário de Carlos juntos.

Carlos tinha 12 anos quando foi apadrinhado por Ruth e a madrinha supõe que ele tenha algum tipo de dificuldade cognitiva, por ser muito “infantilizado” e atualmente se confundir com dias, meses e horários. Saiu antes de completar 18 anos do abrigo João Paulo II e voltou a morar com sua mãe de criação. A madrinha o encaminhou para um trabalho, “mas não funcionou”. Diz que Carlos é muito engraçado e que aprendeu bastante com ele, “de

ver que nem todo mundo quer viver como eu quero viver”, além do menino apresentar todas as suas namoradas aos padrinhos.

A versão que Ruth sabe sobre a ‘mãe de criação’ de Carlos, através do relato do menino, é que ela o teria encontrado na rua e o menino permaneceu com ela até os 12 anos, quando tiveram um desentendimento e a mãe o abrigou. Isto porque ela estava tendo um “caso” com um homem casado e Carlos teria confirmado o romance à mulher do amante da mãe. Entretanto, Ruth explica que pelas coisas que o menino conta, ele ajudava na casa e era um agregado, ou seja, não foi criado da mesma forma que os filhos biológicos da mãe de criação. Por isso, a madrinha especula que Carlos tenha sofrido maus tratos, ainda que o afilhado não tenha lhe confidenciado nada. Depois de um ano e meio no abrigo, Carlos voltou a morar com a mãe de criação e Ruth passou a ter contato com ela, ainda que sem grande proximidade. Carlos diz que apenas sabe que o nome de sua mãe biológica, que seria Raimunda, única informação que a ‘mãe de criação’ lhe deu.

Ruth explica que sua expectativa em relação ao apadrinhamento era encaminhar uma criança para a vida toda e ajudar para que ela entrasse na faculdade, mas que isso não se aplica ao seu afilhado (que interrompeu seus estudos no ensino fundamental). Isso foi um aprendizado importante segundo Ruth, “as pessoas são todas diferentes e tu não pode impor os teus valores... Não é isso que ele quer, a expectativa dele, ela é bem menor do que essa e ele vive bem lá a vidinha dele”. O casal achava que Carlos iria terminar os estudos e começar a trabalhar. Isso não aconteceu. Então, a madrinha diz, “acho que é um exercício de respeito mesmo”. Contudo, Ruth comenta que Carlos tem ela e o marido como referência e sempre entra em contato com eles quando acontecem coisas boas e ruins.

Para ilustrar algumas dificuldades sobre o processo de apadrinhamento, ela diz que em um natal resolveram dar uma bicicleta que Carlos queria. No entanto, dias depois a bicicleta estava destruída. Ficaram muito chateados e assustados e seu namorado não queria mais que vissem o menino, chamando-o de “marginal”. Mas Ruth achou que ele poderia estar testando-os, para ver se os padrinhos gostavam dele, ainda que não estivesse se comportando da maneira como esperavam, então disse para Carlos que eles não voltariam no abrigo até que ele ligasse pra ela e explicasse o que tinha acontecido. Então ele ligou, disse que não tinha sido apenas ele que havia quebrado a bicicleta, “porque os guris queriam usar e Carlos não deixava”, então todos a quebraram. Assim, após conversarem, voltaram a se encontrar.

Depois de maior, Carlos alterna por períodos de trabalho (o menino fez curso de padeiro enquanto esteve abrigado e já trabalhou em padarias e também como serviços gerais em restaurantes) e desemprego e Ruth se questiona se deve ou não ajudá-lo mais

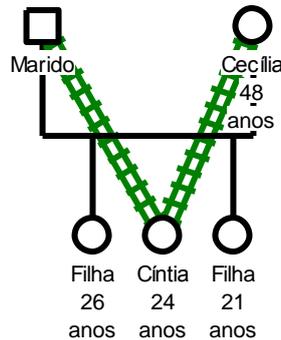
financeiramente, contudo teme ser um obstáculo para que ele busque suas coisas. Disse que no início de 2010 chamou-o em seu trabalho, para indicar um ambiente sério e propôs a Carlos:

“ele tava ganhando 10 reais por dia num trabalho de meio turno, 4 vezes por semana. Não tem como viver com isso, ele não tem como pagar um aluguél, ele não tem como se manter com isso... Aí eu propus o seguinte: no domingo de noite eu ia me dedicar a circular as coisas (anúncios de emprego) dos classificados da Zero Hora (jornal), onde eu achasse que ele poderia se enquadrar. Toda segunda-feira ele ia vir aqui, ia pegar isso, ia ligar, ia atrás desses lugares e pra isso ele ia receber 60 reais por semana, só pra fazer isso e pra me trazer alguma coisa que eu viesse a pedir. ‘Combinado?’ ‘Combinado!’. ‘Ah, ótimo!’. Porque era mais do que ele tava ganhando. Daí ele levou os 60 reais, aí a gente combinou então, pra essa semana seguinte a tarefa dele era me trazer os documentos, porque eu queria ver se ele tava com toda a documentação em dia ou não. Mais ou menos pra ele me contar o que ele já tinha visitado, no que eu tinha separado pra aquela semana e se informar na escola perto da casa dele, pra ele voltar pra escola, isso era janeiro, fevereiro... Na semana seguinte, ele não tinha feito nenhuma das visitas de trabalho, não me trouxe nenhum dos documentos, não foi na escola e veio buscar o valor que a gente tinha combinado. Eu disse: ‘não, assim não vai funcionar’”⁸⁸ (*Ruth, 01-09-10*).

Ruth explica que talvez devido a esse comportamento de Carlos o vínculo entre eles não tenha ficado ainda mais forte. No entanto, defende que nunca irá começar a fazer uma coisa e parar, que não irá deixar de acompanhar Carlos, “eu pretendo seguir acompanhando ele a vida toda”, “esse acompanhamento não foi como eu imaginava, mas não foi pior por isso”. Ela diz que pretende ter outro afilhado, porque Carlos já está muito grande e eles têm se visto cada vez menos.

⁸⁸ Segundo a madrinha, Carlos, rindo, disse que não cumpriu o combinado porque um dia choveu, no outro ficou com preguiça, dormiu, etc.

3.4.6 Cecília e Cíntia:



Cecília também fez parte de primeira turma de padrinhos em 2002 e também a contatei através da lista de emails. Conversamos por telefone e marcamos uma entrevista em um café na UFRGS. É uma mulher muito gentil, branca, de cabelos lisos e castanhos. Sua afilhada Cíntia, no momento do apadrinhamento tinha 16 anos. Cecília é casada e tem duas filhas uma mais velha (26) e uma mais nova que sua afilhada (21). Ela diz que a maioria dos candidatos a padrinhos queria afilhados crianças, “ninguém queria uma adolescente, até porque tem aquele preconceito de já tá com a personalidade formada, é rebelde...”. Explica que ficou comovida com a história de Cíntia, que possuía mais três irmãos no abrigo, um já estava completando 18 anos e não tinha para onde ir, sua irmã mais nova já tinha madrinha e o outro ainda não. Então uma colega da turma de Cecília apadrinhou o irmão mais velho de Cíntia e cedeu um apartamento para ele morar. Depois, ao sair, os irmãos iriam morar com ele. Contudo, o jovem se afastou dos irmãos, parou de pagar o condomínio e a madrinha teve que dar entrada a um processo para que ele saísse do apartamento.

O apadrinhamento se deu com Cíntia indo à casa de Cecília, viajando com sua família, indo a passeios, “ela gostava muito de ir pra casa, porque ela gostava muito de ver TV, então ela ficava lá, distraída, vendo TV! A vida não é só TV, mas vamos lá!”. Cecília alega que sua intenção nunca foi adotar e sim ser um ‘elo’ para Cíntia, ou seja, fazer a transição do abrigo para a continuação da vida fora dali. Tentou ajudar a afilhada para que ela finalizasse os estudos, mas Cíntia apenas completou o ensino fundamental.

Cecília fala que a relação da afilhada com suas filhas era tranquila mas não muito próxima. Diz que não foi ao apadrinhamento com grandes expectativas, que aprendeu a ser mais tolerante e perceber que sua tentativa de ajuda teria limitações.

Cíntia morou dos 2 aos 18 anos nas “casinhas” da extinta FEBEM. Sua madrinha Cecília diz que a menina tem certo ressentimento por não ter sido adotada por uma tia quando tinha 6, 7 anos. Ela tem três irmãos que moraram com ela no abrigo, 5 fora do abrigo e

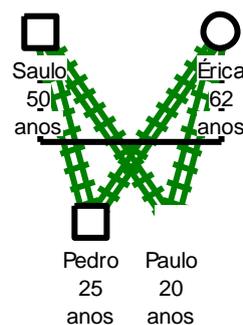
mantém contato com a mãe biológica. Cecília explica que Cíntia sempre contou sua história com muita naturalidade e se sentia responsável pelos irmãos mais novos que também estavam no abrigo.

A madrinha relata que a mãe de Cíntia não tinha uma moradia fixa, que além dos quatro filhos que estavam no abrigo, ela possuía mais cinco fora e que durante algum tempo a afilhada possuía uma bolsa auxílio. A afilhada lhe confidenciou que a mãe ao saber o dia em que Cíntia recebia, sempre aparecia na data para pedir dinheiro à filha. Cecília procurou não se intrometer na relação das duas, mas aconselhava Cíntia a não se endividar para dar dinheiro à mãe.

Cíntia, ao completar 18 anos foi morar em um pensionato que Cecília encontrou. Depois a irmã também foi morar com ela e Cíntia se empregou. Após alguns empregos,

“ela conheceu um rapaz e engravidou, claro! É que é assim, claro porque eu achei que até demorou, porque assim é meio que a história de todas elas. Eu acho que assim ó, o abandono faz com que elas tendo uma possibilidade de engravidar e ter um elo, porque aquele filho ali, sempre vai ser dela, entende? A mãe, por mais que ela chame de mãe, que ela tenha uma referência de mãe, mas abandonou ela lá atrás”⁸⁹ (Cristina, 15-09-10).

3.4.7 Saulo, Érica, Pedro e Paulo:



Se a ONG pudesse eleger o casal emblemático entre os padrinhos afetivos, certamente os eleitos seriam Saulo e Érica. Não há quem passe pelo Instituto Amigos de Lucas e pelo Apadrinhamento Afetivo sem os conhecer. Primeiro porque fazem parte da primeira turma de padrinhos de 2002, depois porque estão presentes em todos os eventos do Instituto ao longo de todos esses anos. Ele é analista de finanças, tem 50 anos, e ela, uma alfabetizadora aposentada, de 62 anos. Sempre juntos e felizes, os conheci no lançamento da

⁸⁹ A madrinha elabora uma explicação psicológica ao futuro “certo” de meninas abrigadas.

turma de padrinhos de 2009, momento em que deram seus depoimentos da vivência enquanto padrinhos dos irmãos Pedro e Paulo.

Com temperamentos bastante diferenciados, Érica fala em tom de denúncia ao falar das dificuldades que “seus meninos” passam no abrigo, já Saulo, mais calmo, na maioria das vezes, Saulo tenta conter os comentários impulsivos da esposa e tem uma postura serena, que em dados momentos assemelha-se a um aconselhador dos padrinhos neófitos.

Após inúmeras conversas informais, nossa entrevista formal ocorreu em um sábado, após o encontro do grupo de apoio aos padrinhos. Segundo Érica, no período em que o casal ingressou no programa ela estava passando por muitos problemas de relacionamento com a mãe e o irmão. Já Saulo estava saindo da direção de uma instituição espírita. Como os dois não tiveram filhos gostariam de proporcionar amor a uma criança. Ela argumenta que para seu espanto, “achei que eu só ia dar, mas eu só recebi até hoje”.

No momento do encontro de padrinhos e afilhados explicam que não queriam escolher e sim serem escolhidos. Assim foi feito, “primeiro o Paulo se aproximou e se dependurou no meu colo e, posteriormente, o irmão veio também e se dependurou em mim. Assim começou a história de 8 anos que nós temos”, diz Saulo orgulhoso. Pedro e Paulo são PPDS - Pessoas Portadoras de Deficiências, por isso o casal teve muitas dificuldades no início, para se adaptarem às necessidades dos afilhados. Entretanto, alegam que os irmãos nunca surtaram em sua casa e que eles frequentam todos os tipos de lugares, “eles comem de garfo e faca!”, salienta Érica. Os irmãos já são maiores, mas continuam tendo direito à rede de atendimento, por isso moram no abrigo.

Érica diz que quando eles vão à sua casa faz a comida que eles gostam, no natal compra presentes e na páscoa esconde chocolates. O casal alega que é muito criticado e ridicularizado, mas que não conseguem ficar quinze dias sem ver os “meninos”. Por serem espíritas kardecistas acreditam que nada acontece “por acaso” e que provavelmente estão aqui para aliviar um pouco o sofrimento de seus afilhados. Sua maior satisfação foi uma moça ter dito que eles são responsáveis por hoje ela ser madrinha afetiva.

Pedro e Paulo, hoje com 25 e 20 anos, tinham 16 e 11 anos quando foram apadrinhados. Mas, segundo Érica o diagnóstico dos médicos indica a ‘idade mental’ de aproximadamente 7 anos para os irmãos. O padrinho argumenta “nós não tínhamos determinado se tinha que ser especial, para nós eles são normais”⁹⁰. Continua contando que

⁹⁰ Apesar disso, o casal nunca pensou na possibilidade de adotar os irmãos, pois não teriam condições financeiras para o tratamento necessário aos dois, nem espaço em sua casa para acolhê-los integralmente.

Pedro está “ressocializado”⁹¹ e trabalha em uma cooperativa especial; tem aula de manhã, volta para o AR-8 para almoçar e vai para a cooperativa. O nome é “cooperativa social”, onde trabalham 40 especiais de manhã e 40 à tarde, separando parafusos, grampeando, etc. Os padrinhos já foram comunicados várias vezes que Paulo havia surtado, que teve que ser amarrado, mas em 8 anos os padrinhos nunca presenciaram algum surto, apenas a falta de coordenação motora do afilhado. Érica complementa:

“Às vezes ele vem muito com a língua grossa, por causa da medicação. Mas daí a gente já dá comida pra ele, dá guaraná, faz ele dar uma corrida, eu caminho com ele e dançamos um pouquinho. Ah, aí ele começa a ficar bom! Eu acho que ele já sabe que é do remédio, aí, às vezes ele tá babando, mas ele encara tão natural... ‘É do remédio madinha’. Daí eu dou o papel pra ele secar. A vida deles é tomar remédio. Ele me receita cházinho, ‘ah ele é um amor, eu gosto muito deles!’” (Érica, 25-09-10).

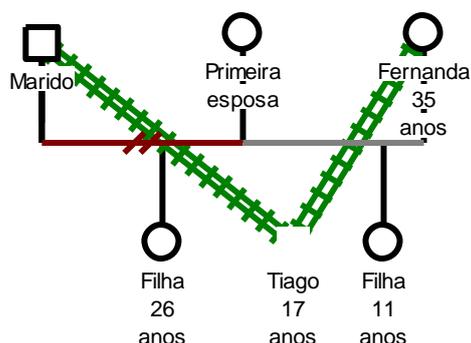
Depois de dois anos apadrinhando os meninos, Saulo e Érica tiveram informações sobre a família de Pedro e Paulo, e a madrinha argumentou: “eu disse que eu não queria família, porque a mãe é uma andarilha, doente mental!”⁹². Isso porque os monitores disseram que teria possibilidade dos meninos regressarem às suas famílias de origem. “Eu (Érica) disse que quando eu recebi, eles não tinham família e eu não ia subir morro de restinga, no meio de rato, pra pegar uma doença, pra ver os meninos! O meu amor não chegava a tanto, porque eu não queria os meninos naquele ambiente”. Eles permaneceram no abrigo.

Saulo reclama que os técnicos do abrigo não lhes comunicavam as atividades dos afilhados e quando iam visitá-los aos domingos ficavam sabendo que no sábado os afilhados tinham ido à casa da família. Percebiam que os irmãos ficavam alterados e entraram com um processo na justiça solicitando que os meninos não vissem mais a família, pois “tavam tentando reaproximar da família, louvável, mas se a família não tem condição, não tem como fazer. Ou tu trabalha a família, pra família ter uma condição digna e eles poderem voltar, ou não faz!” (Érica). Saulo explica que a mãe, além de ser doente mental, bebia (alcoólica) e dava bebida para os meninos e que “lá não tem uma linha, uma conduta de família, tem uma conduta de sobrevivência”. Na opinião dos padrinhos nenhum familiar teria condições de dar os remédios dos meninos e eles reclamam das condições insalubres da casa em que os familiares dos afilhados moravam, pois teria muitos ratos.

⁹¹ Provavelmente o padrinho se utilizava de tal denominação por ter ouvido e aprendido com técnicos responsáveis por seus afilhados.

⁹² Ironia, pois seus afilhados também têm problemas neurológicos, mas isso não se coloca como um impedimento para a madrinha apadrinhá-los, apenas para a mãe criá-los.

3.4.8 Fernanda e Tiago:



Fernanda descobriu que existia o apadrinhamento afetivo lendo uma reportagem em uma revista, em que o programa estava funcionando em São Paulo. Interessada em participar, mas sem saber quais as instituições que desenvolviam algo semelhante em Porto Alegre, ela entrou em contato com a Aldeia SOS e através a assistente social Carmita, deu início ao apadrinhamento. Àquela época, em 2001, o Instituto Amigos de Lucas ainda não havia lançado o Apadrinhamento Afetivo, portanto Fernanda e seu marido não passaram pelo mesmo processo dos padrinhos acima.

Conheci o casal, que tem uma filha biológica de 11 anos, porque participaram em uma das oficinas de preparação dos padrinhos e, assim como seu afilhado Tiago, deram seus relatos sobre a experiência no programa. Após esse primeiro contato liguei para Fernanda e marcamos uma entrevista em sua casa, que é também seu local de trabalho, em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Ela é uma mulher de 35 anos, branca, de cabelos lisos e castanhos. Muito calma, gentil, mas ao mesmo tempo convicta de seus pontos de vista.

Fernanda e seu marido apadrinharam Tiago com 9 anos, hoje ele tem 17 e está se preparando para no final de 2011 ir morar com os padrinhos. Ele chama de “mana” para a filha do casal de 11 anos e para a filha do primeiro casamento do marido de Fernanda que tem 26 anos. Convive muito bem com as duas, muitas vezes, indo passar o dia na casa da maior que já é casada e tem um filho. Esse apadrinhamento se deu de forma diversa, pois Tiago foi indicado pela assistente social Carmita, já que se inseria no perfil que Fernanda e o marido procuravam, um menino entre 7 e 10 anos.

O casal conheceu a “casa” de Tiago e apenas após a decisão afirmativa deles é que Carmita perguntou ao menino se gostaria de ser apadrinhado. Assim, os três passaram por um processo de adaptação com visitas apenas na casa de Tiago e após a assistente social ter conhecido a casa de Fernanda, o menino pôde começar a frequentá-la de 15 em 15 dias. Depois nas férias de verão e de julho também.

Fernanda diz que Tiago passou por momentos de rebeldia, de não querer tomar banho, ter piolho, “coisas normais de criança”. Em relação aos presentes, a madrinha relata que em nenhum momento teve um comprometimento financeiro com Tiago, mas que procurava igualar o valor ao presentear a filha e o afilhado.

Em relação à continuidade no programa, Fernanda comenta que o fato de Tiago ser um menino tranquilo, que está estudando e se profissionalizando facilita o vínculo afetivo, mas acredita que no momento que a pessoa apadrinha, ela não tem mais o direito de desistir, pois

“eu acho que o que faz durar é o teu comprometimento com aquela criança. Eu acho que tu tens que ter responsabilidade, saber que tu tá lidando com uma vida. Muito mais importante do que se fosse um filho teu, é uma criança que tem problemas, que tem traumas, que tem perdas, e que tu tens que saber exatamente que tu pode apadrinhar e pode não ser aquilo que tu imaginou. Pode ser uma criança que se envolva com drogas ou com outras questões, com outros problemas, né, mas em nenhum momento tu pode cogitar a possibilidade de abandonar essa criança” (Fernanda, 06-10-10).

Fernanda salienta que Tiago é um diferencial dentro da Aldeia SOS. Explica que ele não tem “revolta”, que nunca se envolveu com drogas, estuda, está terminando o segundo grau, faz curso técnico no SENAI, não falta, “não mata aula, ele é um guri muito dedicado!”⁹³.

Em relação à família de origem do afilhado, Fernanda relata que os pais de Tiago haviam perdido o pátrio poder e ele não tinha contato nem com o pai, nem com a mãe. Os dois já são falecidos. Entretanto, recentemente, tios e irmãos do pai de Tiago o procuraram e Fernanda, seu marido e Sônia, a mãe social de Tiago, o levaram na casa de sua avó. Tiago mora na Aldeia SOS desde os 4 anos de idade.

⁹³ Se levamos em consideração a trajetória dos jovens afilhados que discutiremos posteriormente, Tiago parece ser mesmo um diferencial, já que todos interromperam os estudos.

3.5 Abrigos

No capítulo anterior tivemos a oportunidade de conhecer a opinião de funcionários de diversos abrigos, cabe agora captar a realidade desses equipamentos através dos olhares dos padrinhos:

3.5.1 João Paulo II

Os afilhados de Mercedes, Ruth e Nara e João moram ou moraram no abrigo João Paulo II. Quando Ruth apadrinhou Carlos a estrutura do abrigo ainda não era de casas-lares, mudança que ocorreu principalmente devido o ECA, por isso, não chegou a ter muito contato com a mãe social do menino. Lembra mais da assistente social que o acompanhava. Diz que é uma realidade que não conhecia e que as coisas não funcionam muito bem, dando o exemplo de quando Carlos voltou para a casa da mãe, o que ocorreu na metade de um ano. Ele não foi matriculado em outra escola, parando de estudar, “eu achava que quem tinha que resolver isso não era a mãe, sobretudo, era o abrigo antes de encaminhar ele”.

Nara e João fazem muitas críticas ao programa Apadrinhamento afetivo e aos abrigos, dirigindo suas reclamações ora ao Instituto Amigos de Lucas, ora aos abrigos. Achem que as crianças e os adolescentes que vão para o programa deveriam ser melhor esclarecidos de que *não irão ser adotados* e reclamam da “ênfase ao material em detrimento de valores” na conduta dos pais sociais e mesmo da lógica do abrigo, que investem em casas grandes, mas não dariam um acompanhamento individualizado em relação à higiene, saúde e estudos das crianças, “é como se fosse um depósito, um depósito organizado, que prioriza a organização material, cada um tem o seu roupeirinho e tal, é como se isso bastasse”. Também explicam que os adolescentes apenas fazem cursos profissionalizantes a partir dos 15 anos e que essa idade já seria muito avançada, pois nos anos anteriores ficam ociosos, muita vezes, abandonando os estudos.

Segundo o casal, juridicamente os padrinhos não possuem vínculo com seus afilhados e uma das preocupações é que aconteça algum problema com os meninos enquanto estiverem com eles e os padrinhos não terem como comprovar o vínculo. Além disso, a madrinha explica que mesmo que faça suas críticas nos encontros de apoio aos padrinhos, o Instituto Amigos de Lucas dificilmente conseguirá intervir na dinâmica dos abrigos.

Já Mercedes não tem descontentamentos com o abrigo João Paulo II ou com as casas-lares que frequenta, “o João Paulo é um modelo de abrigo, é um sonho!”. Talvez a

madrinha relate isso por ter tido experiência de trabalho em instituições estaduais com condições mais precárias.

3.5.2 *Aldeia SOS*

Isabela e Tiago moram em casas na Aldeia SOS, cada um com uma mãe social. Fernanda elogia o trabalho de Sônia, mãe social de Tiago, dizendo que ela tem “pulso firme” com as 9 crianças da casa e que sempre entrou em contato com os padrinhos para que pudessem ajudar Tiago no que o menino precisasse.

“A Sônia é uma das mais antigas ali da Aldeia. Eu apadrinhei o Tiago, ela tava há 3 meses dentro da casa, então foi bem novo pra ela e novo pra mim. Tudo o que a gente fazia, a gente combinava, por exemplo, se o Tiago aprontava durante a semana, ‘tu não vai nos teus padrinhos’. E ela ligava pra gente: ‘Olha, o Tiago andou aprontando... Sempre foi tudo muito combinado. Ela sempre nos deu liberdade de poder cobrar do Tiago: ‘E aí, como é que vai os estudos?’. Já inclusive fui em reunião da escola. Então com a Sônia eu sempre tive muita tranquilidade, a gente sempre conseguiu fechar as informações. Se ela desse um castigo pra ele, a gente respeitava. Nós, particularmente, a gente nunca precisou dar um castigo pra ele, com a gente ele sempre foi muito obediente, uma relação muito boa” (*Fernanda, 06-10-10*).

Complementa que “lá se tem uma idéia de família”, pois os padrinhos visitam as casas das crianças e podem ver o quarto dos meninos e o das meninas, o que para Fernanda revela que a instituição se preocupa muito com a individualidade de cada um.

3.5.3 *Abrigos Residenciais*

Os padrinhos Laura, Saulo, Érica e Cecília convivem ou já conviveram com outro tipo de equipamento, os Abrigos Residenciais, resultantes da antiga FEBEM e financiados pelos governos municipais, estaduais e federais. Laura diz que a primeira vez que foi no abrigo residencial 28, local onde sua afilhada Maria mora, “fiquei chocada! Horário de passagem de plantão parecia um inferno!”. As crianças e adolescentes se relacionam com monitores e a comunicação dos padrinhos se dá, principalmente, com as assistentes sociais.

Saulo e Érica denunciam o excesso de medicação o qual seus afilhados e as crianças com necessidades especiais, de um modo geral, estão sujeitas nos abrigos. Relatam várias situações em que transferiram um de seus afilhados de abrigo e não os comunicaram. Casos em que monitores os agrediram fisicamente e a falta de informações sobre as atividades dos meninos que gostariam de participar, como por exemplo, as festas na escola. Contudo,

também argumentam que apenas dois monitores supervisionando uma casa de 15 a 18 crianças, não é a condição mais favorável para um trabalho qualificado, ainda mais quando se tratam de PPDS.

3.6. Parente ou amigo? “A vida é feita de muitos amores”

Na tentativa de entender que tipo de vínculo é gerado entre padrinhos e afilhados sem insistir em categorias reificadas como a “família”, mas sim no intuito de descobrir “conexões” (Carsten), alternativas de constituição do parentesco, percebi que ainda assim, a “família” é uma categoria central, tanto na constituição do próprio programa Apadrinhamento Afetivo, na estrutura da rede de atendimento, que visa cada vez mais construir um “ambiente familiar” para as crianças abrigadas, no Estatuto da Criança e do Adolescente que orienta a volta das crianças abrigadas para as famílias de origem e no próprio discurso de meus entrevistados.

Dependendo da trajetória de cada padrinho com seu afilhado, a posição desse novo personagem na vida dos padrinhos oscila entre ser um “amigo” e ser “alguém da família”. Quando analisam o comprometimento e as obrigações que têm em encaminhar esse jovem à vida adulta, dizem que ele se assemelha a um parente⁹⁴. No entanto, ao meu questionamento sobre o que seria um parente, as noções apresentadas se relacionam ao “sangue”, enquanto o “ser da família” envolve a afetividade, o sentimento como quesitos decisivos na definição sobre quais são os membros que a constituem.

Temos o caso de Ruth e Carlos, em que a madrinha explica: “Ele é um amiguinho que a gente tem, a gente não tem ele como uma pessoa da família, mas a gente não deixa de se preocupar com ele”. Posteriormente ela ressalta que como não teve filhos, tinha expectativas em relação a Carlos que teria com um filho biológico, como o menino não respondeu, ela ficou desmotivada e acredita que esse tenha sido o motivo deles não terem construído um vínculo mais forte, de “parentes”. No entanto, ela avalia que esse entendimento, de que os padrinhos não teriam capacidade de estabelecer a forma de vida de seus afilhados, foi o maior aprendizado em sua participação no programa Apadrinhamento afetivo.

Cecília também concorda em dizer que a relação que mantém com Cíntia é de amizade, justificando que a sua intenção sempre foi ter um afilhado e não um filho (pois já tinha duas filhas ao ingressar no programa), portanto sem possibilidade de um “amor filial”. Cíntia seria uma amiga porque sabe que pode contar com Cecília quando precisa.

⁹⁴ Aqui, mais uma vez percebemos o ideário do sangue enquanto responsável pela união das pessoas como podemos ver em Modell, 2002.

Já para Nara e João, Diego e Caetano representam uma “família extensiva”, parte de um grupo de pessoas “que não querem cortar laços, seja de sangue ou não”. Para o casal, parentes seriam os de “sangue”, mais formais, mas “que não necessariamente fazem parte da família afetiva”. No entanto, podemos perceber o quanto essas denominações e definições sobre o que é família, quem é parente, a tia, o amigo são ambíguas e ambivalentes. Para mostrar o aumento de proximidade entre os afilhados e o casal, João finaliza dizendo que hoje já não são mais amigos e que os meninos são “mais que parentes”, pois construíram uma relação intensa no decorrer do tempo, com a convivência. Desse modo, diferente dos parentes, com quem teria comprometerimentos devido ao mesmo “sangue”, suas responsabilidades com os afilhados são fundamentadas pelo sentimento que os une.

“É que tem a família, família e tem a família que tu constitui”. Saulo explica a diferença entre pessoas ligadas a ele pelo sangue e aqueles que considera enquanto familiares. Para tanto, Érica complementa dizendo que “minha família é os meus menininhos e o Saulo”. Diz que discorda da assertiva de que a família é a “base de tudo”, pois alega que sempre foi rejeitada pela mãe e talvez por esse motivo também nunca quisera ter filhos. Complementa que criaria uma criança e que está “no apadrinhamento afetivo, porque eu sou carente de afeto”.

Família é “amor, compromisso e comprometimento” para Fernanda, já os parentes seriam “problemas”, “aqueles que já vieram contigo e tu não tiveste a possibilidade de escolher”. Seu afilhado Tiago representa um sentimento novo: “Uma visão diferente de amor, e acho que nos desenvolveu uma capacidade de amar aquilo que não só tá embaixo das nossas asas, não só aquilo que pertence a nós, que é nosso sangue, a possibilidade de amar o diferente, aquilo que não nos pertence”.

De uma forma ou de outra, sobretudo aqueles que estão há mais tempo no programa, com uma longa trajetória de convivência com os afilhados, os colocam em uma categoria de “amigo”, quando já não tem uma proximidade tão grande e quando suas expectativas não foram totalmente alcançadas. Os padrinhos que enfatizam o *status* de seus afilhados enquanto “alguém de sua família” normalmente possuem muito contato, levando-os para morar consigo, como é o caso de Tiago. Entretanto, em dado momento, no decorrer do depoimento de todos os padrinhos, esses jovens também são inseridos na categoria do que eles chamam de parentes devido o comprometimento da relação.

A ajuda é muito comum em todas as modalidades de compadrio e nesse caso, ainda que o Apadrinhamento Afetivo seja um programa, o padrinho se reveste em seu estatuto

tradicional, é aquele que encaminha, que também é responsável pelo futuro promissor de seu afilhado.

Em todo caso, é importante ressaltar a maneira como a relação padrinho-afilhado vai se desenvolvendo no decorrer dos anos. Podemos lembrar o modo como Laura e Mercedes percebem o apadrinhamento como uma fase de transição para uma possível futura adoção, contudo elas começaram a participar do programa há apenas dois anos, em 2009. Nara, Jocélio e Ruth não possuem filhos e também começaram a participar do programa acreditando que este seria uma possibilidade para adotarem um filho. No entanto, no decorrer dos anos (Nara e João são da turma de 2008 e Ruth, de 2002) esse projeto foi transformado, porque ao perceberem que seus afilhados não correspondiam às suas expectativas, acabaram se afastando e não aprofundando seus vínculos com eles, culminando com uma relação de amizade.

Por outro lado, vemos claramente nos depoimentos dos padrinhos que no decorrer de alguns anos suas expectativas iniciais em relação aos afilhados vão mudando, com uma maior aceitação para incluir o “diferente” nas suas rotinas cotidianas ou redes sociais.

CAPÍTULO 4 - AFILHADOS: Entre o afetivo e o material

4.1 O grupo de afilhados

Para um estudo que se propõe identificar como o parentesco é ou não produzido no âmbito do programa Apadrinhamento Afetivo, se torna indispensável tentar compreender a perspectiva dos afilhados que são o segmento mais importante dessa prática, já que o programa é justamente uma alternativa para aqueles que estão nos abrigos há muito tempo, com idade avançada e, portanto, com baixas probabilidades de retorno à família de origem e de adoção.

Nos parágrafos seguintes veremos do ponto de vista dos próprios afilhados as considerações afetivas e materiais da relação com seus padrinhos. Na tentativa de entrevistar jovens que já participam do apadrinhamento há bastante tempo, para que tivessem condições de fazer uma “avaliação” desta prática e percebermos a possibilidade de criação de uma “conexão” de parentesco entre padrinhos e afilhados, a questão que mais me chamava atenção era justamente o caráter “afetivo” desse tipo de apadrinhamento, comumente relacionado à ajuda financeira⁹⁵.

O grupo de afilhados entrevistados foi se formando à medida que ao conversar com madrinhas antigas (Cecília, Ruth e Fernanda), que fizeram parte da primeira turma do apadrinhamento em 2002 e que continuam encontrando seus afilhados, eu perguntava se seria possível eu conversar com eles também (Cíntia, Carlos e Tiago). Elas concordaram, inclusive elogiando a iniciativa, já que também têm curiosidade em saber como seus afilhados elaboram o significado dos padrinhos em suas vidas. Além disso, há o caso de Raquel, que é irmã de Cíntia, que no momento da nossa entrevista ligou para a Raquel perguntando se eu poderia entrevistá-la também. A menina disse que sim, então Cíntia me forneceu o número de celular da irmã e marcamos um encontro. Estela mora na mesma casa que Raquel e também participou da entrevista. Elas foram as únicas que eu consegui conversar sem ter conhecido ou ter tido contato com suas madrinhas.

⁹⁵ Historiadores apontam a prática do “apadrinhamento” de ‘crianças necessitadas’ depois da II Guerra Mundial, com agências filantrópicas que divulgavam em revistas diferentes crianças (normalmente negras ou não-brancas), com intuito de conseguirem doações financeiras (DUBINSKY, 2010). Certamente, a proposta do IAL é o oposto dessa prática, por isso, enfatizam tanto o afeto.

Tabela 3 – Grupo de Afilhados

<i>AFILHADOS</i>	<i>IDADE</i>	<i>COR⁹⁶</i>	<i>ESCOLARIDADE</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>ESTADO CIVIL</i>	<i>FILHOS</i>	<i>PADRINHO E/OU MADRINHA</i>	<i>TURMA</i>
1.Cíntia	24	Negra	Ensino Médio Incompleto	AR-15	Casada	Sim. Um, com 2 anos.	Cecília	2002
2.Raquel	22	Parda	Ensino Médio Incompleto	AR-15	Solteira	Não	Neuza	2002
3.Estela⁹⁷	Aprox. 24	Negra	Ensino Médio Incompleto	AR-15	Casada	Não	-	-
4.Carlos	21	Negro	Ensino Fundamental Incompleto	João Paulo II	Solteiro	Não	Ruth	2002
5.Tiago	17	Pardo	Ensino Médio Incompleto	Aldeias SOS	Solteiro	Não	Fernanda	2001

Como podemos visualizar na tabela, o grupo de afilhados se constitui com 3 meninas e 2 meninos, suas idades variam entre 17 e 24 anos e são negros ou não-brancos. As meninas moraram em Abrigos residenciais da extinta FEBEM, já no caso dos meninos, Carlos morou no abrigo João Paulo II e Tiago mora em uma casa das Aldeias SOS. Cíntia é casada e mora com o marido e o filho em uma casa que mantém com seu salário. Já Estela divide a casa com o companheiro, um irmão e Raquel. As três meninas são amigas desde que moraram juntas na instituição e Cíntia é a única que possui um filho, João, de 2 anos.

No programa Apadrinhamento Afetivo desenvolvido pelo Instituto Amigos de Lucas o aspecto afetivo é bastante enfatizado pelos membros da ONG e mesmo por técnicos dos abrigos que trabalham na preparação das crianças e na mediação entre padrinhos e afilhados. O importante seria o afeto, o carinho, a atenção individualizada a cada criança, a vontade de

⁹⁶ Com exceção de Cíntia, que mandou uma mensagem para eu poder identificá-la, se caracterizando enquanto negra, as cores dos demais entrevistados foram atribuídas por mim.

⁹⁷ Conheci Estela durante a entrevista com Raquel, elas moram juntas, mais o companheiro e o irmão de Estela. A menina entrou no quarto de Raquel e também participou da nossa conversa emitindo algumas opiniões sobre o Apadrinhamento, pois também participou do programa. Contudo, não tive oportunidade de conversar outras vezes com ela e fiquei sem saber o nome de sua madrinha, bem como, o ano que ela começou a ser apadrinhada.

ajudar uma criança, já que “a criança não substitui nada”. Entretanto, como já percebemos no capítulo dos padrinhos, nem sempre o que os estimula à participação no programa é esse intuito de apenas ajudar, mas também de receber, que a criança possa “ocupar um lugar que tá vago pra mim”. Esse é apenas um exemplo de que a teoria não se aplica idealmente à prática e cada processo de conhecimento e convivência entre um padrinho e um afilhado é perpassado por ambiguidades que se manifestam a cada novo contexto vivido.

4.1.1 Cíntia: “Eu não considero a minha mãe como mãe, nem o meu pai como pai. Também não considero a Cecília (madrinha) como mãe, ela é uma amiga”

Durante a entrevista com a madrinha Cecília, perguntei se teria como eu entrar em contato com sua afilhada Cíntia. Ela disse que seria difícil eu conseguir marcar um encontro com a menina, porque ela trabalhava e tinha um filho pequeno. Mesmo assim insisti, liguei, me apresentei, expliquei o intuito de minha pesquisa e após alguns imprevistos no dia cinco de outubro de 2010 eu e Cíntia conseguimos nos encontrar em uma noite em um shopping no centro de Porto Alegre.

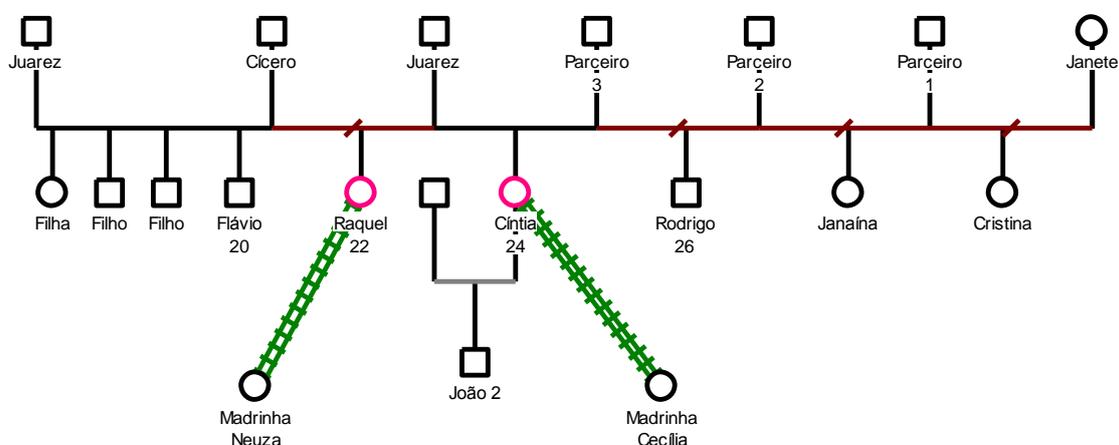
Ela me enviou uma mensagem pelo celular se identificando como: “Eu sou negra, com cabelo cheio de tranças” e eu a avistei, uma moça alta e muito bonita. Sentamos na praça de alimentação, conversamos um pouco e ela foi logo se apresentando:

“O meu nome é Cíntia Gouveia. Eu tenho 24 anos, morei nas casinhas dos 2 anos aos 18. **Deixo claro que eu não considero a minha mãe como mãe, nem meu pai como pai. Tá, também não considero a Cecília como mãe, é como se fosse uma amiga.** De 9 irmãos, eu acho que eu tenho 9, morei com 3 deles, que é o Rodrigo, que foi apadrinhado e foi um burro, perdeu a madrinha maravilhosa que ele tinha, a Lenise. A minha irmã Raquel, que teve a graça, a sorte de conhecer a Neuza, que até hoje cuida dela! E o Flávio, que teve um padrinho, só que o padrinho era mais louco que o meu irmão, daí acabaram perdendo contato. Hoje eu tenho um filho, de 2 anos, chamado João, sou casada e sou secretária, há 4 anos” (*Cíntia, 5-10-10*).

De fala muito bem articulada, explica que suas duas irmãs mais velhas também moraram nas “casinhas”, termo que emprega para indicar as casas da FEBEM⁹⁸, mas que fugiram. Hoje uma está casada e a outra separada. Seus três irmãos mais novos, que são filhos do mesmo pai que Cíntia e Flávio permanecem com os pais.

⁹⁸ Fundo Estadual para o Bem-Estar do Menor, inaugurado em 1969. Desde 2000, dividida em diferentes órgãos estaduais e municipais sob orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Genealogia de Cíntia e Raquel:



Diz que sempre teve contato com a mãe, que ela os visitava nas “casinhas”. Explica que o Rodrigo é mais velho que ela e hoje tem 26 anos, a Raquel, 22, e Flávio, 20. Sua mãe passou dois anos sem os ver, depois reapareceu, mas Cíntia enfatiza que sempre para pedir dinheiro para os filhos⁹⁹.

Cíntia alega que durante muitos anos sofreu morando nas “casinhas”, se perguntando por que estava lá, por que sua mãe a tinha “largado” e por que a mãe havia criado outros e ela não (já que a mãe ficou com os três mais novos). Entretanto, explica que, a partir de uns 13 anos, se conscientizou e que “mataria ela se ela não tivesse me deixado nas ‘casinhas’”. Pois argumenta que teve uma época que a mãe ‘até’ queria que Cíntia voltasse para a casa, mas a jovem agradece por não ter ido:

⁹⁹ No artigo “Os Filhos de Ninguém, Abandono e Institucionalização de Crianças no Brasil” (2000), Lidia Weber enfatiza o uso dos abrigos como a solução para a sobrevivência de crianças provenientes de classes populares, criticando que ao invés do abrigamento de um número cada vez maior de crianças, o Brasil deveria desenvolver políticas de prevenção, educação e assistência a famílias de baixa renda, para que, sobretudo, as mulheres tivessem um conhecimento maior sobre como elaborar seu planejamento familiar e ainda ter acesso a programas de trabalho e renda, para desse modo ter condições de criar seus filhos, o que possivelmente teria um custo menor do que o que é gasto com cada criança em situação de abrigamento. O caso da mãe de Cíntia poderia ser inserido nesse contexto, já que a mulher teve nove filhos, os seis primeiros foram abrigados, atualmente mora com os três menores, mas continua pedindo dinheiro, mesmo aos filhos abrigados, para se sustentar. Além disso, Weber argumenta que mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente sendo reconhecido mundialmente como um dos mais avançados na garantia do direito das crianças, o nível de pobreza no Brasil ainda se aproxima ao de países que vivem em guerra civil, portanto um paradoxo importante que precisa ser levado em consideração.

A colocação da mãe de Cíntia da maioria dos seus filhos na FEBEM, também pode se assemelhar aos casos estudados por Fonseca (1995), onde para algumas mães a instituição era tida como alternativa às piores condições de vida encontradas em casa. Além disso, essas mães entendiam o abrigamento enquanto temporário, sem terem a intenção de perder o pátrio poder de seus filhos.

“Porque eu tenho um irmão de 17, outro de 18, um tá na primeira série, o outro tá na terceira, então tu imagina o futuro que ela ia me dar... Eu imagino que eu taria grávida, com no mínimo uns 5 pirralinho ranhento, entendeu? Sei lá de quem, porque é a realidade!” (*Cíntia, 5-10-10*).

Complementa que quando os irmãos menores a visitavam chegavam com muita fome, pois não tinha comida na casa deles e que “moram num lugar onde os ratos são maiores que os cachorros, apanham quase todo dia do pai deles (que é o mesmo de Cíntia), e a minha mãe acha tudo normal!”. A jovem critica a mãe por ter tido tantos filhos e pelo fato dela ter sido “largada” para visitar seu pai, deixando sua irmã de sete anos e ela com menos de dois anos sozinhas no centro¹⁰⁰.

Questionada a respeito do pai, Cíntia explica que sua irmã Cristina tem um, Janaína outro, Rodrigo outro e Raquel outro. Já ela, Flávio e os três menores são do “maldito” Juarez, mas que ele apenas teria registrado os três mais novos. Diz que quer distância e deseja que ele ‘morra’, justificando que recentemente Raquel passou quatro dias na casa da mãe e que ele:

“Ameaçou duas vezes bater nela, também de passar a mão na bunda da guria! A minha mãe olhou pra ele e disse: ‘Ah, tu pode passar a mão na bunda dela, que tu não vai comer ela igual!’ Então, qual é a mãe que vai dizer pra passar a mão na bunda da filha? Eu não sei em que mundo ela vive, mas tá louco, completamente pirada! Ela é louca! Eu não sei como eles vivem com esse homem”(*Cíntia, 5-10-10*).

A jovem critica o comodismo da mãe, pois para ela, o fato dela ter uma relação de aproximadamente 20 anos com Juarez não poderia ser justificativa para não se separar dele, pois ele bate nela e espanca os filhos. Relacionando o caso da mãe com seu casamento, Cíntia argumenta que se algo parecido ocorrer com ela, mandará seu marido embora sem levar em consideração a criação ‘machista’ dele, que acredita que a mulher deve ficar em casa, fazendo comida e cuidando do filho, enquanto o marido deve estar na rua “vagabundeando”. Cíntia alega não compreender como teve uma educação melhor que a do marido, pois nunca teve pai e mãe ao seu lado, enquanto o marido sempre teve, mas se comporta de maneira preconceituosa e machista.

Ao completar 18 anos Cíntia foi morar em um pensionato de mulheres, onde sua madrinha conseguiu uma vaga. Lá era dividido em três andares, marcando as diferentes classes sociais que o habitavam e Cíntia lembrou que no sumiço de uma roupa de uma menina

¹⁰⁰ Esse evento culminou com o abrigamento da irmã, de sete anos e de Cíntia, que tinha apenas dois. Pelo menos em seu relato, ela alega que as duas estavam sozinhas no Centro de Porto Alegre, porque a mãe teria ido visitar o marido, que estava preso e ‘abandonado’ as filhas.

do terceiro piso, apenas seu andar foi revistado, o primeiro, onde ficavam as meninas com menos renda, que muitas vezes não pagavam mensalidade e realizavam trabalhos no próprio local. A peça furtada foi encontrada no terceiro andar, ou seja, o mesmo da menina roubada. Também mencionou as regras dos horários de ingresso no pensionato que limitavam sua mobilidade. Exceto esses aspectos, ela diz que sente saudades desse período, que tinha amigas também egressas de abrigos e que sua irmã Raquel também foi encaminhada para lá ao completar 18 anos.

Uma dessas amigas era Verônica e a madrinha da menina conseguiu uma casa espírita desativada para que as três (Cíntia, Raquel e Verônica) morassem até que encontrassem outro lugar. Após essa experiência, foram morar em um apartamento que a madrinha de Raquel mantinha. Durante essa época, Cíntia teve seu primeiro emprego como operadora de telemarketing do ‘baú’¹⁰¹ e o segundo como secretária de um escritório de advocacia, o qual permanece até hoje.

Ela e a irmã moraram um ano no apartamento que Neuza (a madrinha de Raquel) alugava, que era apenas para as duas. “Mas eu tenho o coração muito mole, aí uma amiga disse assim: ‘ah, eu não tenho onde morar, deixa eu passar um tempinho aí?’ Eu deixava. Quando a Neuza ia lá eu escondia ela. Depois foi meu irmão, assim foi indo...”. Após esse período, Cíntia engravidou, morou um tempo na casa da mãe do namorado, até se mudarem para a sua casa¹⁰², onde continuam morando¹⁰³.

Cíntia conheceu o marido voltando de uma festa. Primeiramente ele teve um relacionamento com sua amiga Estela, que àquela época morava no apartamento com Cíntia e Raquel. Quando a amiga descobriu o romance quis bater em Cíntia, que a expulsou de casa: “sim, porque eu que mantinha a casa, o meu salário era só pra comprar comida e pagar conta de luz. Nunca vi como come aquelas criaturas!”. Quando Cíntia descobriu que estava grávida tentou abortar duas vezes, mas sem êxito, decidiu com o namorado, atual marido, que teriam o filho.

Ela foi morar na casa da sogra. Raquel foi pra casa de uma irmã, Cristina. Flávio morou no apartamento que a madrinha de Raquel pagava durante um tempo, mas ao se envolver com drogas começou a roubar dinheiro e roupas das irmãs, então Cíntia o expulsou de casa. Quando se reencontraram, ele disse a Cíntia: “não mana, eu sei que tu tava certa, eu errei”. E ela salienta: “Ele é um guri legal, ruim é das drogas, né? Detona geral!”. Após passar

¹⁰¹ Programa de sorteio de prêmios.

¹⁰² Mesmo Cíntia morando com o marido, explica que a casa é dela, pois somente ela paga as coisas, ele não trabalha.

¹⁰³ Ver diagrama da circulação de Cíntia e Raquel no item

por várias clínicas de reabilitação, ele está preso no presídio central por tráfico de drogas. Cíntia diz que acredita que o irmão Rodrigo contribuiu para o ocorrido com Flávio, porque ele o tinha como um “herói”. A madrinha de Rodrigo, já que ele era o mais velho dos irmãos e primeiro a sair do abrigo, cedeu-lhe um apartamento que seria o lugar para onde os quatro irmãos deveriam ir ao completarem 18 anos. No entanto, Rodrigo se afastou dos irmãos e Flávio teria sentido bastante sua ausência. Além disso, deixou de pagar as contas do apartamento, culminando com um processo judicial de sua madrinha para que abandonasse o local. Atualmente, Rodrigo mora com a companheira em um apartamento.

Como mencionou ao início de sua entrevista, Cíntia morou nas “casinhas” da FEBEM dos 2 aos 18 anos passando a maior parte de sua vida no Abrigo Residencial-15 na companhia de seus 3 irmãos. Ela explica que se não fosse sua madrinha Cecília ter dito que seria melhor ela se desligar, estaria lá até agora¹⁰⁴. Ao falar de sua trajetória nas casas, percebe-se grande mobilidade, pois da AR-15 ela foi transferida junto com seu irmão Rodrigo para a AR-7, depois voltou para a AR-15, então para a AR-8, retornando para a AR-15. Cíntia justifica essas transferências devido ao fechamento da AR-15 pela vigilância sanitária. Explica que outro motivo que poderia causar transferência era a aproximação de uma criança com um monitor, que gerava suspeitas de relação sexual, provocando a mudança de casa da criança, mas não explicitou se essa foi a causa de suas outras transferências.

No AR-15 trabalhava o “tio Zeca”, que Cíntia considerava como um ‘pai’, já que o monitor passava grande parte do tempo com eles. Esclarece que em cada casa tinham em média 15 crianças e em cada turno trabalhava um casal de monitores. “Tio Zeca” trabalhava normalmente no turno da noite, mas também nos outros, já que pegava vários “plantões”. Diz que o “tio” a tratava como ‘filha’, ainda que a colocando de castigo quando estava errada. Menciona um aniversário de 15 anos, “ele foi me buscar meia noite em ponto, aí que horror! Eu me escondia gurria! Ainda ele buzinava bem feliz! Mas foi bom isso, me deu limites!”. Comenta que diferente das outras casas, o AR-15 tinha muitas regras, “porque o tio Zeca é antigo, pra ele gurria tem que tá dentro de casa era sete horas de noite!”. Em relação às outras casas, Cíntia comenta que no AR-7 os monitores queriam que ela se vestisse como “menina”¹⁰⁵ e na AR-8 eles (os abrigados) tinham muita liberdade, mas em compensação apanhavam bastante, portanto as regras variavam a cada casa.

¹⁰⁴ Ainda que ao completarem 18 anos, a maioria dos jovens sejam desligados dos abrigos, alguns tornaram-se funcionários do local, exercendo atividades como de cozinheira, por exemplo, e dando continuidade aos seus vínculos.

¹⁰⁵ Isto porque ela apenas usava moletoms e bermudas maiores que o seu tamanho, o que na concepção dos monitores se assemelhava ao vestuário masculino.

A primeira casa em que Cíntia e os irmãos moravam se situava no bairro Belém Novo, na zona sul de Porto Alegre, e era coordenada por uma freira que separava em diferentes mesas nas refeições os grupos de irmãos, “a casa era separada pelos Gouveias, que eram nós; os Severinos e os Oliveiras”. Já nas outras casas não havia essa separação. A jovem explica que os “tios” das “casinhas” sempre lhes diziam que eles precisavam aprender a cozinhar e a limpar as casas, porque quando saíssem ninguém iria fazer por eles e diz que muita coisa que ouviu deles também irá falar para o seu filho. Essa educação que teve é que Cíntia diz ter faltado na família do seu marido, pois argumenta ele não teve limites e critica os sobrinhos dele que com 10, 11 anos voltam depois da meia noite para a casa.

Contudo, ela reconhece que nas “casinhas” também existiam abusos e espancamentos:

“Da gente ver o cara mandando a menina sentar no colo dele, fazer carinho que não tem nada a ver, comentário... Tinha um monitor e tinha uma menina, Deise, ela era linda de corpo, na adolescência, linda! Então, ele tinha sempre a mania de esperar a guria tomar banho, porque ele sabia que ela fazia todo aquele ritual de adolescente, tomar banho, passar creme, aquela coisa toda. Ele sempre esperava ela tomar banho pra entrar no quarto, então a gente vê esse tipo que coisa.”

“Teve um monitor uma vez que bateu, espancou uma menina, afú, só porque ela chamou ele de chato, só por isso! Ele puxou o cabelo da guria, deu tapa na cara dela, deu tapa no corpo dela, chutou, fez um monte! Depois sabe o que que ele fez? Ele simplesmente olhou pra ela porque viu que fez errado, e perguntou se ela queria um chá, se queria olhar a tv... Sabe, uma coisa nada a ver! O tio Zeca também, era muito de bater, eu já muitas vezes briguei com ele, disse: ‘pô, tu tá aqui pra proteger e tá espancando?’” (Cíntia – 5-10-10).

Ela diz que apenas apanhou uma vez, porque roubou dez reais de uma monitora. Salienta que nunca tomou remédios, mas que acontecia com outros internos: “eles (monitores) dopavam pra criança ficar o dia inteiro dormindo e ficar olhando televisão”. Mas apesar dessas situações, Cíntia argumenta que fez curso de informática enquanto estava abrigada, o que lhe propiciou o emprego que tem hoje. Diz também que:

“O bom das casinha é que tu quebrava um braço, tu passava na frente de todo mundo (no hospital)! Era tão bom ver a cara dos outros, sabe? Brabo! Três horas na fila e tu passar na frente deles, era bom! Eles fechavam os parques, o dia inteiro, só pra nós! Ninguém podia entrar, a não ser das casinha; até o Iguatemi, eu me lembro uma vez, **umas pessoas ricas, sei lá o que fizeram, pagaram promessa**, não sei, fecharam uma parte do Iguatemi só pra nós, passamos uma tarde inteira só descansando e as pessoas acham que as casinhas são horríveis!” (Cíntia, 5-10-10).

Continuando seu relato sobre a vida nas “casinhas”, Cíntia enfatizou os privilégios que as crianças abrigadas possuíam, mas também manifestou o ressentimento em relação aos estigmas de “prostitutas” e “drogados”, direcionados a eles, por “serem da FEBEM”. Explicou que, por existirem casos em que isso realmente ocorre, a ‘sociedade’ os generaliza e entende que o futuro de todos os abrigados estará condicionado por esses destinos. Ilustrou com o um caso em que uma vizinha de sua casa disse que ela ficava na porta o dia inteiro para falar com os bombeiros (pois a casa era na frente do corpo de bombeiros), quando na verdade era uma amiga sua que ficava. Ao discutir com a mulher devido à sua calúnia obteve como resposta: “É que sabe, quando a gente fala uma, é vocês todas!”. Em outro momento, quando estava no ônibus voltando da aula, uma senhora lhe perguntou o que ela teria feito para estar na FEBEM, ela disse que havia matado uma mulher por ter lhe feito a mesma pergunta.

Cíntia critica os meios de comunicação por vincularem a imagem dos jovens que moravam nas “casinhas” como infratores, explicando que a maioria que vivia ali estava lá por “abandono”. No entanto, ainda que ela seja avessa aos estigmas, a jovem alega que as “casinhas” pioraram quando começaram a “misturar” crianças “abandonadas” com as “infratoras”. Explicando que com o desmantelamento da FEBEM a qualidade do atendimento também reduziu bastante: “Saiu tudo! Curso, comida, diminuiu tudo, principalmente quando veio a Yeda (ex-governadora). Eu tenho ódio dessa velha, ela cortou tudo, cortou nossas passagens, tudo o que ela podia cortar, ela cortou!”.

Em relação ao preconceito, Cíntia salienta que os monitores também contribuía para a baixa auto-estima dos jovens não os estimulando a fazerem cursos de informática, argumentando que eles não trabalhariam com computador, pois suas únicas opções seriam como empregadas domésticas, manicures, garis e trabalhadores da construção civil.

Mesmo tendo convivido com o estigma de “prostituta”, “drogada”, muitas vezes, sem o apoio dos monitores para que concluísse seu curso de informática e “sentia raiva, me sentia abandonada, um ET”, Cíntia diz sentir muita saudade da sua família de 15 irmãos e diz que nas “casinhas” aprendeu a ter limites, um ofício, além de valores, como “que família é em primeiro lugar”.

Em 2002, os monitores do abrigo de Cíntia falaram que selecionariam crianças para participar do Apadrinhamento Afetivo. No início a faixa etária era de 0 a 13, mas depois ampliaram até os 18 anos. Segundo Cíntia, para ela tanto fazia ir ou não ao encontro com os candidatos a padrinhos, mas foi. Explica que de um lado ficavam os padrinhos, do outro os futuros afilhados e iam conversando uns com os outros. Primeiro conversou com Lenise, contando que seu irmão Rodrigo estava para completar 18 anos e não tinha para onde ir, então

que precisava muito de uma madrinha para ajudá-lo. Lenise se tornou madrinha do rapaz, inclusive cedendo um apartamento para ele.

Depois Cíntia começou a conversar com Cecília, que colocou seu número de telefone atrás do crachá (que todas as crianças tinham) de Cíntia. Ela declarou que não esperava conseguir uma madrinha, porque **já tinha 16 anos** e acreditava que os padrinhos estavam procurando crianças menores. Mas no segundo encontro, para a efetivação do Apadrinhamento, percebeu que a madrinha “não tem muita paciência pra criança não!”.

Começou a frequentar a casa da madrinha, conversava, via televisão e “comia bastante!”. Ainda que tivesse muita vergonha nesses primeiros encontros. Também viajou com a madrinha, ganhava roupas que não davam mais na filha dela, presentes e perfumes, mas salientou que Cecília sempre enfatizou o caráter *afetivo* do apadrinhamento. Segundo ela, a madrinha foi sincera desde o início, dizendo que não a ajudaria financeiramente, mas sempre que ela precisasse conversar, ela estaria à sua disposição. Cíntia diz que a relação entre as duas é muito boa e concorda com a postura de Cecília, já que recebeu “tudo” do abrigo. Complementando que foi bom ter ido atrás de seu emprego sozinha para que não dependesse sempre de alguém para conquistar as coisas. Diz que talvez o apadrinhamento de uma criança se dê de maneira diferente de um adolescente, pois normalmente a criança associa o ganho de presentes com a intensidade do afeto do padrinho. Em relação ao aprendizado no apadrinhamento, ela fala:

“Ela ia me buscar, eu ficava na casa dela, eu dormia lá, era bem legal! A gente conversava bastante, sabe? Essa coisa de olhar no olho é uma das coisas que eu aprendi, porque antigamente era só assim, catando moeda, olhando pro chão, pra não olhar pra ela. Ela dizia: ‘olha pra mim!’. Antes eu ficava três horas pra perguntar uma coisa, sabe? Era horrível! A Cecília me ensinou: ‘o máximo que a pessoa vai te dizer é sim ou não, não tem outro termo’. Foi bem legal!”(Cíntia, 5-10-10).

Como já vimos no capítulo anterior, Cecília tem duas filhas, uma mais nova e uma mais velha que Cíntia. A afilhada explica que a relação entre elas nunca foi além de “oi” e “tchau”, isso porque viviam realidades muito distintas e Cíntia explicou:

"Eu me sentia um ET, porque elas tinham tudo e eu não tinha nada. Elas tinham roupa de marca, tênis de marca, tinham tudo de marca e eu não tinha, o meu era ali do shopping chão, entende? Roupa tudo igual dos outros (...). Eu achava os amigos delas melhor do que os meus, isso eu achava realmente! Elas tinham telefone celular, elas tinham bicicleta, elas tinham TV, TV a cabo no quarto, uma tinha computador e eu já não tinha nada disso”(Cíntia, 5-10-10).

Além disso, a mais velha já estava na pós-graduação, a mais nova terminando o ensino médio e Cíntia apenas começando; por isso, justifica que elas não tinham assuntos em comum. Já com o marido de Cecília, ela diz que sua relação era ótima, conversava muito com ele, “tirando que ele é colorado¹⁰⁶, ele era um amor!”. Após a gravidez de Cíntia ela e a madrinha se distanciaram, mas conversam por telefone e às vezes almoçam juntas.

Em relação ao funcionamento do programa Apadrinhamento Afetivo, Cíntia diz que ele deveria ser melhor acompanhado, pois sabe casos de colegas em que a madrinha apenas tratava mal, então nesses casos não haveria motivos para ter madrinha. Além disso, para ela, os padrinhos deveriam ser mais bem selecionados para que não abandonassem as crianças após a primeira dificuldade, “tipo aquelas mulheres metida a riquinha, só pra ter um fantoche do lado: ‘ah, eu peguei uma neguinha da FEBEM’, sabe? Pra dizer: ‘Eu faço caridade’”.

Esclarece que os padrinhos deveriam explicar desde o início que não serão pais, mas amigos e conselheiros dos seus afilhados e também não deveriam ficar cobrando respostas às suas próprias expectativas:

“É a mesma coisa que eu. Eu idealizei o meu filho de todas as maneiras, mas nunca achei que ele fosse nascer branco! Muita gente diz que eu sou racista, não é que eu seja, só que eu acho, se eu nasci preta, por que o meu filho não nasce preto também? Eu, muitas vezes, falo assim: ‘ah, eu gosto do meu filho, eu amo, acho ele lindo!’. Mas eu implico com a minha sogra dizendo: ‘ah, como eu queria que ele fosse mais escuro!’ Pra parecer mais comigo. Mas não adianta idealizar, porque a criança é totalmente diferente de ti! Então eu acho que assim, o ruim do apadrinhamento é essa coisa da pessoa: ‘ah, a criança fez uma birra’. Pronto! Mas qual é a criança que não faz birra?”(Cíntia, 5-10-10).

Contudo, Cíntia reconhece que existem vários padrinhos que encaram o apadrinhamento com responsabilidade e muito carinho, exemplificando com o caso de Saulo e Érica padrinhos de Pedro e Paulo, que moraram com Cíntia no AR-8. “Nossa como pulavam naqueles padrinhos!”. Cita também o caso de um menino cego e surdo que foi adotado pelos padrinhos e conclui que o programa propiciou uma oportunidade para que ela fosse uma pessoa melhor do que já era, “porque eu melhorei muito depois que eu conheci eles!”.

Cíntia relatou que quando era menor uma tia sua quis adotá-la, mas que sua mãe não permitiu, porque segundo ela não queria que Cíntia chamasse de mãe para outra pessoa¹⁰⁷. Mesmo criticando a mãe, que lhe impossibilitou “um futuro bom, que eu podia ter melhor do que os das casinhas”, explica que ela nunca daria seu filho à ninguém, a não ser que ele

¹⁰⁶ Adjetivo referente aos torcedores do time Internacional de Porto Alegre.

¹⁰⁷ Ver novamente FONSECA, 1995.

estivesse passando muitas necessidades e sofrendo muito. Mencionou uma situação em que se separou do marido e ao deixar a casa da sogra, ela propôs que seu neto ficasse lá, até que Cíntia “melhorasse de vida” e voltasse para buscá-lo. Cíntia respondeu negativamente.

“Eu podia ser mais linda!” Cíntia especula se tivesse sido adotada; contudo, após a tentativa da sua tia, negada pela mãe, disse que no abrigo a prioridade era “bebê, menino e branco”, justamente o contrário de seu estereótipo. Além disso, que a partir dos 13 anos “não existe mais isso”. Também explicou o quanto era difícil conviver com adoções de crianças das “casinhas”, “porque tu se apega à criança, sabe? Daí, de uma hora pra outra ela não tá lá”. Mas sempre que falou em adoção, Cíntia relacionou a um “futuro melhor”.

A jovem lembra que chorou muito ao sair do abrigo; principalmente por não ter sido preparada, por ter acontecido “de uma hora pra outra”. Ela diz que ao completar 16 anos eles deveriam tê-la orientado para que fizesse um estágio ou começasse a trabalhar, mas que isso não foi feito. Assim, diz que quando completou 18 anos não queria sair, apenas o fez por insistência da madrinha. Comenta que existem casos de adolescentes que são expulsos dos abrigos antes de completarem 18 anos, que isso é uma decisão da direção de cada “casinha” e quando ocorre, geralmente está relacionado ao mau comportamento do adolescente. “Fica 2, 3 dias fora da casa, não dá satisfação, chega a hora que quer, faz o que quer. Não é assim!”.

A afilhada teve muitas dificuldades em se adaptar fora do abrigo, pois nas “casinhas” apesar de ser incentivada pelos monitores a aprender, não tinha obrigação de cozinhar, lavar roupa e limpar a casa, porque tinham funcionários que executavam tais tarefas. “Aí tu imagina a cabeça de uma criança que fica desde que nasce, da infância até os 18 anos, com essas regalias. Não precisa trabalhar pra comer, pra pagar conta de luz, pra pagar nada, e de uma hora pra outra sair e ter que conseguir, Horrível!”.

Cíntia também salientou a falta que sentiu do barulho das outras crianças, já que nas “casinhas” tinham em média 15 crianças e adolescentes. Relatou que no primeiro dia que estava fora do abrigo, ainda assim escutava as outras crianças gritando: “Tio, ele pegou meu pão!”.

4.1.2 Raquel: “Na verdade eu ligo a cobrar pra ela, né? Na maioria das vezes eu ligo pra ela, não é ela pra mim. Eu ligava pra saber como é que tava e agora eu só ligo pra pedir dinheiro, né? Que é normal!”

Através de Cíntia, conheci sua irmã Raquel, de 22 anos, que foi apadrinhada no mesmo ano que Cíntia, por Neuza. Nosso encontro foi no bairro Belém Novo, na zona sul de Porto Alegre, na manhã do dia 20 de outubro de 2010 e caminhamos à casa que ela estava

dividindo com Estela, o namorado e o irmão da amiga. Diferente da irmã, Raquel é mais clara, menor e quase nunca olhava nos meus olhos ao falar. Já no caminho conversamos um pouco, eu tentando explicar o trabalho e ela falando sobre os últimos acontecimentos da sua vida que culminaram com a chegada na casa de Estela. Ao chegarmos à casa, onde não conheci todos os cômodos, passamos por uma pequena sala e entramos no quarto de Raquel. O quarto possuía um colchão de solteiro, uma televisão, algumas roupas, um copo e uma panela. Ela me explicou que divide o colchão com o irmão de Estela, que estava trabalhando.

No início de nossa entrevista ela me mostrou um caderno, onde está escrevendo sua história e diz que pretende um dia publicar sua biografia. Então, prosseguiu dizendo que acha que chegou ao abrigo com dois anos e durante os anos que morou na FEBEM passou por várias casas, ora estando junto com os três irmãos, ora apenas com Flávio, o mais próximo de sua idade.

Quando completou 18 anos, sua madrinha, Neusa a encaminhou para o mesmo pensionato de Cíntia, já que Rodrigo havia perdido o apartamento que era para os quatro irmãos morarem. Ela diz que chorou muito, levou suas poucas coisas, mas depois se acostumou com o pensionato. Morou na casa espírita desativada, depois no apartamento que sua madrinha alugava para ela e Cíntia. Depois com a irmã Cristina, mas saiu porque não se dava bem com sua sobrinha. Depois morou com seu irmão Rodrigo, período em que apresentou uma colega de colégio, que acabou se tornando a esposa do irmão e posteriormente na casa de alguns namorados. Recentemente experimentou morar na casa da mãe, mas devido aos maus tratos do padrasto, agora está morando nessa casa, pois “aqui por mais que não são parentes, são amigos, a gente viveu um tempo. Lá não! Lá é pai, mas a gente não tem uma convivência assim mútua”.

O primeiro emprego de Raquel foi de babá de um filho de uma vizinha do abrigo. Também trabalhou como garçõete em uma lanchonete que ficava no interior de uma academia de ginástica e como faxineira, mas precisou interromper:

“Porque eu tive uma crise de pânico. Já ouviu falar o que é crise de pânico? É quando tu acha que todo mundo tá contra ti. Eu já tive isso, uma vez. Tu não consegue sair de casa. Fica o dia inteiro, fica: ‘ah, será que estão por pena? Ou estão contra ti? Querem fazer alguma coisa contra ti’. Aquela paranóia! Quando alguém tá te seguindo: ‘ah, será que tá atrás de mim?’ Ele nem tá atrás de ti, mas é tudo coisa da tua cabeça! Eu passei por isso já. Tomei até remédio. Aí por isso que eu sai” (*Raquel, 20-10-10*).

O último trabalho que teve “foi de cachorro, 25 cachorro eu tive que cuidar!”, mas também abandonou devido a umas dores da barriga, que ela descobriu ser apendicite, infecção e anemia e, por isso, teve que se operar. Agora está desempregada.

Em relação à mãe, explica que não a critica por ter lhe colocado no abrigo, mas que não entende por que ela não colocou todos os irmãos. Especula que tenha sido devido à vontade do marido da mãe, pois “ela sabe que ele é abusado e mesmo assim ela acredita nele”. Diz que não entende por que a mãe não se separa dele, pois ele bate nela e nos filhos e não trabalha. Raquel não conhece o seu pai, mas sua mãe disse que o nome dele é Cícero e que é vendedor de balas. Ela diz que Cíntia a incentivava a ir ao Centro procurá-lo, mas “bah, eu vou sair procurando... Bah, o teu nome é Cícero? Tu conhece a Janete (mãe)? O cara não ia nem saber quem era”. Contudo, sua mãe sempre lhe disse que ele era um homem “tri legal” e Raquel disse que Cíntia lembra que quando sua mãe namorou, “ele tratava os filho dela tudo como se fosse filho dele”, e Raquel complementa, “já o pai da minha irmã trata os filhos, os enteados, como se fosse cachorro”.

Raquel rememora a época que morou nos “abrigos” de forma não tão nostálgica quanto sua irmã Cíntia. Além da grande mobilidade entre as casas, o que mais enfatiza sobre aquele período são os abusos que sofreu por parte de “monitores tarados”, ainda que comente sobre passeios, escola e a psicóloga que a atendia.

Relata que aos 9, 10 anos, quando ainda morava em Belém Novo, foi abusada por um monitor:

“Ele pegava e tipo, ele sentou, eu sentei e ele me botou no colo, né? Aí ele começou a mexer a coxas, só que eu não sabia o que era. Aí eu pensei: ‘ah, deve ser cavalinho!’. Aí eu ficava assim um tempão. Aí, de repente eu senti alguma coisa, mas não falei nada, eu era pequena, não sabia o que era. Até agora eu já sei o que é (...) aí teve uma vez que ele me deu um relógio. Aí ele falou: ‘ah, se tu contar pra alguém, ninguém vai acreditar, porque tu é criança’. Um dia eu contei. Até falei pra monitora e na verdade eles não acreditaram em mim” (*Raquel, 20-10-10*).

Interessante a maneira como Raquel vai construindo a narrativa em torno de sua vida, relatando os abusos sofridos nos abrigos como, por exemplo, o mesmo “tio Zeca” que Cíntia considerava como pai e que Raquel também denuncia:

“porque ele também é meio tarado (...) eu acordei no colchão, ele atrás de mim, eu não sei como explicar isso, mas tipo assim, (...) eu acordei e senti alguma coisa, e eu vi que ele tava assim, pra frente e pra trás, sabia o que era. Eu contei pra minha irmã, minha irmã não acreditou. O tio falou que era mentira. Mas eu juro que era verdade!” (*Raquel, 20-10-10*).

Ao relatar esses acontecimentos, Raquel repetidamente discorre sobre situações que vivenciou com o padrasto. Relembrando o quanto foi afetada pelas ameaças e abusos cometidos pelo mesmo.

Em relação ao Apadrinhamento Afetivo, Raquel diz que sua irmã Cíntia é quem estava conversando com Neuza quando ela se aproximou, mostrando o quanto a irmã estava preocupada em primeiro conseguir padrinhos para seus irmãos e depois para si. O encontro ocorreu no clube Grêmio Náutico União, e após Cíntia deixar Raquel sozinha com Neuza e depois de conversarem, a menina aceitou se afilhada da candidata à madrinha.

A afilhada Raquel ressalta bastante a festa de 15 anos que a madrinha preparou para ela e diz que nos primeiros anos frequentava a casa da madrinha, “era num condomínio, tem piscina, três quartos, dois banheiros, cozinha e um cachorro, o Dick”. Também iam ao cinema, apenas as duas, ou na companhia de Cíntia, ou ainda de uma colega de Raquel que morava no abrigo. Também viajaram para a praia. Neuza tem três filhos bem mais velhos e Raquel e Cíntia foram ao casamento de um deles.

No início, segundo Raquel, o apadrinhamento era “realmente afetivo” e sua madrinha tinha grande importância em sua vida. No entanto, no decorrer dos anos foram se afastando e agora faz dois anos que não se vêem, apenas se comunicando por telefone. Diz que a madrinha não comemora mais seus aniversários e depois que a afilhada passou por uma cirurgia ela apenas foi visitá-la porque Cíntia ligou comunicando e pedindo dinheiro:

“Na verdade eu ligo a cobrar pra ela, né? Na maioria das vezes eu ligo pra ela, não é ela pra mim. Eu ligava pra saber como é que tava e agora eu só ligo pra pedir dinheiro, né? Que é normal! Ou pra saber com ela tá, entende? Porque a gente não tem uma relação muito junta” (Raquel, 20-10-10).

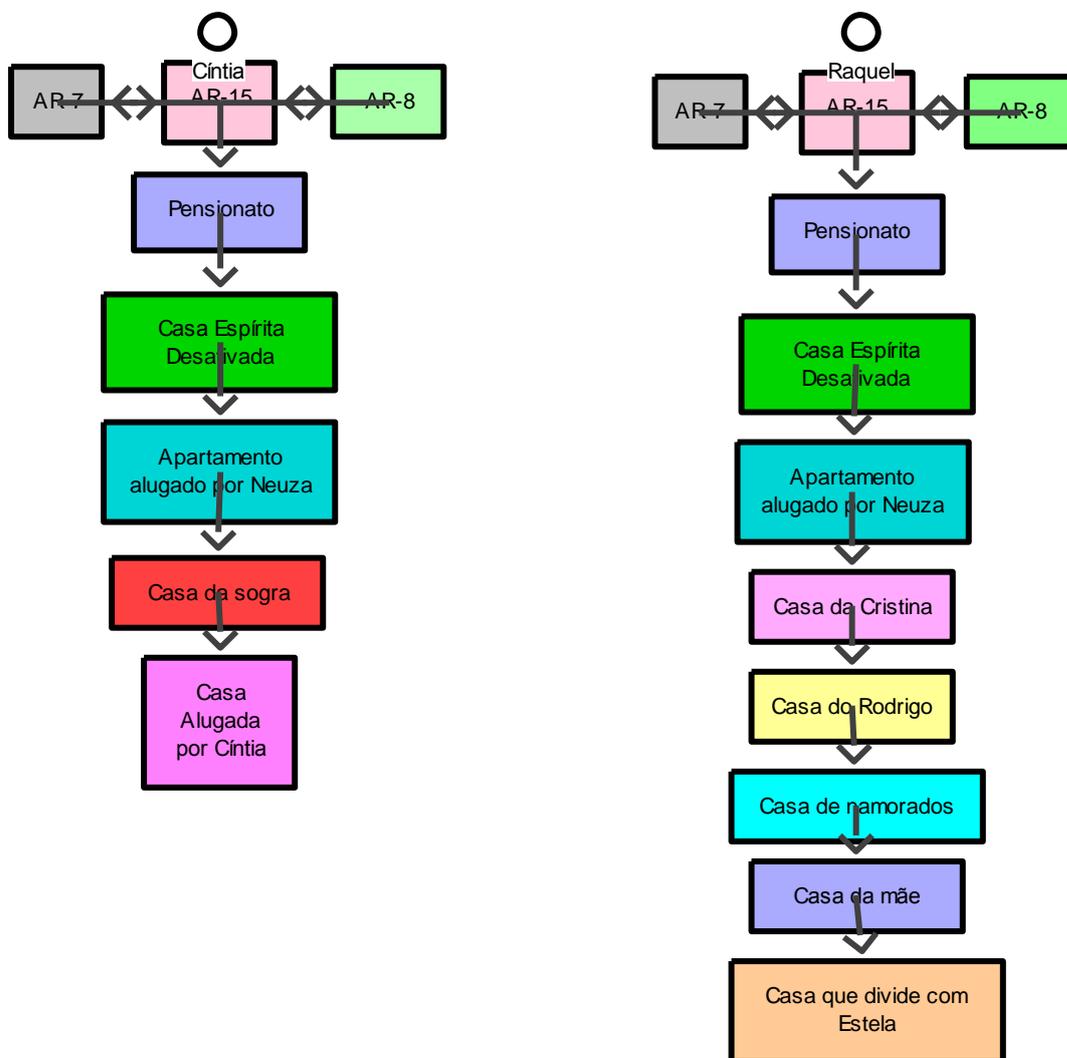
Entretanto, Raquel explica que ao completar 18 anos foi a madrinha quem pagou o pensionato onde morou, as despesas da casa espírita desativada e depois alugou um apartamento para ela e a irmã, sendo que antes de irem para o apartamento ela e Cíntia passaram duas semanas na casa de Neuza. Desde que completou 18 anos, a madrinha lhe dá uma “mesada” de 300 reais por mês, renda com que se mantém já que está desempregada.

Mesmo salientando que atualmente o caráter do apadrinhamento é mais financeiro do que afetivo, Raquel diz que o apadrinhamento “facilitou” a sua vida. “Eu acho que se não tivesse, eu não taria nem aqui, eu taria até na minha mãe, apanhando do meu padrasto, ou taria pior, talvez na rua”.

Raquel também diz que chorou muito quando completou 18 anos chegando a ir à direção do abrigo perguntar: “Por que tem que ser eu?”. Então, eles explicaram que teria

chegado a “hora” dela. Assim, acompanhada da madrinha, ela mudou-se para o mesmo pensionato onde já estava sua irmã Cíntia e com o passar do tempo foi se adaptando.

Circulação por casas de Cíntia e Raquel:



4.1.3 Estela: “não deveria ser chamada ‘madrinha afetiva’ e sim ‘madrinha material’

Estela mora na mesma casa que Raquel e ao final de nossa entrevista perguntou se poderia entrar no quarto e ficar ouvindo nossa conversa, eu e Raquel dissemos que sim e eu expliquei que estava entrevistando Raquel porque estava escrevendo um trabalho sobre o “Apadrinhamento Afetivo”. Estela é negra, tem várias tranças no cabelo, tem aproximadamente 24 anos e também passou grande parte da sua vida nas “casinhas”. Morou com Raquel e Cíntia no apartamento que Neuza pagava, tem madrinha afetiva e relatou um pouco de sua vivência.

Em relação à casa que estão alugando, onde se realizou nossa entrevista, ela explica que tenta ajudar, mas que seu irmão gostaria que morasse lá mais um irmão deles, um amigo e uma amiga dele e ela não concordou, “pois se morar tanta gente o espaço ficará pequeno e a pessoa que alugou a casa pode os mandar embora”.

Já quando fala sobre a vida nas “casinhas”, como ela refere, Estela compara o antigo governo do Partido dos Trabalhadores com o de Yeda do PSDB, defendendo que no primeiro fez cursos no Calabria¹⁰⁸ de informática, padaria e confeitaria. Além disso, faziam escolinha de futebol, ginástica olímpica e tinham acompanhamento psicológico. Tinham roupas, ganhavam presentes de Páscoa e da Natal. No entanto, após a entrada do governo de Yeda essas regalias foram se extinguindo, “porque eles vão cortando cada vez mais as verbas, não tá produzindo? Então vai embora!”.

Quando se remete ao Apadrinhamento Afetivo, Estela é enfática em dizer que não deveria ser chamada “madrinha afetiva” e sim “madrinha material”. Pois, segundo ela, os padrinhos ajudam financeiramente, mas cobram dos afilhados demandas semelhantes às que teriam em relação aos seus filhos. Desse modo, sua madrinha queria que ela cursasse uma faculdade, “mas eu não gosto de estudar”. Por isso, segundo ela, a madrinha se afastou e parou de lhe dar dinheiro. Apenas liga para sua irmã para saber como a afilhada está, “nem fala comigo”.

Estela explica que nos primeiros anos os padrinhos tentam incluí-los, levam para restaurantes e viagens, mas “aí a gente vai se sentindo mal, tipo, os sobrinhos dela ficam indo no Planeta Atlântida¹⁰⁹ e daí ninguém me convidava. Eles saíam, ninguém me convidava. Eu ficava lá, trancada” e com o passar dos anos “já nem vejo mais”. Mas conclui que a madrinha

¹⁰⁸ Centro de educação profissional São João Calábria (ver em www.calabria.com.br)

¹⁰⁹ Festival de música, com várias bandas nacionais, que ocorre todos nos verões na praia Atlântida, no Rio Grande do Sul.

foi importante, porque ao completar 18 anos não tinha para onde ir, “daí se não fosse ela, taria, bem dizer, morando na rua eu acho”.

Em se tratando de adoção, Estela conta que seu irmão foi adotado pela madrinha esse ano (2010) e ele tem 10 anos: “já tem consciência das coisas, viveu tudo com a gente lá”. Contudo, apesar da madrinha levá-lo na casa da avó biológica, do menino conhecer sua família de origem, Estela explica que a mãe adotiva já disse não querer que nenhum familiar de Taylor vá à sua casa, “não quer mistura!”¹¹⁰.

Ao completar 18 anos, Estela teve que sair do abrigo, pois ela não tinha para onde ir e semelhante às madrinhas de Cíntia e Raquel, sua madrinha a encaminhou para um pensionato. Depois a afilhada alugou uma casa com uma amiga e a madrinha lhe dava dinheiro e comida. Critica o equipamento, “a casinha nesse aspecto não ajuda nada! Já completou 18 anos, vai!”. Explicando que a direção não dá qualquer tipo de suporte e “tu tem que dar o teu jeito!”.

Além disso, comenta o caso de um irmão, que não tinha madrinha e foi mandado embora. Então, ela e uma irmã souberam que teria sido um monitor o responsável pelo desligamento do irmão, mas como ele não tinha para onde ir, ainda que já com 18 anos, as irmãs conversaram com a direção do abrigo: “Aí o meu irmão voltou e ficou mais um tempo lá”. Por isso, Estela alerta que os jovens devem se informar para saber se foi o “Estado” que mandou eles embora ou um monitor que por achar que o adolescente “não tá mais rendendo na casa, te mandam embora”.

¹¹⁰ STRYKER (2010) discute as dificuldades de adaptação de jovens que passaram por adoções internacionais, posto que a pesquisadora percebe ambiguidade na posição dos filhos, que ainda que percebam a adoção como algo positivo, manifestam distintos ideais de família e pertencimentos. Eles ressaltam as dificuldades do processo de adoção, o estranhamento do outro país e o ganho de presentes como um mecanismo de controle dos pais adotivos; assim, desenvolvem estratégias para manter práticas e valores do “passado” com o “presente”.

FRANÇOISE-ROMAINE (2008) trata da constituição dos nomes das crianças adotadas por estrangeiros, evidenciando as peculiaridades de tal ação. Já que, a mudança do nome de origem e substituição pelo nome da família adotiva pode representar um maior pertencimento e reconhecimento do filho à nova família, bem como garantir sua herança. Contudo, sobretudo quando os filhos adotados diferem muito fisicamente de seus pais e da população do país adotado, ou mesmo, quando já foram adotados em idade avançada, as diferenças entre eles ecoam bastante, fazendo com que os filhos busquem suas origens para melhor se compreenderem.

4.1.4 *Carlos: “o programa funciona para aqueles que têm força de vontade, sobretudo para os afilhados que ‘querem alguma coisa na vida’”*

Carlos é um rapaz negro, de 21 anos e afilhado de Ruth. Sua madrinha entrou em contato com ele, que autorizou que ela me desse seu número de celular, e depois de algumas conversas por telefone nos encontramos em frente a um supermercado do bairro Leopoldina, na zona norte de Porto Alegre, no dia 14 de setembro de 2010. Ele veio acompanhado de um amigo, que mora com ele¹¹¹ e perguntei se tinha algum bar, ou algum lugar onde eles sugerissem para que a gente conversasse, eles falaram de uma praça e caminhamos até o local.

O jovem relatou que morou apenas durante três anos em uma das casas do abrigo João Paulo II, isso porque mesmo sem ter conhecido sua “mãe verdadeira”, Carlos foi criado por Maria de Lurdes que já possuía quatro filhos biológicos quando da sua chegada. O menino diz que não acredita que sua mãe biológica tenha falecido, como conta sua “mãe de criação”; apenas acha que ela sumiu e diz que não irá procurá-la. Diz que existiam diferenças na maneira como Maria de Lurdes o tratava em relação aos seus filhos mais velhos e biológicos, explicando que trabalhava, limpava a casa e eles não: “Aí por isso que eu sou meio rebelde”. Além disso, Carlos diz que sempre que chegava do trabalho, não tinha comida pronta para ele, mas que quando o filho dela chegava tinha. Então Carlos tinha que esperar o horário do irmão chegar para comer: “o meu irmão mais novo, que tem 20, 30 alguma coisa assim, ela chama de bebê, sendo que quem é bebê sou eu, o mais novo!”.

Alega que, aos 12 anos, com o pai adotivo falecido, sua mãe estava tendo um caso com um homem casado e ao atender o telefonema da esposa do namorado da mãe, Carlos confirmou o romance e, por isso, foi expulso de casa, indo morar no abrigo. Durante os três anos que permaneceu abrigado sua mãe de criação o visitava esporadicamente até que ele retornou à casa da mãe antes mesmo de completar 18 anos e interrompeu seus estudos no meio desse ano. Carlos explicou que essa segunda tentativa de morar com ela não deu certo porque ele trabalhava, pois fez curso de padeiro no Calabria durante os anos que passou no abrigo. Naquele período trabalhava lá, assessorando seu professor, mas Maria de Lurdes ficava com todo o seu salário. Muito irritado, um dia “fui pro centro gastar tudo! Gastei tudo em roupa! Aí ela ficou brava e me correu de casa!”.

Então ele foi morar na casa de uma das filhas de Maria de Lurdes, depois com algumas namoradas e hoje mora com dois amigos que são irmãos. Um deles estudava com Carlos e o convidou para morar com eles. Atualmente os três estão desempregados, mas

¹¹¹ A casa em que Carlos mora foi deixada como herança para seu amigo e o irmão dele pela mãe dos rapazes, já falecida.

Carlos pretende voltar a trabalhar no restaurante que já trabalhou anteriormente como ajudante de serviços gerais.

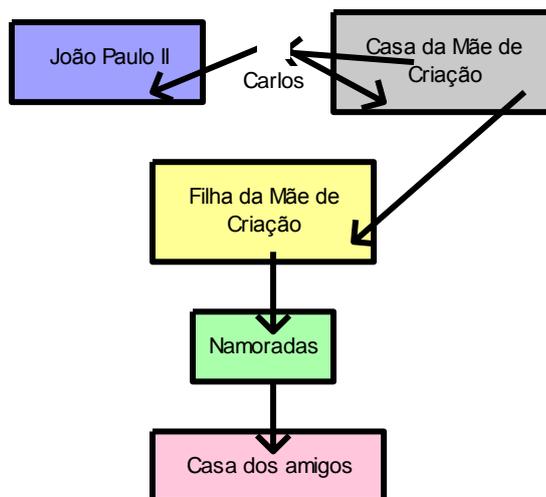
No período em que Carlos morou no abrigo João Paulo II ainda não tinha sido implantado o modelo de mães e pais sociais, eram monitores que supervisionavam de 15 a 20 crianças, que tinham seu cotidiano permeado por idas à Viamão durante o dia e retornos à casa na av. Bento Gonçalves durante a noite. Carlos explica que o período de 3 anos que permaneceu abrigado foi muito importante para a sua vida, pois aprendeu muito: trabalhava na horta, cuidava dos bichos, além de ter feito curso de padeiro e confeitaria, “hoje eu sou formado”.

Além do trabalho, conquistou vários amigos, com alguns mantém relações até hoje e diz que os funcionários sempre o convidam pra ele almoçar no abrigo nos finais de semana e até levar sua namorada para que possam conhecê-la. O menino diz que apenas não visita com mais frequência o abrigo por falta de dinheiro para o transporte.

Carlos diz apenas possuir lembranças boas do lugar, porque além de todo o aprendizado, os amigos, os jovens tinham muita liberdade e podiam sair no final de semana com a condição de voltarem no domingo. Ao final de sua estada, passou a conviver com uma mãe social, “mas me dava super bem” e diz não saber se gostaria de ter sido adotado.

Ele avalia que foi muito bom ter conhecido sua madrinha Ruth e o seu companheiro, pois eles o ajudam bastante e estão sempre ao seu lado. Saem aos finais de semana indo para cinemas e jantar em restaurantes. Carlos explicou que ele que tomou a iniciativa para o apadrinhamento, pois um amigo seu do abrigo o apontou Ruth dizendo que tinha achado a moça bonita. Então Carlos olhou e foi conversar com ela na frente do amigo pedindo pra que ela fosse sua madrinha. Em relação aos 8 anos de contato, o menino argumenta que “o programa funciona para aqueles que têm força de vontade, sobretudo para os afilhados que “querem alguma coisa na vida”. Argumenta que como ele quer, a madrinha está sempre o apoiando, seja fazendo o rancho para a sua casa, seja lhe dando dinheiro. Carlos passou a maior parte de sua vida morando com a mãe de criação, então nunca criou expectativas de que sua madrinha o adotasse.

Circulação por casas de Carlos:



4.1.5 Tiago: “se a criança não tem o padrinho, ela não tem uma base!”

Tiago é afilhado de Fernanda e seu marido há 9 anos, tem 17 anos e mora em uma das casas da Aldeia SOS desde os 7 anos. O conheci em uma das oficinas dos candidatos da turma de padrinhos de 2010, quando ele deu seu depoimento enquanto afilhado. Após esse evento, entrevistei sua madrinha Fernanda, a assistente social das Aldeias SOS, Carmita, além de sua mãe social, Sônia. Nossa entrevista aconteceu na tarde do dia 19 de outubro de 2010, em frente à sua casa, quando ele retornou da aula.

Apenas em 2008, Tiago conheceu a avó paterna e através dela conheceu outros familiares. Seu pai faleceu em 2005, Tiago não o conheceu e não tem nenhuma informação sobre a mãe ou sua família. Diz que souou muito a primeira vez que foi na casa da avó, “eu ficava de cabeça baixa, eu olhava, quando me perguntavam eu respondia” e que descobriu que sua família paterna é muito grande, com vários tios e primos, inclusive com uma prima muito parecida fisicamente com ele. O jovem faz curso de automotivo no SENAI desde os 14 anos, após passar na entrevista de seleção, e dentro de um ano teve sua carteira de trabalho assinada.

Antes de ir para as Aldeias SOS, Tiago morou um tempo em abrigos do Estado. Em suas lembranças existe um diferencial muito grande entre os dois equipamentos, pois nos abrigos, além de serem muitas crianças coordenadas por monitores, eles quase nunca saíam de lá. Explica que, “aqui é uma família”, porque tem uma “mãe social”, são 7 crianças por casa, sendo que os meninos têm um quarto e as meninas outro.

Comenta que passou dois meses com outra mãe social, mas logo após, Sônia ficou sendo sua mãe social, até o momento, e que ela o trata como um filho. Inclusive, algumas crianças que chegaram após ele na casa sentem ciúmes, porque ele é o “queridinho” dela. Lembra que no abrigo do estado tinha uma “tia” que ele gostava muito, mas que era uma monitora, já na aldeia “é uma mãe que cuida das crianças”.

Relata que, desde pequeno aprendeu com Sônia a lavar roupa, cozinhar e limpar banheiro, pois “eles já preparam pra aprender a ser virar na rua” e assim como Cíntia, enfatizou a educação proporcionada pela Aldeia. Combinam horário para tudo: para comer, estudar e brincar. Explica que atualmente, apesar de ter ginásio no condomínio, passa a maior parte de seu tempo na casa de amigos, em festas, na casa dos “dindos” e, mais recentemente, “vou pra minha família agora que eu encontrei. Vou lá pra Canoas, e tem uma outra parte, que mora em Belém Velho”. As saídas são sempre negociadas com a mãe social Sônia e dependem do comportamento de Tiago durante a semana.

O menino diz que já sofreu preconceito por “ser” da Aldeia por algumas professoras e alunos na escola e principalmente na vila ao lado do condomínio. Quando era menor tinha vergonha de falar que morava na aldeia. “Agora eu não tenho, aqui eu tenho muito mais do que muitos lá fora e agradeço por ter vindo pra cá! A minha casa é grande, eu não passo fome, eu tenho uma mãe e irmãos”. Este ano Tiago completará 18 anos e irá morar na casa dos padrinhos, mas pondera: “Bah, eu também tenho vontade de ficar!”. Porque diferente de muitos que passaram por várias mães sociais e períodos com a família de origem, ele sempre esteve com Sônia e sentirá muitas saudades.

Quando foi apadrinhado por Fernanda em 2001, ainda não existia o programa Apadrinhamento Afetivo. Quem fez o primeiro contato entre Tiago e a madrinha foi Carmita, a assistente social da Aldeia SOS. Nos primeiros encontros, assim como Carlos, Tiago era muito tímido e quase não falava. Ele diz que os padrinhos tinham uma filha de 2 anos e queriam apadrinhar um menino para conviver com ela. Então de 15 em 15 dias o casal o buscava, ele passava o dia com eles e voltava para a casa. Após um mês ele começou a dormir na casa dos padrinhos, então a relação foi se fortalecendo e Tiago foi conhecendo vários integrantes da família dos padrinhos. O garoto explica que inicialmente achava que seria adotado pelo casal, mas eles lhe disseram que não. Contudo, que não era para ele se preocupar, “que eu nunca ia perder eles, que ia ser o resto da vida” (relação difusa, mas duradoura).

Há três anos o afilhado vai a todos os feriados e datas festivas para a casa dos padrinhos e sua expectativa, quando estiver morando com eles, é de começar a chamar os

padrinhos de ‘pai’ e ‘mãe’. Para tanto já consultou a filha do primeiro casamento do padrinho e a filha do casal e elas reagiram positivamente, mas ele tem dúvidas se os padrinhos irão aceitar.

Tiago argumenta que conhece alguns casos de apadrinhamentos que não tiveram continuidade, porque quando os afilhados apresentaram qualquer tipo de problema, ao invés dos padrinhos ajudarem, os abandonaram. Refletindo sobre sua trajetória, diz:

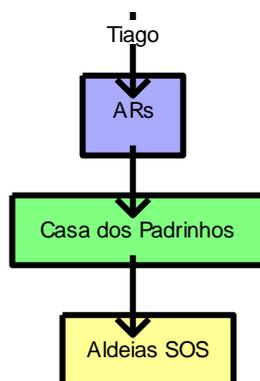
"Já tive vários momentos. Que nem eu tive problemas, que nem eu ia lá e tinha telefone num quarto e um no outro, aí quando tocava lá, eu ia lá no outro escondido e ouvia. Quando eles descobriam, eles conversavam comigo, mas só que eu ficava emburrado, eu me lembro que eu era muito emburrado, qualquer coisinha eu ia pro quarto, me trancava. Teve uma vez que eu xinguei a Laura (filha do casal), tive várias coisas assim, que é normal! Que eu, bah, era muito arteiro!"(Tiago,19-10-10).

No entanto, seus padrinhos não se afastaram. Além de lhe darem dinheiro, roupas, ajudaram no “sentimento”, nos problemas. Hoje, Tiago considera a família deles como a sua, mesmo os chamando de ‘dindo’ e ‘dinda’, chama os pais dos padrinhos de ‘vó’ e ‘vô’ e, às vezes, as meninas de ‘mana’. Para o jovem, seus padrinhos e sua mãe social são os responsáveis por hoje ele estudar e pensar em seu futuro; então acredita que o apadrinhamento para ele e para todas as crianças que vivem em situação semelhante, é uma outra família, pois “se a criança não tem o padrinho, ela não tem uma base!”

Tiago ficou bastante surpreso ao saber que ao completar 18 anos irá morar com os padrinhos. Com o vínculo muito forte entre eles, o menino acredita que a tendência é que as relações se aprofundem ainda mais. Contudo, explica que será muito difícil sair da Aldeia SOS, se afastar de Sônia, sua mãe social, assim como, das outras crianças. Mas, diferente dos casos de Cíntia, Raquel e Estela, os funcionários da Aldeia SOS começaram a preparar Tiago para o seu desligamento desde os 16 anos, tanto explicando ao menino que ele teria que sair, como fazendo com que ele conseguisse um emprego através do SENAI. Assim, no momento ele possui sua carteira de trabalho assinada há dois anos.

Ele destoa um pouco dos outros afilhados que entrevistei – tanto pela idade (mais jovem) e escolaridade (alta), quanto pela estabilidade de moradia.

Circulação provável de Tiago:



4.2 ESCOLARIDADE: “Ela queria que eu voltasse a estudar, aí eu não fui ver”

Colocar um item em relação à escolaridade dos afilhados se fez imprescindível devido a relevância que os estudos aparecem nos discursos de padrinhos e de afilhados. Nas falas dos padrinhos, a carreira escolar se coloca como uma das principais expectativas em relação a seus afilhados, enquanto que nas trajetórias dos afilhados, ainda que a continuação dos estudos se coloque como um projeto ideal para o futuro, na prática a maioria deles interrompeu seus estudos, estando trabalhando ou desempregados.

À exceção de Tiago, os demais afilhados da pesquisa pararam seus estudos por motivos diversos. Carlos estudou até a quarta série do ensino fundamental, “eu não quis, por causa que eu tinha que trabalhar, aí não dá”. Raquel pretende voltar a estudar este ano e interrompeu seus estudos porque ficou doente e não podia carregar peso: “Parei no segundo ano (ensino médio), foi uma burrice minha mesmo! Era caderno, era estojo, era livro, era muito peso! Aí fui um, dois, três dias e acabei indo embora”. Cíntia interrompeu seus estudos assim que começou a trabalhar e Estela estudou até o terceiro ano do ensino médio, “tipo, meio que obrigada, não cheguei a terminar”. Explicando que apenas continuou devido às exigências da madrinha que apenas a ajudava financeiramente se ela estudasse.

Entretanto, percebe-se certa ambivalência no ato de estudar, algumas vezes se colocando enquanto um projeto e outras como uma necessidade de continuá-los. Raquel diz que Neuza, sua madrinha, sempre a telefonava para saber como estavam seus estudos. Quando ela parou de ir à escola não contou para a madrinha, que descobriu o ocorrido por seu irmão Rodrigo. Raquel explica que ele estava recebendo a sua mesada e não entregava a ela, então quando a menina reclamou, ele contou o ocorrido para Neuza. A madrinha não parou de

ajudar Raquel, como ocorreu com a de Estela. Raquel explicita claramente um projeto para o futuro, calcular em estudar e trabalhar,

“comprar as coisinhas pro meu quarto... Eu queria ser como a minha irmã. Só não queria ter filho, agora não, mais tarde. Eu não tenho inveja dela, eu queria ser como ela! O meu título (de eleitor) eu já fiz esse ano, que eu perdi há quatro anos atrás. Eu votei, né? Aí tive que fazer de novo. Carteira de identidade tem que fazer e o CPF o correio demora mais de um mês pra chegar, uma porcaria!” (*Raquel, 20-10-10*).

Tiago, o mais jovem de meus entrevistados, é também quem tem maior escolaridade, irá iniciar o terceiro ano do ensino médio e ano que vem pretende ingressar em um curso de pré-vestibular para tentar o vestibular para engenharia eletrônica ou mecânica. Se decidir que não quer nenhum dos dois, pretende fazer um concurso público para a polícia civil, estudar direito e tentar ser delegado, advogado e juiz. “Aí já era, cheguei! É que eu tive uma base e fui indo, fui imaginando”. O fato do desempenho escolar de Tiago ir ao encontro das expectativas iniciais de sua madrinha talvez explique porque ele parece ser o mais integrado, entre os entrevistados, na rotina da família acolhedora. E, como salientamos acima, o menino está com planos de se mudar para a residência da madrinha logo que completar 18 anos.

4.3 PARENTESCO: “ela (madrinha) não passou os dias que eu chorei, ela não tava lá, nem ela, nem a minha mãe”

Observamos, tal como entre os padrinhos, diversas visões de família e parentesco. Alguns deles, Carlos por exemplo, mantém a idéia de uma pluri(m)aternidade, diz que considera Ruth como mãe e que tem vontade de chamá-la de tal modo. Explica que sua família é ela e os dois amigos que moram com ele, “todo final de semana a gente bota o som lá na rua, tudo, pagode, *funk* tudo!”. Mas, também considera sua mãe de criação como sua família, ainda que esteja chateado com suas atitudes.

Para Cíntia sua família é a “FEBEM” e seu filho. Considera um dos monitores, o “tio” Zeca, com quem teve contato desde que foi abrigada, como pai, “ele não é meu pai de sangue, mas eu considero ele meu pai”. Diz que ele possui defeitos, mas que sempre a tratou como filha. Os amigos que fez ao longo da vivência na instituição, ela também considera como irmãos, explicando que, muitas vezes, seu marido não entende porque ela os coloca como prioridade em relação à ele. “Ele não entende, ele não viveu”.

Sempre teve contato com mãe e a considera como tal, no entanto, por não terem tido muita convivência, explica que se tivesse que escolher entre a mãe biológica e os “tios” das

“casinhas”, optaria pelos segundos. Considera sua madrinha Cecília como uma amiga e acha que o apadrinhamento pode gerar uma relação duradoura, dependendo “do que cada um quer oferecer pro outro”.

O ideal de família para a afilhada é uma bem grande, “igual como eu tinha nas casinhas” e diz que se tivesse dinheiro teria no mínimo sete filhos, “um meu, porque eu não quero engordar de novo, né? E o resto tudo adotado, tudo adotado!”. Justifica que seu ideal não é o de uma “família margarina”, com pai, mãe e dois filhos, porque nunca viveu essa realidade, mas sim, pai, mãe e uma “penca” de filhos. Analisa que o fato de nunca ter vivido com o pai e a mãe não foi tão ruim, pois seu marido sempre viveu com os pais e é “desestruturado”; além disso, aprendeu a compartilhar,

“eu vivia com 15 crianças, se eu tiver que dividir, eu vou dividir. A minha mãe já não divide, se ela tiver que fazer comida, ela vai fazer só pra ela; feijão mexido, só pra ela! Na minha casa ela faz isso! Na minha casa, se eu tiver que fazer alguma coisa, eu vou fazer pra todo mundo. Ela não, ela faz só pra ela. Café, só pra ela. Então eu aprendi isso” (*Cíntia, 5-10-10.*)

Raquel concorda com Cíntia em dizer que “os monitores praticamente foram os pais nossos, que criaram desde pequeno, deram educação, remédio, dentista”. Explica que a mãe biológica os visitava, mas que nos ‘momentos bons e ruins’ ela não estava lá e quem estava com eles eram os monitores. Então, Raquel esclarece que sua família é a Cíntia, o Rodrigo e o Flávio, os irmãos que conviveram com ela a maior parte de sua vida nas “casinhas”, além do seu sobrinho João. Diz que gosta dos outros irmãos, mas por não ter tido convívio, não fazem parte de sua família mais próxima. Comenta que mesmo que as assistentes sociais os mandassem para passarem datas comemorativas com a mãe, esse contato não resultou na fortificação dos seus vínculos, pois “a gente não tá acostumado com aquilo, entendeu?”.

Aos 14 anos conheceu sua madrinha Neuza e caracteriza o tipo de relação que possuem como de amizade, pelo mesmo motivo que não considera sua mãe biológica como parte da sua família, “ela não passou os dias que eu chorei, ela não tava lá, nem ela, nem a minha mãe. A única pessoa que tava lá era a minha irmã”. Por isso, apesar de ter uma relação “boa” com Neuza, diz que é uma amiga, “parente eu só considero a minha irmã mesmo”.

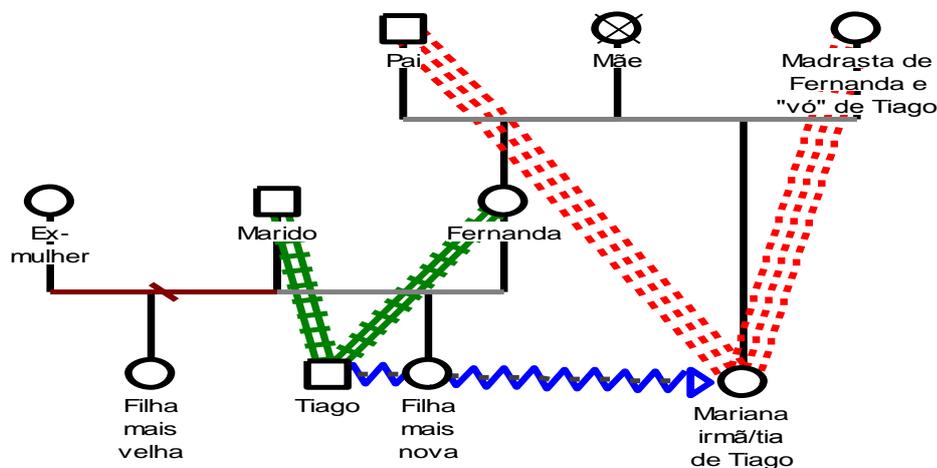
Estela também usa critérios tanto consangüíneos, quanto sociais para definir seus parentes. Explica que a efetivação de um vínculo se dá com o convívio diário. Por isso, para ela, assim como a sua família de origem, o apadrinhamento afetivo também não cria parentesco. Seria “mais próximo de um amigo, pra ajudar financeiramente”. Para ela, sua família são os seus irmãos, que estiveram com ela nas “casinhas”.

Tanto Raquel quanto Estela concordam que as tentativas de retorno às suas famílias de origem são inviáveis. “A gente nunca conviveu, não nos viram crescer, daí os monitores tentam nos incluir naquele ambiente, né? E a gente acaba não tendo (afinidade), não fecha”¹¹².

Por seu lado, Tiago parece efetivar um equilíbrio entre suas diferentes famílias. Diz que apesar de todas as ambigüidades do início do seu apadrinhamento, quando ele achava que ia ser adotado e não foi, ainda assim, se colocou “como um filho” para a família dos “dindos”, “e pelo que eu vejo, eles me aceitaram como uma família, como um filho também”. O rapaz explica que possui a “família do dindo” e a “família da Aldeia”. Explicando a importância dos “dindos” e de sua mãe social Sônia, ele diz que os três lhe propiciaram a “base” que tem e lhe ajudaram “a olhar pra frente, a querer estudar e querer fazer curso”, isto porque nunca o abandonaram nos momentos difíceis, quando “tive meus problemas, tive muitos erros”.

Relata que teve vários “irmãos” em sua casa, que inclusive uma delas, Mariana, foi adotada pela madraستا de sua dinda, agora ela é sua irmã e tia.

Configuração genealógica da madrinha de Tiago com a inserção de Mariana:



Com aqueles que já saíram da Aldeia, Tiago mantém contato por telefone, Orkut e MSN (redes sociais através da internet). Assim, para o jovem não importa se é biológico ou não, se tiver um filho e uma mãe, já seria uma família. Um casal com filhos ou mesmo os padrinhos, “se ela quer tratar como filho, pra mim é uma família! A criança tendo o padrinho e a madrinha, já é uma família!”.

¹¹² Em relação a esse tipo de conduta, que remete a necessidade de um certo protagonismo dos jovens na elaboração de políticas públicas voltadas para eles, podemos ver em Leifsen (2009), quando o autor discute a universalidade do “direito à família”, que não leva em consideração a agência de menores que optam por se separar das mesmas e a circulação de crianças, que envolve uma ampla rede social de cuidados e proteção.

Estudando a partir da perspectiva feminina o comportamento sexual e as estratégias de sobrevivência em uma comunidade negra urbana nos Estados Unidos, “The Flats”, Stack (1979) chama atenção para a análise das estruturas domésticas que vão sendo constituídas em torno de novas relações emocionais, empregos e desempregos, e relações com parentes e amigos. Assim, partindo das trajetórias de algumas mulheres da comunidade, a autora identifica grande mobilidade, pois algumas vezes essas mulheres moram em residências com seus companheiros e filhos, outras vezes deixam seus filhos com as mães para viverem novas experiências amorosas e em alguns momentos voltam a morar com a mãe os parentes. Também recebem ajuda e dão ajuda a amigos, constituindo redes de solidariedade que vão além dos modelos estáticos de famílias nucleares ou mesmos matrifocais.

Ainda que naquele contexto, a mulher morando apenas com familiares e filhos, tenha maiores possibilidades de recorrer à ajuda estatal, normalmente crianças e adultos circulam bastante e se reconhecem como fazendo parte de várias famílias, como é o caso de Tiago que já considerava a sua mãe social da Aldeia e seus ‘irmãos’ de lá como uma família, a família dos ‘dindos’ e, mais recentemente, a família que se constitui pelos parentes do seu pai biológico, já falecido. A situação de Carlos também pode ser discutida nesses termos, pois o menino, apesar de sentir diferenças em relação ao tratamento que teve da mãe de criação quando comparada aos filhos biológicos da mesma, os considera enquanto família; além disso, considera sua madrinha enquanto família e ainda os amigos do abrigo (abrigados e funcionários) com quem até hoje mantém relações e é convidado para almoçar com eles nos finais de semana.

Além disso, Carlos já morou com algumas namoradas e atualmente reside com dois amigos, os quais também considera enquanto família. Grande mobilidade também pode ser observada nas trajetórias de Cíntia e Raquel, as irmãs circularam por várias “casinhas” da antiga FEBEM, quando completaram 18 anos foram para um pensionato, depois para uma casa espírita desativada que a madrinha de uma amiga delas conseguiu e, posteriormente, moraram em um apartamento alugado pela madrinha de Raquel. Naquele período, Cíntia acabou engravidando e foi morar na casa da mãe do pai do seu filho. Após a descoberta de uma traição por parte do rapaz, ela, que já trabalhava, decidiu ir embora e alugar seu próprio apartamento, mesmo com o pedido da sogra de que deixasse o neto na casa.

Cíntia e o companheiro se reconciliaram e estão morando, ela, ele e o filho de 2 anos no apartamento que ela aluga. Ela enfatiza grande autoridade e independência em relação ao rapaz, já que ele não trabalha, não paga as contas e segundo ela, se ‘vacilar’ mais uma vez, ela o expulsa de casa. Contudo, durante a nossa entrevista seu companheiro ligou para seu celular

várias vezes e ela me disse, com certo orgulho, que é porque ele não sabe cuidar do filho e depende dela para tudo. Mesmo alegando não considerar sua “mãe como mãe”, Cíntia paga a mãe para que cuide de seu filho enquanto ela trabalha.

Quando a irmã engravidou, Raquel foi morar na casa de uma irmã, mas como brigava muito com a sobrinha, acabou indo morar com o irmão mais velho. Ela estudava e uma colega acabou se apaixonando pelo seu irmão. Raquel não ficou muito satisfeita com a situação e saiu da casa, que agora esta constituída pelo novo casal. Nesse período, a menina morou nas casas de alguns namorados, até ir para a casa da mãe. Contudo, sofrendo maus tratos do padrasto e a convivência da mãe, que além de permitir que o marido batesse nos filhos, também queria que Raquel, além de pagar o supermercado da casa, com a mesada de 300 reais que sua madrinha lhe dá todo mês, também pagasse a ‘pinga’ que ela toma todos os dias. Com isso, Raquel recorreu a Cíntia, que falou com Estela e hoje Raquel divide uma casa com a amiga.

Nos arranjos dos afilhados podemos identificar várias semelhanças com os casos estudados por Stack, sobretudo no que diz respeito a marcadores de classe e cor. No grupo de afilhados estudados, todos são negros ou não-brancos e provenientes de um cenário de pobreza. Todos circulam por vários espaços entre pessoas que consideram suas famílias, contam com a ajuda de amigos e as uniões conjugais são importantes na constituição de novas moradias (Carlos, Cíntia e Raquel). Além disso, também se percebe o protagonismo feminino no caso de Cíntia que trabalha e, portanto, tem autonomia na organização da casa.

Além disso, podemos perceber muitas semelhanças entre os trajetos de vida dos afilhados entrevistados e os “meninos de rua” estudados por Milito e Silva (1995) no Rio de Janeiro. Nesse trabalho, os autores realizam uma etnografia do cotidiano de meninos e meninas que participam de projetos didáticos e de acolhimento, assim como, observam as práticas e concepções de educadores sociais que trabalham com essas crianças em torno de tal problemática. Salientam a complexidade da “rua”, que comumente associada a um espaço de violência e perigo, é também vivenciada por esses jovens como um local de sociabilidade, liberdade e fuga de suas residências.

Nos casos aqui estudados identificamos o caso de André e Diego. O primeiro pedia dinheiro nas ruas em companhia de sua mãe biológica antes de ser abrigado e o segundo, muitas vezes, se ausenta do abrigo passando períodos na rua pedindo dinheiro e furtando objetos com seu irmão. Os “meninos de rua” do trabalho mencionado também transitam por vários espaços (pelas ruas, residências da família de origem e abrigos) e, muitas vezes, o espaço da rua é ocupado por opção e não porquê não têm outras alternativas.

Contudo, no caso dos afilhados que foram entrevistados por mim, a rua é colocada em seus discursos enquanto o pior destino a ser tomado quando completam 18 anos e precisam sair dos abrigos. Ao mesmo tempo em que é mencionada para salientar a importância dos padrinhos em sua vida, que impediram que tal destino fosse concretizado, amparando seus afilhados e arrumando um lugar para que morassem: “se eu não tivesse conhecido ela (madrinha), agora eu estaria, talvez, na rua” (Estela, Raquel e Carlos).

Outra semelhança que encontramos no trabalho de Milito e Silva (1995) é a grande mobilidade dos jovens pesquisados, que também está presente na vida dos afilhados, já mencionada no capítulo 3. Conjuntamente a essa mobilidade de habitações também é identificado nos dois casos a transitoriedade nos empregos, já que muitos jovens, antigos “meninos de rua” passam por vários empregos, sem se fixarem por muito tempo em nenhum, aqui, encontramos o caso de Carlos e Raquel, que em períodos curtos, exerceram inúmeros empregos e no momento estão desempregados.

Para finalizar, há a incidência dos pais biológicos enquanto portadores de doenças mentais, e residências domésticas em condições insalubres, tanto no caso dos “meninos de rua”, quando nos afilhados (Cíntia, Raquel, Pedro e Paulo).

Podemos concluir que, nesse cenário, onde já existe uma organização extremamente dinâmica das redes familiares, os padrinhos entram como mais um de vários recursos que os jovens mobilizam para levar suas vidas.

Algumas Considerações:

Ao longo do trabalho, através dos diferentes sentidos e expectativas que distintos atores desenvolvem em torno do programa “Apadrinhamento Afetivo”, tentamos discutir a possibilidade de se criar parentesco entre voluntários, técnicos e crianças, e, sobretudo, entre padrinhos e afilhados.

Por meio de diversos relatos, podemos dizer que o programa “Apadrinhamento Afetivo” promove uma relação difusa e, em muitos casos, duradoura, que pode indicar uma “conexão” de parentesco, ainda que nos discursos essa relação seja comumente caracterizada enquanto de amizade.

No primeiro capítulo tentamos construir uma “figura teórica possível” (MAFFESOLI, 2005:52) através da discussão sobre parentesco, o “governo das crianças”, o “melhor interesse da criança” e o compadrio. Além disso, procuramos delinear nosso objeto de pesquisa, discorrendo sobre a metodologia utilizada na pesquisa, bem como, a trajetória acadêmica que me trouxe até o estudo do Apadrinhamento Afetivo.

No segundo capítulo, onde focamos as trajetórias da presidente, do vice-presidente e da coordenadora de projetos da ONG, ressaltamos que todos são pais adotivos e acreditam que o apadrinhamento pode ser uma etapa de transição para uma possível adoção tardia. Eles também significam seu trabalho enquanto “lema de vida”, portanto revestido de um caráter mais voluntário do que profissional; ainda que reconheçam que, se fossem melhor remunerados, poderiam se dedicar com mais afinco ao IAL.

Em relação ao AA, os membros relatam que é o segundo programa de maior importância da ONG, depois do Grupo de Apoio à Adoção, justificando que a cada dia mais pessoas se inscrevem no site para participar. Explicam que é um meio de se conseguir além de padrinhos afetivos, pais para a adoção tardia. Quando isso não acontece, ao completarem 18 anos, os padrinhos podem levar os afilhados para morar em suas casas ou ajudarem a conseguir uma moradia. De uma forma ou de outra, “é um jeito da criança ter uma atenção diferenciada”.

Na segunda parte do mesmo capítulo abordamos os relatos de diferentes profissionais que trabalharam ou trabalham com crianças e adolescentes e suas opiniões a respeito do AA. Eles também ressaltam que, devido receberem baixos salários, muitas vezes, precisam manter outros empregos e seus trabalhos também não deixam de ser uma “missão” de vida, já que como nos relata Luciana: “(é) 50% pra minha carreira profissional e 50% pra mim, Luciana, como pessoa, como mulher”.

À exceção de Marcelo, as técnicas defendem a manutenção do programa, o colocando como uma complementação aos seus trabalhos, principalmente quando os jovens completam 18 anos, não têm possibilidade de serem reinseridos na família de origem e sem ter para onde ir, contam com o apoio dos seus padrinhos.

Para termos uma melhor compreensão sobre o funcionamento do AA iniciei o trabalho na ONG Instituto Amigos de Lucas, observando os eventos de preparação das turmas de 2009 e 2010 (lançamento, reuniões entre a diretoria da ONG e técnicos dos abrigos participantes, oficinas, etc.), nos encontros entre padrinhos e afilhados, além de trabalhar realizando entrevistas de seleção para candidatos a padrinhos, como pudemos ver no terceiro capítulo. Essa etapa inicial foi importante para que eu entendesse quais os objetivos teóricos do AA, bem como a forma como se materializam na prática. Além disso, pude conviver e conhecer melhor alguns membros da diretoria da ONG, alguns padrinhos e afilhados.

O terceiro capítulo se concentra em um grupo de padrinhos bastante diversificado, com algumas madrinhas iniciando sua experiência no programa e outras que participam desde sua inauguração em 2002 e mesmo em 2001, como é o caso de Fernanda.

As “neófitas” podemos dizer que, no geral, idealizam seus afilhados, enquanto possíveis futuros filhos adotivos. Já os que estão há mais tempo, dizem que a experiência está sendo boa, mas diferenciam o apadrinhamento da adoção, falando das decepções que tiveram em relação ao êxito escolar de seus afilhados e os ajustes que tiveram que fazer para dar continuidade ao apadrinhamento. Lendo nas entrelinhas, levantamos a hipótese de que como seus afilhados não corresponderam às suas expectativas, que seriam as mesmas em relação aos seus filhos, sobretudo no que diz respeito à continuação da carreira escolar, acabaram por não adotá-los (Ruth, Nara e João), ainda que ressaltem que foi importante perceberem que não podem decidir os caminhos de filhos e/ou afilhados. No entanto, não podemos esquecer o caso de Fernanda que irá acolher o afilhado em sua casa.

No quarto capítulo encontra-se uma rede de afilhados que foi se delineando posteriormente às entrevistas com os padrinhos. Ainda que em certo momento, muitos tenham esperado serem adotados por seus padrinhos (Maria, Isabela, Diego, Caetano e Tiago), com o tempo perceberam que isso não iria ocorrer e dizem que gostaram de participar do programa, pois tiveram a oportunidade de conhecer comidas e lugares, ganharam presentes e afeto, ainda que com o passar dos anos alguns salientem que a madrinha torna-se muito mais “material” do que “afetiva” (Estela e Raquel).

Isso porque comumente vão reduzindo o número de encontros e contam apenas com a “mesada” recebida. Contudo, em todos os casos, os padrinhos foram fundamentais para a

transição dos afilhados do abrigo para uma vida “autônoma”, posto que o regresso à família de origem, mesmo salientado pelo ECA e trabalhado pelas assistentes sociais, não se colocou como alternativa viável para este grupo de afilhados.

Diferente das “crias de família”, estudadas por mim em Belém/PA, ambientadas numa esfera íntima e doméstica, onde o apadrinhamento aparecia como um rito, uma maneira de salientar que aquelas mulheres não eram “meras” empregadas domésticas e sim, “alguém da família”, o Apadrinhamento Afetivo é um programa, elaborado por uma instituição (ONG) e que se utiliza do termo “apadrinhamento”, nesse momento com a possibilidade de estar sendo utilizado no sentido de “humanizar” a linguagem dos “direitos”, como já sugeria Mauss (1925):

A sociedade quer reencontrar a célula social. Ela procura, cerca o indivíduo, num curioso estado de espírito, no qual se misturam o sentimento dos direitos que ele possui e outros sentimentos mais puros – de caridade, de ‘serviço social’, de solidariedade (MAUSS, 1925: 298).

Mas há outra pergunta que deveria ser colocada no estudo antropológico sobre políticas de intervenção entre crianças, adolescentes e famílias “em risco”: De que maneira essas políticas refletem e informam concepções de família? E como que as pessoas enquadradas nessas políticas reagem, inovando conforme suas próprias percepções e criando, eventualmente, nova normas?

Por exemplo, Judith Modell (2002), no seu estudo de famílias adotivas norte-americanas, faz um contraste entre as imagens institucionalizadas da família adotiva nos Estados Unidos e as práticas criativas das próprias pessoas. Se a linguagem das políticas públicas continua a projetar a família adotiva como classe média, com um casal heterossexual, de pais brancos, investindo no seu recém-nascido (também branco) em perfeita saúde, há cada vez mais situações que não se conformam a esse padrão. As crianças “que precisam de um lar” são frequentemente mais velhas (beirando adolescência), com saúde precária, e podem estar em contato com parentes de sua família original. E, ironicamente há cada vez mais pessoas (pais de acolhimento tanto quanto adotivos e mesmo padrinhos afetivos) que acolhem essas crianças apesar de elas se afastarem do ideal.

O estudo de Modell traz implícito um desafio para planejadores e administradores: de visualizar e apreciar as práticas dos usuários do programa de intervenção para, junto a eles, encontrar novas maneiras de pensar “a família”.

Nesse trabalho, tentamos colocar nossos dados etnográficos a serviço desse desafio. Para tanto, nos inspiramos em Greenhouse e Greenwood (1998) que, enfatizam a relação entre etnografia e democracia. Sugerem que, por revelar “os particulares da vida humana” – o “onde” e “como” de épocas, tendências e tensões -, a etnografia desperta discussões sobre alternativas que passam normalmente despercebidas, perdidas nas frestas da cotidianidade. Nesse sentido, a etnografia adquire grande relevância para o processo democrático, pois, abre “espaços para diálogo e inovação lá onde os roteiros públicos da vida cotidiana ou até mesma da academia estariam inclinados a fechá-los” (p. 5).

Tentamos evidenciar, a partir de nossos dados, que os aspirantes a padrinhos, assim como os técnicos, partem de uma premissa convencional de família. Imaginam uma relação em que as pessoas se “doam” numa relação afetiva de reciprocidade. O apoio, antes de tudo moral e carinhoso dos padrinhos, teria como recompensa a felicidade e realização do jovem apadrinhado.

Há, apesar de tudo, um tipo de aposta - uma esperança de que os padrinhos, através de seus investimentos (mais uma vez, principalmente afetivos), conseguirão “garantir um futuro melhor” para o apadrinhado. Essa maneira de conceber a infância e o papel dos cuidadores se remete a noções bastante tradicionais de família. Há, por exemplo, muito a ver com o “projeto familiar” descrito por Velho (1994) para famílias de classe média na década de 80. E certamente, encontramos casos de pessoas que desistiram do programa justamente porque a realidade não correspondeu às suas expectativas.

Entretanto (e é aqui que nosso material etnográfico ganha força), as pessoas que persistem na relação de padrinho, apesar dos “fracassos” (ou, pelo menos, um resultado longe do ideal imaginado), vão reconfigurando suas idéias, tornando mais flexíveis os parâmetros de parentesco ou criando novas categorias (amizade) para imaginar a inclusão de uma nova pessoa na família, para legitimar a criação de um relacionamento afetivo intenso e duradouro .

Referências Bibliográficas

ALVIM, Maria Rosilene B; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura. **BOLETIM INFORMÁTICO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. nº 22, p. 3-37. 2º Semestre, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. São Paulo: Zahar, 1981.

BARSTED, M, Leila, L.; DUARTE, Luiz Fernando D.; GARCIA, Maria Helena; TAULOIS, Maria Rita. Vicissitudes e Limites da Conversão à Cidadania nas Classes Populares Brasileiras. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. nº 22, ano 8, p.5-19. Junho de 1993.

BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 85-126.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Ritos de recepção: Nomes, batismos, certidões como formas de inscrição da criança no mundo social. In: SOUSA, Sonia G. **Infância e Adolescência: Múltiplos Olhares**. Goiânia: UCG, 2003.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, Idades e Gerações. In: BRITTO DA MOTTA, Alda (org.). **Caderno CRH. Dossiê: Gênero, Idades, Geração**. Salvador/BA: UFBA, v. 17, n.42, p. 349-355, Set./Dez. 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos de São João del Rei, 1730-1850. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. n.14, Caxambú, MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

Calabria

Disponível em: <www.calabria.com.br> Acesso em: 06-05-2011, às 20h47.

CARDOSO, Ruth. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARSTEN, Janet. **Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Criança Esperança

Disponível em: <em http://pt.wikipedia.org/wiki/Crian%C3%A7a_Esperan%C3%A7a> Acesso em 4 de março de 2011, às 11h58.

DANTAS, Luísa. **“Pais” ou “Patrões”? Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008, Belém.

DUBINSKY, Karen. **Babies without borders: Adoption and migration across the Americas**. Toronto/London: University of Toronto Press, 2010.

DUMONT, L. *Homo Hierarchicus*. Chicago, The University of Chicago Press, 1980.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina J. e GUAZZELLI, Augusto B. (Orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9-24.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez editora, 1995. 152p.

_____. Transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **REVISTA ILHA**, Florianópolis, v.5, n.2, janeiro de 2004, p. 05-31.

_____. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, Florianópolis, v. 12, nº 2, p.13-34, maio-agosto/2004.

_____. Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras: considerações sobre tempo e abrigagem. **REVISTA PRAIA VERMELHA: estudos de política e teoria social**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. v. 1, nº13, p. 154-173, 2º Semestre, 2005.

_____. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: **Conceito de entidade familiar e seguridade social. Caderno de Direito Previdenciário**. Porto Alegre: TRF – 4ª Região, 2007, p. 8-22.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (orgs.). **Políticas de proteção à infância – Um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 320 p.

FORMAN, Edwin; LADD, Rosalind E. Making decisions – Whose choice? In: LADD, Rosalind, E. **Child's Rights Re-Visioned**. Chicago: Wheaton College, 1996, p.170-183.

FOX, Robin. **Parentesco e Casamento. Uma Perspectiva Antropológica**. Lisboa. Coleção Veja Universidade, 1966.

FRANÇOISE-ROMAINE, Ouellete. Les noms et papiers d'identite des enfants adoptes a l'etranger. In: FINE, Àgnes (Org.). **Identité civile et sentiment de soi**. Paris: CTHS, 2008.

GREENHOUSE, Carol J; GREENWOOD, Davydd J. Introduction: The Ethnography of Democracy and Difference. In: GREENHOUSE, Carol J. **Democracy and Ethnography: Constructing Identities in Multicultural Liberal States**. Albany: State University of New York Press, 1998.

HECHT, Tobias. **At home in the street: street children of Northeast Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

INSTITUTO AMIGOS DE LUCAS

Disponível em:

< www.amigosdelucas.org.br> Acesso em: 2 de setembro de 2009.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge: the co-production of science and social order**. New York: Routledge, 2004.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. **A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPA, 2008, Belém.

LANDÉ, Carl H. Introduction. The dyadic basis of clientelism. In: SCHIMIDT, Steffen W. et al. **Friends, followers and factions: a reader**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. XIII-XXXVII

LANNA, Marcos. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS**. v. 45, nº 1, jan/abril de 2009.

Lar Fabiano de Cristo

Disponível em <www.portalcapemisa.com.br/larfabianodecristo/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 5-4-2011, às 18h56.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor. In: **Cadernos de Campo**. V. 14/15 dezembro, 2006.

LEAL, Ondina e DOS ANJOS, José Carlos Gomes. Cidadania de quem? Possibilidades e limites da Antropologia. In: **Revista Horizontes Antropológicos**. Nº 10, Diversidade cultural e cidadania, Porto Alegre, EDUFRGS, 1999.

LEIFSEN, Esben. Los usos del principio ‘el interés superior del niño’ en la administración, el gobierno y las políticas de la infancia ecuatoriana. In: Scripta Nova. Barcelona (forthcoming).

LEINAWEAVER, Jessaca B. Desplazando Niños: Las implicaciones sociales de la circulación infantil en los Andes. Tradução de Jessica Herrera. **CEPAL - Serie Seminarios y conferencias**, no 52, Santiago de Chile, abril de 2008.

_____. **Unequal and Ungrateful: Child Circulation and the Moral Economy of Gratitude**. Paper read at session “Unequal Childhoods,” Latin American Studies Association meeting, Rio de Janeiro, 2009.

LINS DE BARROS, M. **Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LOMNITZ, Larissa. El compadrazgo, reciprocidad de favores em la clase media urbana de Chile e Redes informales de intercambio em sistemas formales: un modelo teórico. In: **Redes Sociales, Cultura e Poder: ensayos de antropologia latinoamericana**. Mexico: Flacso, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 350 p.

MEIRA, Heloisa. Batismo e compadrio de índios: um balanço bibliográfico e um estudo de fontes batismais do aldeamento do Rio Pomba e Peixes (MG), 1767-1787. **BOLETIM DE HISTÓRIA DEMOGRÁFICA**, ano XIV, no. 46, julho de 2007.

MILITO, Claudia; SILVA, Hélio, R. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MODELL, Judith. A sealed and secret kinship: the culture of policies and practices. In: **American Adoption**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2002.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Crias, Criadas, Filhos de Criação: Filhos todos são? Adoção, afetividade e família na Amazônia. In: 25a Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia. **25a Reunião Brasileira de Antropologia-CD-Rom**. Goiânia/GO : Associação Brasileira de Antropologia, 2006. v. 2.0. p. 1-8.

_____. **Uma vez ‘cria’ sempre ‘cria’ (?): Adoção, gênero e geração na Amazônia**. Trabalho apresentado no 13º CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, UFAL – Maceió (AL), 03 a 06 de Setembro de 2007.

_____. Na ‘casa da mãe’, na ‘casa do pai’ – Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.47. n°2, 2004;

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA. São Paulo: COSACNAIFY, 2003, 536 p.

OLIVERIA, Ana Paula G. de. O caráter provisório do abrigo e a passagem do adolescente: pensando transitoriedades. **Tese de Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2006, Porto Alegre.

Pão dos Pobres

Disponível em: <<http://www.paodospobres.org.br/fundacao.php>> Acesso em 27 de janeiro de 2011, às 12h19.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. In: **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 13-30.

PEIXOTO, Clarice e LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre gerações. **Cadernos Pagu** (29), p.172-191, julho a dezembro de 2007.

PÊSS, Luciana. **Adoção e Práticas de Justiça: Um estudo antropológico sobre a relação entre famílias e representantes do Estado em casos de adoção**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2009, Porto Alegre.

PETROBRÁS

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Petrobras>> Acesso em 26 de Janeiro de 11, às 17h07).

RIBEIRO, Fernanda. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. FONSECA, C e SCHUCH, P. (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, David. **A critique of the study of kinship**. Ann Arbor: Univ. of Michigal Press, 1984.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça – Antropologia dos modos de governo da infância e da juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 296 p.

SEGALEN, Martine. Introduction. In: GULLESTAD, Marianne e SEGALEN, Martine (Orgs). **La famille en Europe: parenté et perpétuation familiale**. Editions: La Découverte, 1995.

SINGLY, François de. O nascimento do ‘indivíduo individualizado’ e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice E., SINGLY, F. de e Cicchelli, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Souza Cruz

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Souza_Cruz> Acesso em 26 de janeiro de 2011, às 17h10.

STACEY, Judith. Backward toward the postmodern family: reflections on gender, kinship, and class in the Silicon Valley. In: THORNE, B. e YALOM, M. (Orgs). **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press 1992.

STACK, Carol. O Comportamento Sexual e Estratégias de Sobrevivência numa Comunidade Negra Urbana. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Orgs.). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Coleção: O mundo, hoje. Vol. 31. Paz e Terra: São Paulo, 1979.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. Ongs: Itinerários Políticos e Identitários. In: GRIMSON, A. (Org.). **Cultura e Neoliberalismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 171-194.

STRATHERN, Marilyn. Enterprising kinship? consumer choice and the new reproductive technologies. In: **Reproducing the future: anthropology, kinship and the new reproductive technologies**. New York: Routledge, 1992.

STRYKER, Rachael. The War at Home: Affective Economies and Transnationally Adoptive Families in the United States. In: *International Migration*. (expected publication, late 2010/early 2011).

THÉRY, Irène. El anonimato en las donaciones de engendramiento filiación e identidad narrativa infantil en tiempos de descasamiento. **Revista de Antropologia Social**, n 18, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, Investigação social e enquête operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TURNER, Victor. Paradigmas religiosos e ação política: Thomas Becket no Concílio de Northampton. In: _____. **Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, [1974] 2008.

URIARTE, Pilar. **Substituindo famílias: Continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946-2003**. Dissertação

de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia social – UFRGS, 2005, Porto Alegre.

VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e campo de possibilidades. In: **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEBER, Lidia. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **CONJUNTURA SOCIAL**, São Paulo, jul/2000.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: **Antropologia e Poder**. Contribuições de Eric Wolf. FELDMAN e LINS RIBEIRO (Orgs.). São Paulo: UNB e UNICAMP, 2003.

ZACHER, Laura. Antropologia em campo, no campo ou acampada? – Reflexões sobre o lugar do antropólogo junto a uma organização não-governamental na cidade de Porto Alegre. In: FLEISCHER, S. SCHUCH, P. FONSECA, C. (orgs.). **Antropólogos em ação: Experimentos de Pesquisa em Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ZELIZER, Viviana. Dualidades Perigosas. In: **Mana** 15 (1), 2009, 237-256.